UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

SIRLENE PEREIRA BISPO

EDUCANDO PARA A MODERNIDADE: INFÂNCIA(S) E JUVENTUDE(S) NOS PROJETOS DE EDUCAÇÃO E SOCIEDADE PARA FEIRA DE SANTANA (1930-1950)

FEIRA DE SANTANA-BA

2025

SIRLENE PEREIRA BISPO

EDUCANDO PARA A MODERNIDADE: INFÂNCIA(S) E JUVENTUDE(S) NOS PROJETOS DE EDUCAÇÃO E SOCIEDADE PARA FEIRA DE SANTANA (1930-1950)

Dissertação apresentada à Linha de Pesquisa Políticas Educacionais, Movimentos Sociais e Processos de Educação, do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Feira de Santana, como requisito para obtenção do título de Mestra em Educação. Orientadora: Profª. Dra. Elizabete Pereira Barbosa.

FEIRA DE SANTANA-BA

2025

Ficha catalográfica - Biblioteca Central Julieta Carteado - UEFS

Bispo, Sirlene Pereira
B531e Educando para a modernidade: infância(s) e juventude(s) nos projetos de educação e sociedade para Feira de Santana (1930-1950) / Sirlene Pereira Bispo . - 2025.
121f.: il.

Orientadora: Elizabete Pereira Barbosa
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Feira de Santana. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2025.

1. Educação - História. 2. Feira de Santana, Bahia. 3. Ideais modernizadores. I. Barbosa, Elizabete Pereira, orient. II. Universidade Estadual de Feira de Santana. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDU: 37(814.22)(091)

Rejane Maria Rosa Ribeiro – Bibliotecária CRB-5/695

SIRLENE PEREIRA BISPO

"EDUCANDO PARA A MODERNIDADE: INFÂNCIA(S) E JUVENTUDE(S) NOS PROJETOS DE EDUCAÇÃO E SOCIEDADE PARA FEIRA DE SANTANA (1930-1950)". Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Feira de Santana, na linha de Políticas educacionais, movimentos sociais e processos de educação, como requisito para obtenção do grau de mestre em Educação.

Feira de Santana, 19 de fevereiro de 2025

Elizabete Pereira Barbosa
Prof/a. Dr/a. Elizabete Pereira Barbosa Orientador/a – UEFS

Maria Cristina Dantas Pina
Prof/a. Dr/a. Maria Cristina Dantas Pina Primeiro/a Examinador/a – UESB

Danilo Melo de Morais Carvalho
Prof/a. Dr/a. Danilo Melo de Morais Carvalho Segundo/a Examinador/a – UEFS

RESULTADO: APROVADA

À minha mãe Bubu, minha Maria (*in memorian*), que partiu enquanto eu produzia essa pesquisa. Você sempre foi o motivo maior, que via na educação uma porta para o futuro e me impulsionou a ir além. Tudo que fiz e me tornei foi (e ainda é) por você.

AGRADECIMENTOS

Foram muitos os percursos trilhados para chegar até aqui. No início, com a aprovação no Programa de Educação e com meu terrível costume de querer ter controle sobre todas as coisas, parecia que esse seria um caminho em linha reta, tudo estava planejado e organizado para dar certo, apesar de ter acabado de sair da pandemia, com um filho pequeno e um trabalho recém iniciado na Universidade Estadual de Feira de Santana. Eu sabia que não seria fácil, mas já tinha organizado os horários exatos que disporia para me dedicar às disciplinas e ao estudo. E deu certo por um tempo, até que a vida apronta daquelas surpresas que a gente nunca está preparado para passar e perco a minha mãe, quase na metade desse processo. Logo ela, que era minha motivação maior para estudar desde pequena, e que seria a primeira pessoa que faria questão de mostrar o diploma de mestre, como resultado desse caminho trilhado. E daí, os caminhos não pararam de entortar, meu companheiro mudou de emprego, como tinha que ser, sou muito feliz em ver seu crescimento profissional. Mas isso fez com que fosse necessário recalcular nossa rotina, diminuindo o tempo que tinha planejado para estudo. Mudamos de casa, ficando um pouco mais longe da UEFS, meu local de trabalho e de estudo, a rotina de transporte público agora era realidade; e por fim, nos vimos envoltos em idas e vindas aos consultórios médicos diante do diagnóstico de autismo do nosso querido Akin.

Optei por relatar todo esse percurso, para dizer do valor que essa dissertação tem para mim, e para mostrar que, quanto mais tortuosos são os caminhos, mas percebemos a importância das pessoas que caminham conosco. Eu tive muito a superar, mas também por isso, eu tenho muito a agradecer. Começo agradecendo ao meu pequeno Inácio Akin, que sem ter dimensão ainda desses aspectos complexos da vida, me deu um sentido maior para não desistir e me possibilitou ter disciplina, entender que tem uma hora para cada coisa. Na necessidade de ensiná-lo, eu acabei por aprender. Agradeço à equipe AERI, que entre as dores e delícias do trabalho foram motivos de muitas risadas e descontração em momentos que a preocupação tomava conta de mim.

Agradeço às minhas irmãs, Ninha e Silmara, pelo socorro que me deram em momentos difíceis. Ninha, se deslocando de Barrocas até aqui para me ajudar nos cuidados com Akin, e Silmara, por todo carinho e cuidado com ele, e pelos momentos que emprestamos os ouvidos uma à outra. Agradeço aos amigos, aos quais recorri em momentos de emergência, em que as tarefas de trabalho, mestrado e maternidade ficaram impossíveis de serem integradas. Victor e Luciano, que foram de extrema importância em um dos internamentos de mainha, em que precisei me ausentar de casa para estar mais perto dela. Lamone e Sarah pelos momentos que cuidaram de

Akin e minha sogra Gene, pelos diversos momentos em que só consegui estudar porque ele estava com ela em Anguera. Agradeço também a Joana e Daniel pelos momentos compartilhados nas disciplinas e ao longo do percurso no mestrado. A presença de vocês tornou minha experiência menos solitária. A Ione e Taciane, que junto com Luciano formam o grupo PsiPretos, vocês têm sido muito importantes para minha formação, seja pela companhia, pelas nossas raras saídas (vamos marcar) ou pelo compartilhamento das amarguras. E especialmente a Renan, meu amigo irmão, a quem devoto um sentimento que nem tem nome, por estar sempre presente, por ser referência de amor para Akin, por me ouvir sobre todas as coisas, nos momentos mais difíceis, obrigada!

Agradeço ainda aos funcionários do Arquivo Público Municipal, pela simpatia e excelência, especialmente a Fábio, que me ajudou a ter contato com uma das mais importantes fontes da minha pesquisa. E também aos funcionários da Biblioteca Monsenhor Galvão no Museu Casa do Sertão pela presteza no fornecimento das fontes consultadas. Ao Laboratório de Estudos em Conexões Atlânticas e Diáspora Africana: Cultura Afro-brasileira e Indígena (LECADIA), pelas trocas e pela possibilidade de dialogar minha pesquisa. A minha orientadora, Elizabete Barbosa, que topou trilhar comigo esse percurso, cheio de curvas inesperadas. E aos professores Danilo Carvalho e Maria Cristina Pina, por aceitarem participar da minha banca. Muito obrigada pela disponibilidade e pelas sugestões.

E finalmente, agradeço a meu companheiro, Pedro Alberto, por atravessar comigo esse caminho, muitas vezes sendo a lanterna que iluminou essa caminhada. Pela dedicação com nosso filho, pelos momentos que me ajudou com o entendimento sobre a História, sua área de formação, por apesar de todas as dificuldades que atravessamos, e dos momentos em que pareceu impossível seguir, ter continuado ao meu lado. Obrigada por estar aqui desde o início e não soltar a minha mão.

São coisas de Brasil, sem forçá, sem clichê
[...]

Elite no comando, aproveitadores lucram
O povo se virando, trabalhadores lutam

[...]
Educação nosso adversário
Estádios perfeitos, ensino precário

Mãos à obra, na mão o calo
Acordar antes da cantiga do galo
Água fria vai da cabeça ao ralo
Retrato do meu povo, é dele que eu falo

[...]
Elite, controla o ensino da escola
No livro são leigos e gênios com a bola
Brasil, vivemos à margem desse lugar
Onde os Marcola surgem à Beira-Mar

(Rincon Sapiência, 2014)

RESUMO

Esta pesquisa procura entender como os ideais modernizadores advindos da Europa e Estados Unidos foram apropriados no debate sobre os projetos de sociedade e educação em Feira de Santana. Nesse sentido, tem por objetivo compreender os projetos de educação e sociedade expressos em matérias do Jornal *Folha do Norte* na cidade de Feira de Santana de 1930 a 1950. É uma pesquisa documental, situada no campo da História da Educação e tem como fonte os arquivos digitalizados do Jornal *Folha do Norte* que circularam na cidade, disponíveis no Museu Casa do Sertão Universidade Estadual de Feira de Santana-UEFS. Os principais resultados revelaram que apesar das ideias de renovação e progresso, na educação permaneceu ainda um elo com a pedagogia tradicional. Ademais, nos deparamos com evidências de uma verdadeira empreitada pelo ordenamento de corpos, que começava desde a infância, esta era, pois, tema recorrente, seguindo tendência nacional de tê-la como foco da teorização sobre educação. No entanto, o desejo de educar era parcial e atingia de forma diversa as diferentes parcelas da população. As diferenças educacionais entre as crianças das zonas rurais, pobres e negras, e as que habitavam o centro da cidade, filhos da classe média e das elites, eram visíveis na estrutura das escolas, na falta de mobiliário e de valorização docente. Uma oferta diferenciada para atender objetivos diferentes, para o filho do pobre a pouca instrução e a formação para o trabalho menos valorizado, para os filhos das elites a preparação para reger o futuro da cidade. A relação com o trabalho ganhava força na juventude, mas novamente, existia ali a distinção de classe, raça e gênero, para os mais pobres o controle dos corpos perpassava pela criminalização. A educação, juntamente com a imprensa local e as elites da época, desempenharam o papel de articular os discursos que circulavam, imprimir costumes e memórias, definir quem tinha direito à educação e qual o tipo de educação que poderiam acessar, e assim, desenhar os rumos de uma cidade moderna e desigual.

Palavras-chave: História da Educação. Feira de Santana. Ideais Modernizadores.

ABSTRACT

This research seeks to understand how modernizing ideals from Europe and the United States were appropriated in the debate on projects for society and education in Feira de Santana. In this sense, it aims to understand the projects for education and society expressed in articles in the Folha do Norte newspaper in the city of Feira de Santana from 1930 to 1950. This is documentary research, situated in the field of the History of Education, and its source is the digitized archives of the Folha do Norte newspaper that circulated in the city, available at the Casa do Sertão Museum of the State University of Feira de Santana-UEFS. The main results revealed that despite the ideas of renewal and progress in education, a link with traditional pedagogy remained. In addition, we are faced with evidence of a real endeavor for the ordering of bodies, which started since childhood, this was, therefore, a recurring theme, following a national tendency to have it as the focus of theorizing on education. However, the desire to educate was partial, and reached the different parts of the population differently. The educational differences between children in rural, poor and black areas, and those who inhabited the city center, children of the middle class and elites, were visible in the structure of schools, in the lack of furniture and teaching valorization. A differentiated offer to meet different objectives, for the son of the poor the little education and training for the least valued work, for the children of the elites the preparation to govern the future of the city. The relationship with work gained strength in youth, but again, there was the distinction of class, race and gender, for the poorest the control of bodies went through criminalization. Education, together with the local press and the elites of the time, played the role of articulating the speeches that circulated, printing customs and memories, defining who was entitled to education and what kind of education they could access and thus, drawing the directions of a modern and unequal city.

Keywords: History of Education. Santana Fair. Modernizing Ideals.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Fachada do Colégio Santanópolis……....40
Figura 2 - Fachada da Escola João Florêncio……...……41
Figura 3 - Fachada da Escola Normal (Antigo Grupo J.J. Seabra).....42
Figura 4 - Primeira foto de Feira de Santana……....……43
Figura 5 - Mapa de Feira de Santana e seus distritos……....….44
Figura 6 - Praça do Comércio. Feira livre na década de 1920……...……45
Figura 7 - Praça do Comércio. Feira livre na década de 1932……...…45
Figura 8 - Plantação de laranjeiras pelos alunos da Escola Normal Rural no Horto Dr. Eduardo Mota, em setembro de 1935…….....61
Figura 9 - Albergue Noturno……67
Figura 10 - O gigante e o pigmeu…….……74
Figura 11 - A força dos campos……75
Figura 12 - Passeata escolar realizada no dia nacional da juventude……...….85
Figura 13 - Sala de Desenhos do Colégio Santanópolis……...….89
Figura 14 - Laboratório de Educação Física do Colégio Santanópolis……....…89
Figura 15 - Sala de aula de Geografia do Colégio Santanópolis……...……89
Figura 16 - Jornal A Aiveca…….…94

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Relação das pesquisas por tema, local de enfoque, local de publicação, área, período e metodologia…….....…18
Quadro 2 - Relação de jornais do período disponíveis no arquivo……...…32
Quadro 3 - Variedade de assuntos sobre educação divulgados pelo Folha do Norte (1930-1950).....39

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

TEDE	Sistema Eletrônico de Teses e Dissertações
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
PRB	Partido Republicano da Bahia
UDN	União Democrática Nacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDORT	Instituto de Organização Racional do Trabalho
PSD	Partido Social Democrático
UDE	União Democrática Estudantil

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO……13

1.1 **Explorando a temática: um estudo de revisão**…….....…...…17

1.1.1 Temática ……...……...…19

1.1.2 Recorte espacial, local de publicação e área de conhecimento…….....……...….24

1.1.3 Recorte temporal e metodologias utilizadas……...……...…25

1.2 **Metodologia**……...……... 26

1.2.1 A análise documental……...…...…..27

1.2.2 O percurso metodológico……...…...…31

2 EDUCAÇÃO E IMPRENSA NA FEIRA EM TEMPOS DE MODERNIZAÇÃO... 35

2. 1 **A mais preparada do interior – o contexto feirense**…….....……45

3 A RENOVAÇÃO PELA EDUCAÇÃO E O CONTEXTO FEIRENSE…...….....….49

3.1 **As teorias pedagógicas em torno da infância**……...……...…..53

4 INFÂNCIA E PROGRESSO - A ESCOLA COMO GUARDIÃ……...……63

4.1 **A psicologização do ensino e da educação no contexto da Escola Nova**…….....…79

5 PERSPECTIVAS PARA A JUVENTUDE: EDUCAÇÃO E TRABALHO……..83

5.1 Os trabalhos manuais: educando os sentidos…….....…...87

5.2 Formação Moral: entre a criminalização e os exemplos de liderança……91

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS……...……..101

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS……...…….....…… 106

ANEXO A - Índice do livro Trabalhos Manuais Escolares de Manoel Penna (1934).....118

ANEXO B - Digitalização do Registro de matrícula do segundo semestre do ano 1945, do Novo Calandro da Vila de Tiquaruçu, Município de Feira de Santana, regida pela professora leiga Maria do Carmo Nunes.....119

1 INTRODUÇÃO

Pesquisar História da Educação no Brasil é um desafio constituído pela expressiva influência interdisciplinar nos processos históricos que atravessam a educação no país, o que exige, igualmente, um olhar complexo e dinâmico para melhor análise dos resultados obtidos. É um desafio também, porque, apesar de crescente, é ainda tímida em alguns aspectos. Tal realidade exige um cuidado maior com as delimitações e o rigor metodológico. Essa pesquisa, em especial, apresenta um desafio a mais, o fato de ser uma psicóloga pesquisando história da educação.

Esta pesquisa começou a ser pensada antes mesmo da formação como psicóloga, ainda na graduação. Desde lá, na iniciação científica, começo a me aventurar pela pesquisa histórica, investigando o racismo por trás das produções discursivas sobre o negro sertanejo em Feira de Santana entre 1910 e 1940. Ao mesmo tempo, desenvolvia meu trabalho de conclusão de curso, também com o pé na História, procurando contribuir com a compreensão do racismo no pós abolição, a partir da investigação da representação do/a negro/a na cidade de Feira de Santana entre 1889 e 1910. Foi quando começou também o meu contato com os jornais como uma fonte histórica. No Trabalho de Conclusão de Curso-TCC, um dos capítulos, chamado *Para bem lembrar é preciso muito esquecer*, me despertou para o fato de os institutos, museus e faculdades passarem a figurar como verdadeiros laboratórios na construção da história do país, em consonância com um ideal de modernização, foi dessa forma, inclusive, que a psicologia chegou ao Brasil. Essa informação fez surgir o interesse em pesquisar mais a fundo como esse processo se deu na cidade de Feira de Santana, e derivou o projeto de pesquisa que deu origem a essa dissertação. A Psicologia, como se podia esperar, esteve entrelaçada em todo esse processo, o que teremos oportunidade de ver ao longo do texto, corroborando com a visão de que o melhor conhecimento é aquele produzido de forma interdisciplinar. Portanto, a história da cidade de Feira de Santana está permeada de aspectos relacionados à História da Educação, e porque não, da história da Psicologia.

Em relação às produções sobre História da Educação que tematizam Feira de Santana, apesar do avanço nas publicações, não se espera que tais produções exaure todo o campo de pesquisa, sendo presente ainda lacunas, as quais tem sido buscado preencher de variadas formas e com distintas metodologias. Algumas produções que tem como enfoque a História da Educação tem sido desenvolvida também pela área de História, ainda assim a relação entre educação e ideais modernizadores não tem sido frequente, especialmente ao se considerar o

período do nacional estatismo[1]. Entender, portanto, como os ideais modernizadores advindos da Europa e Estados Unidos foram apropriados no debate sobre os projetos de sociedade e educação em Feira de Santana entre 1930 e 1950, é a questão central desta pesquisa.

Na Bahia, até a década de 1920, vivia-se um ambiente de verdadeira crise na educação, mas não apenas nela. A sociedade era palco e atuante de revoluções, greves e manifestações por melhorias sociais, e a educação foi vista como única capaz de responder demandas, tanto sociais, como econômicas e políticas, de acordo com a discussão feita por Luz (2013), existia uma ideia disseminada de "salvação pelo ensino primário". Percebe-se, no entanto, que essa crise pode ser considerada como parcial, desde que não transformou de forma profunda as relações econômicas e sociais (Lombardi, 2014). Funcionou sim, como forma de acirrar a relação entre Estado e sociedade, tendo a educação como elemento central.

Ianni afirma que a partir daí começa-se a perceber a questão social como relevante, diferente do período de escravização, em que a questão social estava posta, mas negligenciada, diz ele que "ao longo das décadas de 1920 e 1930 os governantes e setores dominantes começaram a admitir que a questão social poderia deixar de ser considerada um problema de polícia, e começar a ser tratada como um problema político" (Ianni, 1996, p. 89). Para Mendonça (1986, p. 42) a visão sobre como deveria ser tratada a "questão social" era o ponto em comum entre ideólogos do Estado Novo e burguesia industrial, ambos acreditavam que ela "tenderia a ser sublimada pela união entre elite e massas, que o Estado se encarregaria de promover, organizando o povo em uma nação". Tal perspectiva, assevera a tônica da modernização no período, qual seja, a sublimação dos desejos e necessidades do povo em nome de uma harmonia e civilidade que privilegiassem a burguesia.

O ideal de modernização disseminado pelas elites é parte de um contexto político complexo, a níveis federal, estadual e municipal. Luz (2013) ao estudar o período de 1924 a 1928, salienta que, na época, a Bahia vivia um câmbio de poderes oligárquicos, passando das mãos de J.J Seabra para as de Góes Calmon, período que só é superado, em sua concepção, a partir de 1930. Isso ocorre num contexto, iniciado desde os finais do século XIX, em que o modelo agroexportador da Bahia, baseado na indústria açucareira passa por um declínio. Essa situação foi consequência direta da ascensão da indústria cafeeira no Sudeste, especialmente em São Paulo, que passa a funcionar como eixo da economia brasileira.

---

[1] Na historiografia esse período é compreendido entre o início da década de 1930 e o apogeu do Estado Novo. Período em que, segundo Ferreira e Delgado (2011) está sendo formada a cidadania social no país, em meio a um Estado modernizador e autoritário. Para mais informações sobre o período ler O Brasil republicano: o tempo do nacional estatismo de Ferreira e Delgado (2011).

Nas décadas que seguem, 1930 e 1940, o Brasil passa por uma consolidação no setor de indústria, com forte repercussão na educação, que é perpassada naquele momento por um processo de reorganização. É também daquele ano a primeira turma formada na Escola Normal de Feira de Santana e o início da chamada "ruralização do ensino" que implementou a estratégia de interiorização e veio a ter repercussões na realidade da cidade, neste cenário a Escola Normal passa a ser chamada de Escola Normal Rural a partir de 1935. A Escola Normal Rural funcionou entre 1935 e 1949, quando foi substituída pelo decreto 14.307 pela Escola Normal e Ginásio Estadual de Feira de Santana[2].

O processo de industrialização e a revolução de 1930 trouxeram consigo uma necessidade de renovação da sociedade. Essas aspirações foram sentidas através das manifestações populares, fomentadoras da revolução, mas também no próprio significado dela. No entanto, a revolução apesar de renovadora em diversos aspectos, foi responsável por substituir uma elite oligárquica por uma elite industrial, mantendo, inclusive, a atuação da primeira, através do coronelismo, sentido principalmente nas cidades interioranas. Portanto, essa substituição, representou, na verdade, uma permanência. Os rumos das renovações postas em curso daí em diante tem, portanto, íntima ligação com os interesses dessas burguesias. Coutinho (2006) chama atenção para uma "modernização conservadora" nos termos de Moore Jr. em que a lógica desse processo seria a manutenção de privilégios da burguesia, sem a possibilidade de um pacto com as camadas populares.

Em relação a "modernização conservadora" Mendonça (1986, p. 26) acredita que "deve ser privilegiada a vertente da mudança, no lugar daquela da continuidade", isso porque, apesar de não radical, as mudanças ocorridas após 1930 tiveram a elite industrial como principal beneficiária, num Estado que, ao tentar assentar as diversas vozes da revolução atuou de forma modernizante, através da centralização e do intervencionismo, como forma de assegurar a industrialização do país. Falar em ideais modernizadores nesse período é, portanto, falar sobre os ideais de civilidade e controle das elites sobre o povo, com vias ao controle dos rumos do país para manutenção e ampliação dos seus privilégios.

Em Feira de Santana um movimento de modernização também é posto em execução, como evidenciado por Sousa (2001) e Oliveira (2016), orientado por um projeto de nação que usa como base a educação e a imprensa. Procurava-se acompanhar o processo de modernização da sociedade com vistas aos novos anseios postos pela industrialização. Tal realidade é reflexo do

[2] A Escola Normal de Feira foi criada pela Lei 1.846/25 na gestão estadual de Góes Calmon e municipal de Arnold Silva. Era também a primeira gestão de Anísio Teixeira como Inspetor Geral de Ensino na Bahia (1924-1928).

que vinha acontecendo no país e no estado, mas com características específicas. Assim posto, essa pesquisa, ao questionar como os ideais modernizadores foram apropriados nos projetos de sociedade e educação em Feira de Santana, procura entender o papel das instituições de ensino e dos jornais na construção de um projeto modernizador para o Brasil, e como os ideais de modernidade advindos da Europa e Estados Unidos foram apropriados no processo de escolarização em Feira de Santana. Nestes termos, o objetivo da presente pesquisa é compreender os projetos de educação e sociedade expressos em matérias do Jornal *Folha do Norte* na cidade de Feira de Santana. De modo mais específico, objetiva-se analisar o papel da imprensa e das instituições de ensino feirenses na construção de um projeto de nação; identificar influências do escolanovismo nos discursos educacionais modernizadores circulados em Feira de Santana e compreender como os ideais modernizadores foram apropriados nas projeções sobre as vidas dos sujeitos em suas intersecções de raça, gênero e classe e seus processos de escolarização na cidade.

Procuramos investigar como está o desenvolvimento dessa temática através de uma revisão sistemática. Sobre os estudos de revisão, Vosgerau e Romanowski (2014, p. 167) destacam que eles "permitem a compreensão do movimento da área, sua configuração, propensões teóricas metodológicas, análise crítica indicando tendências, recorrências e lacunas". Diante da análise das produções apresentadas a presente pesquisa justifica-se pela observação da baixa produção de pesquisas sobre os ideais modernizadores na Bahia e sua relação com a educação, número ainda mais exíguo quando o enfoque é para a cidade de Feira de Santana. Essa carência é ainda mais forte para a área da Educação, e remete à necessidade de discussão sobre os fenômenos políticos, econômicos e sociais, atrelados ao cenário educacional da cidade na época

A presente pesquisa representa uma tentativa de enfrentamento à dificuldade de compreensão sobre a realidade educacional que vivenciamos, como nos apresenta Campos (2009), no sentido em que busca compreender o duplo problema que a autora apresenta, o do passado, como analfabetismo e falta de acesso ao ensino, na medida em que busca analisar os processos históricos de produção dessas assimetrias em Feira de Santana; e o do presente, como a demanda por reconhecimento da diversidade étnica e cultural, que como discute a autora, de um ponto de vista dialético da produção do conhecimento, parte da influência de uma dinâmica social.

É relevante na medida em que visa contribuir não apenas para o campo das relações raciais e História da Educação, mas também porque se insere entre os estudos recentes que vêm sendo feitos sobre a cidade de Feira de Santana. Percebe-se um interesse especial pelo trabalho com os jornais disponíveis na Biblioteca Monsenhor Galvão, situado no Museu Casa do Sertão, na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Esses trabalhos geralmente têm um cunho

historiográfico e, segundo nos diz Cunha, (2013, p. 14) situam-se em diversas áreas, tais como: "urbanização, conflitos no campo, modernização urbana, diversões e lazer, política, relações de gênero e trabalhadores". Embora haja uma grande variedade na abordagem desses materiais, podemos notar a lacuna de trabalhos que versem especificamente sobre a relação da modernização com os projetos de educação e sociedade em Feira de Santana, no período selecionado.

1. 1 Explorando a temática

Apesar de sua origem remontar às Ciências da Saúde, os Estudos de Revisão têm sido crescentes nas pesquisas em Educação, o que se deve ao enfrentamento dos desafios supracitados, mas também ao grande número de publicações que vêm sendo feitas recentemente segundo Ramos, Faria, Faria (2014). Para Vosgerau e Romanowski (2014, p. 167) esses estudos "consistem em organizar, esclarecer e resumir as principais obras existentes, bem como, fornecer citações completas abrangendo o espectro de literatura relevante em uma área". De forma mais específica Ramos, Faria, Faria (2014, p. 22) afirmam que os estudos de revisão são caracterizados por "empregar uma metodologia de pesquisa com rigor científico e de grande transparência, cujo objetivo visa minimizar o enviesamento da literatura, na medida em que é feita uma recolha exaustiva dos textos publicados sobre o tema em questão". Evidente que, os estudos de revisão propõem mais que um levantamento ou revisão de bibliografia, mas a produção de uma síntese a partir desses resultados que exponham o atual estado de desenvolvimento da temática através da análise e comparação sistemática das pesquisas encontradas.

Os autores são unânimes em afirmar que nesses estudos existem etapas a serem seguidas, e que a primeira delas consiste em delimitar a questão de pesquisa. Portanto, para nos guiar na compreensão da questão desta pesquisa, qual seja, entender "como os ideais modernizadores advindos da Europa e Estados Unidos foram apropriados no debate sobre os projetos de sociedade e educação em Feira de Santana entre 1930 e 1950", empreendemos a revisão sistemática através de buscas no Banco de Dissertações e Teses da Capes, englobando um contexto mais amplo de produções e também o Sistema Eletrônico de Publicações de Teses e Dissertações (TEDE) da UEFS, de forma a fazer uma apuração mais minuciosa a nível local.

Partindo dessa questão foram elencadas três palavras chaves que foram utilizadas na busca dos bancos de dados. As palavras foram *História da Educação*, *Feira de Santana* e *Ideais Modernizadores*. Uma primeira busca foi feita no Banco de Dissertações e Teses da Capes com o operador booleano do tipo AND incluindo todas as palavras, a qual não obteve nenhum

resultado. Foi utilizado então o operador booleano AND para as palavras-chave História da Educação e Ideias Modernizadoras, de modo que se obteve 133 resultados. Destes, foram selecionados 24 trabalhos a partir dos seguintes critérios de inclusão: Tipo de produção- mestrado e doutorado; Grande Área de Conhecimento – Ciências Humanas; Áreas de conhecimento – Educação e História. Das 24 pesquisas encontradas, foram selecionadas, pelo critério de exclusão *proximidade da temática*, oito textos. A partir desse critério, foram selecionados trabalhos que abordassem a questão da modernização na História da Educação brasileira.

Foi utilizado o operador booleano AND nas palavras chave Feira de Santana e História da Educação. Os critérios de inclusão adotados foram os seguintes: Tipo de produção- mestrado e doutorado; Grande Área de Conhecimento – Ciências Humanas; Áreas de conhecimento – Educação e História. A busca obteve 74 resultados, dentre os quais foram selecionados 2 pelo critério de exclusão *proximidade da temática*. Foi feita a busca, também, com as palavras chave Feira de Santana e Ideias Modernizadoras, com o operador booleano AND. Essa busca obteve apenas 2 resultados, e portanto, não foi necessário refinar a busca com novos critérios de inclusão e exclusão.

Em seguida, foi realizada a busca no Sistema Eletrônico de Publicações de Teses e Dissertações da UEFS, inicialmente com todas as palavras, a qual não retornou nenhum resultado. Na busca com os termos *História da educação* e *Feira de Santana*, aplicando o critério de inclusão áreas do CNPQ – História e Educação, obteve-se 90 resultados, dos quais, apenas dois foram selecionados pelo critério de exclusão *proximidade da temática*, e ainda assim, um deles já havia sido alcançado na busca do Banco de Dissertações e Teses da Capes.

Novamente empreendeu-se a busca com as palavras chave *Ideais modernizadores* e *Feira de Santana*, a qual obteve apenas um resultado, que, no entanto, era da área de desenho, nesse caso, não houve necessidade do uso dos critérios de inclusão nem de exclusão, não havendo ocorrência de resultados compatíveis com a pesquisa. A busca com as palavras chaves *Ideais modernizadores* e *história da educação* também não obteve retorno. Ao todo, treze trabalhos foram encontrados, os quais seguem listados na tabela abaixo, organizados por tema, recorte espacial, local de publicação, área, recorte temporal e metodologia.

Quadro 01: Relação das pesquisas por tema, local de enfoque, local de publicação, área, período e metodologia.

	Autor	**Tema**	**Recorte Espacial**	**Local Publicação**	**Área**	**Recorte Temporal**	**Metodologia**
1	Guimarães, M.C.	Modernização e instrução pública	Goiás	Uberlândia	Educação	1918-1944	Documental

2	Silva, D. A. F.	Educação e propaganda republicana	Brasil	Maringá	Educação	1886-1891	Documental
3	Sousa, G. R.	Saberes pedagógicos, higienistas e econômicos	Brasil	Florianópolis	Educação	1851-1889	Documental
4	Blogoslawski, I. P. R.	Formação de Professores e o Ideário Moderno Educacional	Brasil	Florianópolis	Educação	1909-1938	Documental
5	Santos, A. S.	Imprensa e Instrução Pública	Paraná	Maringá	Educação	1903-1912	Documental
6	Modesti, T.	Educação Rural e Desenvolvimento Cultural	Brasil	Florianópolis	Educação	1946-1963	Documental
7	Kappel, M.N.	Literatura, Imprensa e Ideias modernizadoras	Juiz de Fora, MG	Rio de Janeiro	Educação	1896-1910	Documental/ Bibliográfica
8	Silva, J. N.	Educação e Imprensa Escolar	Campo Grande, MT	São Paulo	Educação	1934-1936	Documental
9	Lima, M. M. G. A.	Pobreza e Educação Asilar	Feira de Santana, BA	Salvador	Educação	1879-1930	Documental
10	Melo, D. S.	Escolarização e Instrução Pública	Salvador, BA	Feira de Santana	História	1881-1890	Documental
11	Cruz, M. O.	Progresso Intelectual e Ideais Modernizadores	Feira de Santana, BA	Campina Grande	História	1909-1940	Documental
12	Santos, C. L.	Modernidade e Moralidade	Feira de Santana, BA	Salvador	História	1940-1960	Documental
13	Oliveira, D. S.	Instituição da escolarização feirense	Feira de Santana, BA	Feira de Santana, BA	História	1890 - 1920	Documental

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do repositório Banco de Teses e Dissertações da Capes e no Sistema Eletrônico de Publicações de Teses e Dissertações da UEFS, 2025.

1.1. 1 Temática

Em relação à temática, todas as pesquisas encontradas versaram de alguma forma sobre o tema da modernização, os contornos dados à discussão, no entanto, variaram de acordo com o recorte temporal e o contexto. Sousa (2019) usa o termo *modernidade oitocentista* já que sua pesquisa está situada na última metade do período (1851-1889). Seu enfoque é a cultura material escolar, explicitando o uso do mobiliário escolar como forma de reinvenção da modernidade oitocentista. Melo (2015) ao abordar a temática faz mais uso do termo *civilizar* do que o de *modernizar*. Apesar da discussão sobre modernização está atravessado durante toda sua obra ele não aprofunda a discussão dos sentidos dessa modernização para a cidade e para o país, enfocando mais a questão da modernidade pedagógica no processo de escolarização da ginástica,

música e dança, a partir da Instrução Pública da Bahia, de 1881, como uma forma de higienização dos corpos.

Sobre a higiene, outros autores também trazem essa discussão atrelada a noção de modernização, é o caso de Sousa (2019), ao se referir ao uso mobiliário escolar como símbolo da educação moderna, ele explicita a confluência entre os movimentos pedagógicos e higienistas. Outros autores também relacionaram a modernização com termos como *civilização* e *progresso*, a exemplo de Cruz (2016), Lima (2019) e Guimarães (2020). Ao discutir a temática Modesti (2020) usa o termo *ideário de desenvolvimento* para se referir ao uso da educação rural como via ao ideário de desenvolvimento. Ao trazer essa abordagem ela adentra uma discussão importante para essa pesquisa, qual seja, a interiorização da educação.

É possível perceber, portanto, que a temática da modernização perpassou o país desde antes da república. Lima (2019, p. 39) afirma que "o processo de escolarização da sociedade brasileira ocorreu de forma lenta e gradual", suas origens remontam ao século XIX. Para ela, "a necessidade em promover a escolarização do povo era diretamente proporcional à modernização do Brasil" (p. 39). Consequentemente, de acordo com Cruz (2016, p. 39), esse processo "não demorou muito para atingir as cidades do interior com certo desenvolvimento econômico e grande prestígio político, como era o caso da cidade de Feira de Santana".

Essa era uma realidade em diversos cantos do país. Nesse sentido, Guimarães (2020) explicita as primeiras tentativas de renovação educacional no estado de Goiás, no início do século XX. Segundo a autora, a tentativa veio através dos grupos escolares "pautados no padrão de modernidade e inovação dos modelos de escolas dos estados de São Paulo e de Minas Gerais". Feira de Santana não fugiu à regra. Oliveira (2016, p. 67), alerta para o posicionamento do intendente da cidade, que "ratificou a magnificência e o estilo moderno da construção e deu andamento à política de modernização escolar quando inaugurou o primeiro Grupo Escolar de Feira de Santana". Esse processo ocorreu ainda no início do século XX, motivos pelos quais, "o Grupo Escolar feirense foi construído com uma arquitetura moderna republicana" (p.68).

Considerando o longo processo de modernização no país, Cruz (2016) propõe sua divisão em duas fases, para fins analíticos:

> A primeira compreende dos finais do século XIX até meados da década de 1930, marcada pelas primeiras intenções de civilidade e progresso, como também pelos investimentos infra-estruturais; segunda, entre as décadas de 1930 e 1960, fase de grandes reformas na imagem da cidade, tais como alargamento e higienização das ruas, investimento em iluminação pública e na construção de prédios, propiciando com isso, aumento nas taxas de urbanização. (Cruz, 2016, p. 43)

A urbanização citada pelo autor surge, na segunda fase da modernização no país, atrelada a uma mudança no perfil econômico. Como já mencionado, o país naquele momento migrava de um modelo agroexportador e incentivava, principalmente no Sudeste, outros modelos de produção. Segundo Blogoslawski (2020, p. 59) "a modernização ganhou destaque durante a década de 1930, e, diante da necessidade de produzir mudanças capazes de levar o país rumo à racionalização do mundo do trabalho". Tal racionalização passava necessariamente pela organização da educação e por uma renovação pedagógica, nas quais as elites políticas estavam empenhadas.

Das treze pesquisas encontradas, cinco fizeram menção à relação entre elite política e educação. Cruz (2016), Santos (2019), Modesti (2020), Guimarães (2020) e Silva (2020) usam termos como *política e educação* e *discurso político e educação* para evidenciar essa intersecção. Isso demonstra a profundidade dos autores na compreensão de que os interesses da elite política e a educação no Brasil sempre andaram de mãos dadas. Os autores demonstraram a relação entre os processos ocorridos em níveis locais com o contexto nacional através do uso de expressões como *ideário nacionalista* e *ideário republicano*, evidenciando que a análise sobre uso da imprensa, ideais modernizadores e escolarização das massas só pode ser feito a partir da consideração de um contexto mais amplo.

Para discutir sobre elites no Brasil é imprescindível a consideração sobre a formação social e política do país, através de uma abordagem sobre classes sociais, raça e gênero. Nesse sentido, coadunamos com Guimarães (2012, p. 40) na compreensão das classes como "grupo hierárquico, de distinção e de honra sociais" que, no entanto, precisa ser analisada considerando algumas especificidades, pois:

> Quando os conceitos de "raça" e "gênero" são aplicados aos estudos sobre desigualdades socioeconômicas ou pobreza eles têm o efeito virtuoso de revelar aspectos que o conceito de "classe" não poderia explicitar. Eles desvelam certas particularidades na construção social da pobreza que eram antes ignoradas. Em vez de continuarmos a pensar que a relação entre "cor" e pobreza é de coincidência, passamos a investigar o papel constituinte da "cor" sobre a pobreza (Guimarães, 2012, p. 78).

Em relação ao gênero, o autor assevera que a pobreza e a falta de oportunidades atingem mais mulheres do que homens. Assim, fica posto que não dá para fazer análise de uma categoria, sem considerar outra. Entre as pesquisas encontradas algumas fizeram menção a temática de classe e gênero, mais especificamente seis delas. Santos (2010), Melo (2015), Cruz (2016) e Oliveira (2016) usaram termos como *hierarquias sociais, negros e pobres, relações de poder* e *classes populares* para abordar o assunto. Nesse contexto, Lima (2019) ao falar sobre a educação de moças desvalidas no asilo Nossa Senhora de Lourdes em Feira de Santana – BA, mostra como

aquelas jovens pobres e órfãs passam a depender da filantropia e educação asilar como meios de sobrevivência. Apenas Melo (2015) e Oliveira (2016) evidenciam a questão racial, sendo que a última aborda a questão já no título; e apenas Santos (2010) e Lima (2019) abordam aspectos sobre estudos de gênero e História das Mulheres.

Todos esses trabalhos fazem relação entre a ordenação da classe pobre e os ideais de modernização. Oliveira (2016) aponta que os negros já estavam presentes no processo de escolarização no início da república, sendo realidade a instrução de negros até mesmo antes da abolição. A autora aponta que na república essa era uma forma de tornar os indivíduos negros e trabalhadores sujeitos ordeiros, de acordo com os ideais de modernização, assim, eles "foram constituídos como os sujeitos a serem civilizados por meio das intervenções do ensino de primeiras letras, o ensino primário (Oliveira, 2016, p.45).

Sabemos que, como Abdias do Nascimento (1978) apresenta em sua obra, o racismo no Brasil é um processo mascarado que contou, no período do pós abolição, com a exploração sexual da mulher negra para apagar a "mancha negra da sociedade". Continuou contando com o "produto" dessa exploração, o mulato, como elemento central da política de embranquecimento que é alimentado pelo mito da democracia racial, em voga a partir da década de 1930. Cientes desse processo, e a par de toda produção acerca da questão racial, especialmente no que se refere à história da educação, e tomando a fundo os ensinamentos de Abdias do Nascimento, é nosso compromisso "desmascarar" o racismo no Brasil.

Nesse sentido, ao discutir o papel das instituições de ensino no projeto de nação para o país, é preciso situar que a educação não era um direito de todos desde a constituição imperial de 1824, na qual escravizados não eram considerados cidadãos e mulheres eram silenciadas (Barbosa, 2020). A situação, segundo a autora, não muda muito com a constituição de 1891 que não garante o voto às mulheres e exige letramento para exercer o voto. Concluímos que a população negra e pobre, muitos deles descendentes de escravizados, ainda não tinha a educação como garantia entre 1930 e 1950. Enquanto isso, as escolas Normais participavam do projeto modernizador no país e em Feira de Santana, elas confirmavam que a educação que se praticava ali não devia ser acessada por todos. Ainda recente, nas últimas décadas, Gentili (2009, p. 1063) ao discutir o processo de "universalização sem direitos" que promove uma "exclusão includente" afirma que "a inclusão educacional é um processo que se constrói em oposição às forças e tendências que produziram e historicamente produzem a negação do direito à educação dos mais pobres e excluídos" e ainda, que uma das dimensões que historicamente produziu a negação desse direito foi seu não reconhecimento na legislação nacional.

No mesmo sentido, em seu estudo sobre processo de escolarização no Recôncavo da Bahia, no período de 1925 a 1946, Barbosa (2020, p. 214) ratifica que "é importante reconhecer o ordenamento jurídico como um instrumento viável de luta e como um caminho para desvelar os impasses, as disputas e os marcos na constituição histórica da educação para a infância do Recôncavo". Compreende-se que tal consideração deva ser posta em evidência também para a cidade de Feira de Santana, e que é necessário procurar compreender a interface dessa realidade com a construção de um sistema de educação que atendia aos ideais modernizadores da época.

Verifica-se que a construção desse sistema de educação a nível local e nacional esteve influenciado por teorias advindas de outros países, como Estados Unidos e países da Europa. A renovação da educação começa a ser empreendida ainda em meados do século XIX, segundo Lima (2019), com o desenvolvimento do Método Intuitivo. Nesse mesmo sentido, Guimarães (2020) relata que:

> O método intuitivo, também conhecido como lições de coisas, começou a ser disseminado no Brasil a partir da reforma do ensino primário e secundário no Município da Corte proposta por Leôncio de Carvalho por meio do Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879 (Guimarães, 2020, p. 119).

A autora destaca como, posteriormente, o método é instituído oficialmente para o ensino em Goiás. O método se disseminou por todo país, sendo cada vez mais observado ao longo do tempo. Blogoslawski (2020, p.189) disserta acerca da presença do método intuitivo ou lição das coisas no desenvolvimento de instituições teuto brasileiras no sul do país no início do século XX, segundo o autor "No desenvolvimento do método intuitivo, a atenção à educação da criança é fator primordial para sua aprendizagem, cabendo ao professor a organização do espaço de formação pedagógica". O enfoque na criança trazia consigo a visão do pensador do método, Johann Henrich Pestalozzi, que segundo o autor, pretendia psicologizar a educação. Desse modo ele traz um debate sobre a relação entre Psicologia e Pedagogia no ensino das instituições teuto brasileiras.

As influências do ideário de modernização europeia na construção do projeto de nação no Brasil podem ser sentidas em diversas áreas. Uma delas é a Psicologia, que antes de figurar no Brasil de forma institucionalizada, chega pelas arestas que as outras áreas lhe ofereciam, passando a ocupar um espaço próprio como campo de saber e de práticas, mesmo que ainda não se configure como disciplina autônoma (Massimi, 1990). As influências modernizadoras da Psicologia surgiam sempre atreladas à Educação, justamente no momento em que surgem as Escolas Normais no Brasil, a partir da segunda metade do século XIX (Lhullier, 1999). As duas áreas se desenvolvem no Brasil de forma concomitante e através de diversas parcerias, não à toa

a Psicologia Educacional e a do Desenvolvimento surgem no Brasil atreladas às Escolas Normais, segundo nos informa Lhullier (1999). A autora ainda afirma que "Os temas psychológicos eram tratados de forma pragmática nestas escolas, as quais procuravam instruir seus alunos em uma metodologia científica de ensino inspirada nos modelos europeus e norte-americanos" (Lhullier, 1999, p. 34). Estudar as influências pedagógicas no projeto de nação do período é, portanto, compreender a relação entre o discurso da Educação que vinha atrelado a outros discursos, como o da psicologia, e os ideais modernizadores.

Ainda sobre a atenção à criança, frisada pelo autor, presume-se que ela deveria vir atrelada à metodologia da lição das coisas, que para Pestalozzi consistia no foco no real, oferecendo conteúdos sensíveis que antecedem à observação (Zanatta, 2012). A cultura material escolar ganhava, então, um enfoque especial, num momento em que, apesar da aposta na educação como meio a garantir fins preciosos para as elites, figurava também a precariedade nos ambientes de ensino. Em Feira de Santana, Oliveira (2016, p.112) mostra que o método intuitivo também foi a forma que fez chegar até a cidade as influências teóricas norte americanas e europeias ainda no início do século XX, tal método, no entanto, "exigia para sua aplicação uma abundância de material didático e livros escolares". Resolver essa e outras querelas em relação às contradições dos objetivos a serem alcançadas com a educação e as condições materiais oferecidas, foram questões que se perpetuaram ao longo das décadas seguintes.

1.1. 2 Recorte espacial, local de publicação e área de conhecimento

Neste item procuramos analisar o recorte espacial, ou seja, o local que é enfocado nas pesquisas analisadas, compondo sua delimitação geográfica. Procuramos entender quais os locais que despertam o interesse dos pesquisadores para que direcionem seus objetos de pesquisa. Foi feita também uma análise do local de publicação, investigando, portanto, onde esses textos foram escritos e publicados, a fim de traçar em quais regiões do país estão concentradas as publicações encontradas e assim correlacionar se existe uma equivalência entre os locais de publicação e o recorte espacial. Na análise da área de conhecimento seguimos as definições da Capes, entendendo essas áreas enquanto conjunto de conhecimentos inter-relacionados a partir da natureza dos objetos que são investigados. Assim, entendemos que História e Educação, enquanto áreas de conhecimento distintas, favorecem discussões específicas, mesmo que compartilhem algumas subáreas e interesses em comum, como é o caso da História da Educação.

Quatro estudos não fazem recorte espacial específico, fazendo uma discussão a nível nacional. Outros quatro estudos fizeram recorte temporal de regiões do Sul, Sudeste e Centro

Oeste. Apenas os cinco restantes utilizaram a Bahia como recorte, um número pequeno que, por si, justifica a necessidade de pesquisas como essa, que tenham a Bahia como enfoque. Quando passamos a analisar o local onde esses trabalhos foram realizados percebemos uma centralização ainda maior nas regiões do sul e sudeste, sendo que cinco deles foram realizados no sul (Maringá, PR e Florianópolis, SC) e dois no sudeste (Rio de Janeiro, RJ e São Paulo, SP). Apenas um foi realizado no Centro Oeste (Uberlândia, GO) e nenhum na região Norte.

Dos treze trabalhos encontrados, apenas quatro enfocaram a cidade de Feira de Santana, e ainda assim, apenas uma delas foi realizada na mesma, vale salientar que se obteve duas pesquisas realizadas em Feira de Santana, no entanto, uma delas não enfoca a cidade, e sim a cidade de Salvador. Foi possível perceber também que das cinco pesquisas realizadas na Bahia, quatro são da área de História, inclusive as duas publicadas em Feira de Santana. No mais, todas as outras pesquisas encontradas, portanto, as que foram realizadas fora da Bahia, são da área de Educação, enquanto a maioria realizada aqui são da área de História. Isto indica uma fragilidade de pesquisas sobre História da Educação, na área de Educação, realizadas na Bahia, e especialmente, em Feira de Santana, no que se refere a essa temática.

1.1.3 Recorte temporal e metodologias utilizadas

Neste item analisamos o recorte temporal das pesquisas analisadas, entendendo-o enquanto uma delimitação no tempo em que o objeto está situado na pesquisa. Desse modo, buscamos evidenciar quais as pesquisas circunscrevem os ideais modernizadores em um período próximo ao utilizado nesta pesquisa. Quanto à metodologia procuramos perceber qual o método utilizado para coleta e análise dos dados, buscando perceber em que se aproximam ou se distanciam desta pesquisa e se existe relação entre esse método e o objeto escolhido.

Todos os trabalhos estavam situados temporalmente entre a última metade do século XIX e o início da segunda metade do século XX, sendo que apenas dois deles abrangem o início da década de 1960. Modesti (2020), ao falar sobre a presença de projetos de educação para o desenvolvimento na cultura política, utiliza o período de 1946 a 1963 para enfatizar a interiorização da educação e Santos (2010) discorre sobre moralidade e honra sexual em Feira de Santana entre 1940 e 1960. Outros trabalhos estão situados no final do século XIX, como é o caso de Souza (2019) e Silva (2020). Algumas das pesquisas coincidem temporalmente com o nosso estudo (1930 a 1950), sendo que podem abranger uma parte dos anos iniciais ou parte dos anos finais.

Em relação à metodologia, todos os trabalhos utilizam fontes documentais. Cellard (2012, p. 295) chama atenção para a importância do uso de documentos em pesquisas históricas, já que o documento é "insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas". Também nesse ponto existe uma aproximação com essa pesquisa. Vários foram os tipos de documentos utilizados, desde atas a fotografias e censos demográficos, sendo que nove deles utilizam mais de um tipo de documento.

Apenas cinco pesquisas utilizam unicamente jornais como fonte. Santos (2019) e Silva (2020) utilizam o jornal *A República* para falarem sobre imprensa e instrução pública primária e sobre ação educativa e propaganda republicana. Cruz (2016) utiliza o mesmo periódico que utilizaremos nesta pesquisa, qual seja, o *Folha do Norte*, como fonte única de seu trabalho ao pesquisar ideais de progresso e modernidade em Feira de Santana entre 1909 e 1940. O autor, no entanto, apesar de pesquisar sobre progresso intelectual, não tem a educação como foco do seu trabalho. Já Oliveira (2016), utiliza também o *Folha do Norte* como fonte para pesquisar instrução de pobres e negros em Feira de Santana, o período, no entanto, é anterior ao dessa pesquisa, indo somente até o ano de 1920.

As pesquisas encontradas demonstraram reconhecer o papel da imprensa na disseminação dos objetivos da elite com a educação. Blogoslawski (2020, p. 77) ao falar sobre o sistema de ensino teuto brasileiro, afirma que "a imprensa desempenhou relevante papel" através da influência no meio social. Também Guimarães (2020), no contexto goiano, fala sobre o uso do Correio oficial de Goiás como veículo oficial do Governo. Em relação a Feira de Santana, Cruz (2016, p. 14) afirma que "fica evidente que o papel da imprensa nesse contexto era a da difusão das ideias de civilidade e modernidade colocadas em prática em nome da imperiosa necessidade de crescer e modernizar-se". O autor destaca ainda a função educadora dos jornais, os quais, Oliveira (2016) salienta terem sido palco de disputa política na cidade.

1. 2 Metodologia

Esta é uma pesquisa documental, de caráter historiográfico, que mergulha na história da educação, entendendo que "o documento é a peça fundamental do conhecimento histórico" (Massimi, 2010, p. 101). O documento aqui é entendido no seu sentido amplo, não apenas o escrito. A historiografia avançou no sentido de alargar a noção de documento, desde o movimento dos Annales na década de 1920, como veremos adiante. Tem como fonte os arquivos

digitalizados do Jornal *Folha do Norte* que circularam em Feira de Santana, com periodicidade semanal, especificamente entre 1930 e 1950. Os jornais estão disponíveis no acervo digital da Biblioteca Monsenhor Galvão, no Museu Casa do Sertão – (UEFS). A análise se restringirá aos jornais disponíveis neste arquivo.

O período escolhido é devido, portanto, aos efervescentes debates sobre educação ocorridos na época, como apresentado por Barbosa (2020). Segundo a autora, "nos anos de 1920, 1930 e 1940, apesar do discurso vibrante, os passos foram tímidos e as ações tiveram pouco alcance em direção à ampliação da escolarização pública" (Barbosa, 2020, p. 213). Ela discute que o período, especialmente a partir de 1930, é permeado por um ideário renovador que é acompanhado por grandes marcos na educação como o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova em 1932, a constituição de 1934, a ditadura do Estado Novo e a Constituição de 1937, a criação do INEP em 1938 e a constituição de 1946. Todos esses acontecimentos precisam ser compreendidos dentro do contexto da época, de condições educacionais de uma sociedade de classe, em que a luta e o jogo de forças sociais são importantes características, como é chamado a atenção pela autora. Em Feira de Santana esse é um momento crucial para o desenvolvimento do projeto modernizador e de expansão da urbanização da cidade (Souza, 2001; Oliveira, 2016), compreendendo um período logo após a inauguração da Escola Normal, em que a mesma funcionou como parte do projeto social de regeneração dos costumes (Souza, 2001).

Para análise dos dados, foi utilizada a Análise de Conteúdo (A.C) a partir dos seguintes procedimentos: pré-análise, exploração sistemática do material, tratamento dos resultados obtidos (categorização) e interpretação (Bardin, 2016). Estas divisões em categorias de representação percebidas nos jornais serão definidas *a posteriori* da leitura destes.

O critério de inclusão para seleção das notícias utilizadas foi o de **notícias sobre educação em Feira de Santana ou sobre o contexto nacional geral** e o critério de exclusão foi o de **notícias sobre educação em contextos específicos de outras cidades, estados ou país**.

1.2.1 A análise documental

A pesquisa histórica, vencendo os diversos desafios que lhe são constituintes, apresenta-se hoje como possibilidade de pesquisa de uso crescente em variadas áreas. Na área da Educação essa realidade concretiza-se cada vez mais através da pesquisa documental. Luana Montão e Paula da Cruz (2021) fazem uma mostra da relevância dessa relação ao abordar sobre pesquisas científicas em programas de pós-graduação entre 2003 e 2010 que adotaram a pesquisa

documental para abordar o tema educação e saúde numa perspectiva histórica. Desse período para cá o número de pesquisas aumentou muito, consolidando ainda mais a área. Em Feira de Santana, pesquisas como as de Ione Celeste de Sousa (2001) e Elizabete Barbosa (2013) têm mostrado uma tendência ao uso de fontes documentais escritas, especialmente, os jornais.

O uso de fontes documentais em pesquisas científicas, apesar de mais evidente hodiernamente, suscita ainda várias dúvidas para quem se aventura em utilizá-la. De início, vale situar que apesar da predileção pelas fontes escritas, o universo dos documentos não se restringe a elas, numa concepção mais ampla, o documento pode ser visto atualmente como tudo que é vestígio do passado e que serve de testemunho (Cellard, 2012). Assim posto, fica evidente que fazer análise de documento, muitas vezes vai significar extrapolar o texto, ultrapassando a já superada concepção positivista, em que documento era igual a texto (Le Goff, 1984). Cellard (2012) é uma das referências que nos orienta nesse sentido. Ao nos apresentar os elementos para uma avaliação preliminar, ele diz que o contexto importa, e por vezes, vai dizer mais que o próprio texto. Analisar documentos é, portanto, analisar a história do documento e considerar que este é instrumento da memória. E é justamente a contestação da memória que aprofunda os estudos de fontes documentais em pesquisas historiográficas de Educação (Vidal; Paulilo, 2020). Arquivos e artefatos escolares deixam de ser as únicas fontes, e passam a caminhar lado a lado com outras fontes, como os jornais.

Pode-se questionar, afinal, o que é a pesquisa documental? Em resposta a esse questionamento Sá-Silva; Almeida e Guindani (2009) a definem como um procedimento que utiliza métodos e técnicas no intuito de compreender e analisar diversos tipos de documentos. Porém, nem toda pesquisa feita com documentos é uma pesquisa documental se levarmos em consideração a natureza das fontes. É necessário separar, por exemplo, a pesquisa documental e bibliográfica, desde que, a última está empenhada em utilizar fontes científicas já tratadas como livros e teses, enquanto a documental utiliza de materiais que ainda não foram tratados ou editados, como jornais, diários, correspondências pessoais, entre outros (Cechinel, et al., 2016).

Feita a consideração sobre esse ponto é necessário avançar sobre a compreensão do documento. Já relatamos anteriormente que ele ganha uma nova conotação ao superar a visão positivista de concepção sobre sua natureza. Um movimento importante nesse processo foi a Escola dos Annales, onde os fundadores defendiam a necessidade de ampliação de tal concepção. Para Febvre, um dos fundadores dessa Escola, a história se faz também sem documentos escritos quando esses não existem (Le Goff, 1984). Assim posto, evidencia-se o que hoje parece-nos

comum, a consideração do documento para além do escrito, abrindo-se o leque para filmes, fotos, entre outros e acompanhando o desenvolvimento da história.

A escolha da fonte documental justifica-se pelo fato de, na época, os jornais serem os grandes aliados de instituições de ensino e de uma elite intelectual para divulgação e perpetuação dos seus ideais. Segundo Schwarcz (1993) as revistas e jornais eram meios pelos quais os "homens da ciência" cumpriam com o objetivo de potencializar a produção científica no país, divulgavam suas teorias e regiam a direção do futuro. Era comum, inclusive, que tais instituições tivessem seu próprio periódico, tanto as de ensino superior, quanto as secundárias. Silva (2011), em sua pesquisa sobre *O Lavrador*, jornal cearense produzido pela Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte, com fundação em 1934, discute como tal periódico atendia aos objetivos de uma elite latifundiária para qual a "formação de professores especializados para atuarem no campo seria importante por qualificar os futuros trabalhadores rurais para a agricultura e a pecuária" (Silva, 2011, p. 67).

Em Feira de Santana, Ione Souza (2001) apresenta como a Escola Normal esteve atrelada à implementação de um projeto de nação através da educação, num período em que a cidade pretendia uma expansão na urbanização, sendo tais escolas utilizadas como um meio de atender a esse projeto modernizador. O *Folha do Norte*, assim como outros jornais que circulavam na cidade mantinham íntimos interesses políticos relacionados, muitas vezes, aos próprios redatores e proprietários, que eram, via de regra, parte da elite feirense. O referido jornal é escolhido também, por ser o de maior circulação no período estudado.

Oliveira (2016) nos informa que na construção de um projeto de nação no país no pós abolição, a educação exerceu papel fundamental, agindo na normalização, higienização e disciplinarização da população através da escola estatal, e que na Bahia, a estruturação do sistema educacional não fugiu essa regra, inclusive, em Feira de Santana, o processo de escolarização foi fundamental na concretização dos planos de modernização da elite feirense para a cidade, o que era reposto constantemente nos jornais. A autora também nos mostra que a moral era um dos principais temas relacionados à educação na cidade.

A historiografia da educação na Bahia e em Feira de Santana apresenta produções acerca de objetivos diversos que norteiam e jogam luz sobre os caminhos de quem se aventura a pesquisar tal temática. Aprender a ler as entrelinhas dessas produções e reconhecer os pontos que os aproximam e/ou distanciam, especialmente no concernente às concepções de cada autor sobre sociedade e educação em diferentes épocas, foi o que possibilitou o surgimento desse texto. Para tanto, foram utilizados autores das áreas de História e de Educação que têm em comum o interesse pela História da Educação.

Atentando ao desenho do contexto da cidade, num processo resultante de movimentos datados desde a virada do século, buscamos seguir os passos da educação feirense naquele momento de grandes mudanças para Feira de Santana. Para tanto, organizamos essa pesquisa em quatro capítulos, dois capítulos teóricos e dois capítulos de discussão dos resultados obtidos através da análise das fontes. No primeiro capítulo, tivemos como objetivo analisar o papel da imprensa e das instituições de ensino na construção de um projeto de nação em Feira de Santana. Procuramos apresentar brevemente a história da cidade e traçar uma relação entre o ideal de modernização posto em prática no período em estudo e a utilização da imprensa e da educação como meios de atingir esse fim. Foi feita também uma análise sobre o papel que os jornais desempenhavam nos projetos das elites, que se entrecruzam em diversos momentos. Adentramos ao universo ficcionista, mas repleto de História, de Eurico Alves Boaventura (2006), para revisitar o cotidiano da cidade, atentando aos aspectos relacionados à educação. Depois, fizemos um breve passeio por sua história e o contexto educacional da cidade na época em estudo, com a ajuda de Oliveira (2014), Dórea (2018), Cunha (2013), Oliveira (2016) e outros autores que foram utilizados de maneira mais breve. Cunha (2013) e Oliveira (2016), nos ajudam a pensar também sobre o papel desempenhado pela imprensa, fornecendo-nos elementos para entendermos o contexto de surgimento do Jornal *Folha do Norte*, para esse fim, utilizamos também das contribuições de Lins (2014). No subtópico, para entendermos os eventos históricos relacionados à educação na cidade, como a criação da Escola Normal, recorremos à Sousa (2001, 2012) e Cruz (2012), sempre em diálogo com o contexto estadual, para o qual recorremos, principalmente, ao trabalho de Luz (2013).

No segundo capítulo procuramos fazer uma incursão histórica, de modo a compreender as nuances e influências sofridas pelo contexto educacional no país, no estado da Bahia e na cidade de Feira de Santana entre 1930 e 1950. Tivemos como objetivo identificar influências do escolanovismo nos discursos educacionais modernizadores circulados em Feira de Santana. Para tanto, utilizamos, dentre outros autores, os renomados professores Saviani (2013) e Manacorda (2000), no intuito de compreender a História da Educação em esfera nacional, contextualizando o período escolhido; Mendonça (1986) e Ribeiro (2010) que nos auxilia com a discussão sobre modernização, industrialização e contexto político da época, cercando-nos dos conceitos necessários ao desenvolvimento da pesquisa; Luz (2013) que no ajuda a entender o contexto baiano na época, trazendo um enfoque para as questões educacionais; e novamente, as referências dos historiadores Sousa (2001, 2012) e Cruz (2012) que aprofundam a discussão desse texto a nível dos acontecimentos na História da Educação feirense. No subtópico sobre psicologização da infância e educação, recorremos à bibliografia clássica de Rousseau (1995), Comenius (2001)

e Dewey (1978, 1979 e 1984), sempre em diálogo com os comentadores Zannata (2001, 2012), Souza e Martinelli (2009).

Nos capítulos três e quatro empreendemos a discussão dos resultados obtidos através da análise das fontes. Objetivamos nestes capítulos compreender como os ideais modernizadores foram apropriados nas projeções sobre as vidas dos sujeitos em suas intersecções de raça, gênero e classe e seus processos de escolarização na cidade de Feira de Santana. Isso foi feito em duas etapas, a primeira, que diz respeito ao terceiro capítulo, procurou compreender como se deu a escolarização na infância, e quais os discursos e práticas voltados para as crianças e educação primária na cidade de Feira de Santana. No capítulo quatro imergimos nos aspectos relacionados à vida dos jovens, procurando compreender quais os signos ligados à juventude feirense na época e as expectativas alimentadas pela elite em relação à mocidade. Essa opção foi feita por entender, através das fontes consultadas, que ocorreu na cidade uma verdadeira tentativa de controle das vidas dos sujeitos, que perpassava pela infância e ia até a fase adulta. Essa intervenção era sentida através da educação, que definia os rumos que cada cidadão devia seguir. O caminho que cada sujeito devia percorrer, variava, inclusive, a depender de fatores como raça, gênero e classe social. A discussão foi feita sempre em diálogo com a vasta bibliografia relacionada. Nesse sentido, recorremos também ao Código de Menores de 1927, ao Registro de Matrículas da professora leiga Maria do Carmo Nunes (1945) e a tese apresentada por Dival Pitombo e Áureo Oliveira Filho na 2ª Conferência do Rotary Clube, no distrito 123, em Natal (1950).

1.2 .2 O percurso metodológico

Dentre os diversos trabalhos que se preocuparam em pautar a metodologia da pesquisa documental, raros são os que se empenham em demarcar o percurso metodológico utilizado em suas pesquisas. Cellard (2012) nos oferece uma boa ferramenta para orientar esse percurso ao estabelecer os elementos preliminares de análise, que, segundo ele, são: contexto, autores, confiabilidade, natureza do texto e conceitos-chave. De acordo com tais elementos é necessário "Conhecer satisfatoriamente a conjuntura política, econômica, social e cultural que produziu um documento determinado" (p. 299); "ter previamente uma boa ideia da identidade da pessoa que se expressa, dos seus interesses e dos motivos que a levaram a escrever" (p. 300); "assegurar-se da qualidade da informação transmitida" (p. 301); "levar em consideração a natureza do texto, ou o seu suporte, antes de tirar conclusões" (p. 302), "Compreender satisfatoriamente o sentido empregado pelo autor de um texto" (p. 303), respectivamente. Com todos esses elementos

atendidos procede-se, enfim, à análise propriamente dita, que consiste no complexo exercício de reunir todas essas partes em coesão com o referencial teórico escolhido. O percurso trilhado por essa pesquisa procurou atender a tais pressupostos. Para tanto, foi necessária uma imersão teórica sobre a pesquisa documental no contexto da História da Educação. Além disso, o conhecimento histórico acerca da época estudada se fez relevante, para não tirar do contexto as informações contidas nos jornais, e para ter fundamentação suficiente para ler as entrelinhas das notícias.

Foi feito inicialmente um levantamento sobre as fontes através de visita à hemeroteca, qual seja, a Biblioteca Monsenhor Galvão, situada no Museu Casa do Sertão/UEFS, para verificação da quantidade do acervo disponível; A partir desse ponto foi analisado se o acervo disponível correspondia ao intervalo de tempo investigado. Assim, foi comprovada a existência e possibilidade de acesso às fontes, que foram organizadas na tabela que segue, contendo a quantidade de arquivos/páginas de jornal para cada ano, assegurando a viabilidade de desenvolvimento da pesquisa.

Quadro 2: **Relação de Jornais do período disponíveis no arquivo**

Jornais Folha do Norte disponíveis no Museu Casa do Sertão			
Ano	**Quantidade de páginas**	**Ano**	**Quantidade de páginas**
1930	212	1941	208
1931	210	1942	208
1932	211	1943	218
1933	210	1944	202
1934	212	1945	212
1935	208	1946	210
1936	218	1947	208
1937	220	1948	218
1938	216	1949	210
1939	206	1950	246
1940	208	-	-

Fonte: Elaborado pela autora com base nos arquivos disponíveis no Museu Casa do Sertão, 2025.

Já em contato com as fontes foi procedido o processo de catalogação. Nessa etapa, os jornais foram analisados um por um, e as notícias relativas à educação em Feira de Santana foram selecionadas e organizadas em tabela Excel, contendo o ano, número do arquivo, dados do jornal

(como edição e dia/data da semana em que circulou), descrição (síntese da notícia) e categoria. A coluna correspondente à categorização foi preenchida posteriormente à catalogação e exploração sistemática de todos os jornais, em consonância com a proposta metodológica. Em relação ao tipo do documento, as fontes utilizadas diferiram um pouco da classificação utilizada por Cellard (2012). O autor, ao classificar os tipos de documentos escritos, separa-os entre públicos e privados, sendo os privados classificados em arquivos privados e documentos pessoais e o público dividido entre os arquivados e não arquivados. Os exemplares do Jornal *Folha do Norte* diferiram dessa classificação, que situava os jornais como documentos públicos não arquivados. Os jornais, no entanto, estavam abrigados no Museu Casa do Sertão em arquivos digitalizados.

Os jornais, foram utilizados, portanto, como fonte principal dessa pesquisa, no entanto, por compreender a necessidade do traçado de uma rede de documentação que possibilite a melhor visualização das relações políticas e educacionais na época, foram utilizadas também, de modo secundário, outras fontes. A listagem completa das fontes utilizadas é que segue:

I. Jornal Folha do Norte (1930-1950)
II. Anuário Estatístico do IBGE anos 1936 e 1950
III. Memória Fotográfica de Feira de Santana
IV. Dicionário Personativo
V. Registro de matrículas do segundo semestre do ano de 1945, Escola do Novo Calandro da vila de Tiquaruçu.
VI. Documentação relativa à venda de dois prédios escolares de Feira de Santana, 1941.
VII. Tese apresentada pelo Rotary Club de Feira de Santana à 2ª Conferência do Distrito 123, em Natal, em abril de 1950.

Após a catalogação do material, de acordo com os critérios de exclusão e inclusão previamente estabelecidos, procedemos à escolha das unidades de registro. Segundo Bardin (1977, p. 104) a unidade de registro é “a unidade de significação a codificar e corresponde ao segmento de conteúdo a considerar como unidade de base, visando a categorização”. A autora afirma que essa unidade pode ser de natureza variável, figurando no universo de possibilidades, como uma das unidades mais utilizadas, *o tema*. Bardin (1977, p. 105) define que “fazer uma análise temática, consiste em descobrir os ‘núcleos de sentido’ que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição, podem significar alguma coisa para o objetivo analítico

escolhido" é, pois, uma boa ferramenta para trabalhar com comunicações de massa. Nesse caso, a categorização é semântica.

Procedida essa etapa, efetuamos o tratamento do material com o suporte da Planilha Excel, através de buscas com as palavras contidas em cada tema. Assim, para o primeiro tema, foi feita a busca com a palavra infância, as notícias encontradas foram organizadas em um quadro branco de brainstorming de modo a compreender em qual contexto as palavras costumam aparecer, quais os tipos de situações e personagens envolvidos. O mesmo foi feito com a palavra escola, e posteriormente com as palavras juventude e trabalho. A partir desse processo derivaram-se os capítulos 4 e 5. Seus títulos refletem as unidades temáticas escolhidas e fazem uma discussão a partir do que as matérias de jornais, elencadas por esse procedimento, nos apresentaram.

2 EDUCAÇÃO E IMPRENSA NA FEIRA EM TEMPOS DE MODERNIZAÇÃO

"Quando não é boi, é boiada...", e como poderia a professora Tatu organizar os estudantes para cantar o hino? Essas palavras atribuídas à professora Tertuliana Cerqueira por Juarez Bahia (1986, p. 10) descreve o cotidiano na Escola Anexa aos fundos da Escola Normal, e retrata, através do dito, o não dito dos ideais modernizadores na vivência dos cidadãos feirenses. Mais especificamente, o relato de Bahia (1986) nos coloca em contato com as contradições de uma cidade que se pretendia moderna, e propagandeava a educação com esse fim, mas lidava diariamente com os elementos rurais da sua história. A garotada ria-se disso, e cutucava os bois com uma vara de modo a provocar a irritação da professora Tatu, afinal, o ideal de modernização não era preocupação de todas as parcelas da sociedade feirense. Era, antes, um retrato do que Ferreira e Delgado (2011) apresentam em sua discussão, a união das elites intelectuais e políticas no Brasil, que ganha forças, principalmente, a partir de 1930. Dados do Jornal *Folha do Norte* demonstram que, inclusive, essa era uma cena comum na cidade, tendo o jornal noticiado a invasão de uma escola por um "boi da cara preta" em 1930 (Proezas [...], 1930, p. 1).

Esse capítulo tem o objetivo de analisar o papel da imprensa e das instituições de ensino na construção de um projeto de nação em Feira de Santana. Procuramos apresentar brevemente a história da cidade e traçar uma relação entre o ideal de modernização posto em prática no período em estudo e a utilização da imprensa e da educação como meios de atingir esse fim. Foi feita também uma análise sobre o papel que os jornais desempenhavam nos projetos das elites, que se entrecruzam em diversos momentos. O investimento ávido da parcela intelectualizada da cidade, em parceria com a elite política, foi demonstrado, por exemplo, na necessidade de "educar os filhos do povo", tema central do advogado Vinicius dos Reis em sua atuação na Liga Baiana Contra o Analfabetismo em Feira de Santana. As ações da liga foram rotineiramente veiculadas no jornal *Folha do Norte*, e tentavam combater uma realidade alarmante, de mais de 80 por cento da população analfabeta segundo o censo de 1920.

A educação era tema central para a Feira que se modernizava. Personagens escolares faziam parte do cotidiano da cidade. Ao amanhecer, quando batiam as oito horas, as normalistas passavam exalando rotina, temiam a matemática, rezavam para se sair bem na prova de agricultura (Boaventura, 2006). Tudo performava civilidade, desde os hábitos, até as construções, "parece até que se está na capital", diria uma senhora admirada com tanta fluidez (Boaventura, 2006). Mais adiante, "a negra do bolinho", incomoda-se com as moças que passeiam sem meias. A fluidez da cidade amanhecente era harmônica só na poesia de Boaventura (2006). A negra do bolinho, tão gente quanto as moças estudiosas, também era parte daquele cenário, e sua presença

desorganiza a paisagem, desde que se leia para além do texto poético. Tudo isso, faz parte da vastidão de símbolos, da luta entre os que se legitimam e os heterodoxos, próprios dos entroncamentos socioculturais de Feira de Santana (Senna, 2014, p. 13).

O entroncamento é, inclusive, uma das principais características dessa cidade, muito bem discutida por Senna (2014). Ele permitiu que a cidade se desenvolvesse num ritmo mais acelerado e dispondo de tudo que precisava. Era rota para comerciantes, negociantes de gado e da agricultura, o que possibilitou o desabrochar de outra grande característica, a feira livre. A feira era a grande atração da cidade, a maior da região, segundo nos informa Cunha (2013). A autora nos fornece elementos sobre o cotidiano nesta feira, com movimentação de diversos segmentos da sociedade e da economia, desde os mais pobres, que comercializam seus produtos, até os mais abastados com a comercialização do gado, que se dava no espaço do Campo do Gado. Essa movimentação ocorria todas as segundas-feiras e movimentava a economia e os hábitos da cidade.

O gado é figura emblemática, e Cunha (2013) traça o percurso de como a criação e comercialização por grandes fazendeiros foi modelando a dinâmica da cidade, acentuando as desigualdades através da concentração de grandes propriedades, e fazendo nascer uma das elites feirenses. Essa elite, dos grandes fazendeiros, se confundia, na maioria das vezes, com outra, a de políticos. Junto com a elite intelectual, essa parcela da população procurava estabelecer o futuro que a cidade deveria seguir. Assim como aconteceu com outras cidades no país, o discurso de civilização em voga nas primeiras décadas do século XX se acentuou a partir de 1930, com a influência dessas elites.

> Feira de Santana no período de 1930 a 1950 é lembrada pela acentuação e consolidação desse processo de modernização, através da implementação de projetos de melhoramentos do perímetro urbano, construção e manutenção de edifícios públicos, incremento da indústria e expansão dos volumes dos serviços comerciais (Souza, 2008, p. 13).

O melhoramento do perímetro urbano contou com desapropriações de famílias pobres e sua forçada mudança para os subúrbios, segundo nos informa Cunha (2013). A autora nos apresenta que na divisão espacial da cidade, eram esses os locais relegados às famílias negras e migrantes. Também os becos da cidade eram locais de marginalização, onde habitavam pessoas pobres e trabalhadores, esses becos ligavam as ruas principais, que por sua vez, eram locais de moradia das elites da cidade (Cunha, 2013). Portanto, a aspiração de modernização entra em contradição com a realidade da cidade, gerando conflitos que são cotidianamente silenciados

(Oliveira, 2016b). A imprensa foi uma grande aliada das elites na pretensão de modernização e no silenciamento de vozes dissidentes, os jornais se tornaram, portanto, instrumentos de poder.

Le Goff (1996, p. 431), assevera que "o aparecimento da escrita está ligado a uma profunda transformação da memória coletiva", entende-se então que o jornal é sinônimo de poder por sua possibilidade de inscrever memórias e, portanto, definir silêncios. Em consonância com Spink (2013, p.107), compreendemos que os jornais são "componentes significativos do cotidiano; complementam, completam e competem com a narrativa e a memória". Portanto, são instrumentos fundamentais no fazer histórico e na tentativa de perscrutar os acontecimentos cotidianos do passado. Em Feira de Santana, o Jornal *Folha do Norte* foi o de maior circulação no período em estudo. Fundado em setembro de 1909, o jornal é o mais longevo em circulação na cidade, existindo até hoje, em formato online. Criado por um coronel, o Tito Ruy Bacelar, teve a função de contestar a situação política na época, representada por outro jornal, *O Município*, ao qual o *Folha do Norte* passou a embater. Os moradores do município veriam, em 1922, um dos funcionários do jornal, na ocasião da sua criação, tornar-se seu proprietário, em 1922, tendo o comprado após a morte do seu então proprietário (Cunha, 2013). Era Arnold Silva, que tinha atuado como secretário no surgimento do periódico e fora também colunista, ganhando destaque político que o tornaria intendente municipal entre 1924 e 1928 e prefeito na segunda metade do século XX, mais especificamente, em 1959 e 1962 (Lins, 2014). Esse é um exemplo de como o jornalismo era aliado nas aspirações políticas, e motivo de ascensão pública para muitos.

O fato de ter sido criado por um coronel, como ferramenta política, mostra o papel desempenhado pelo Jornal *Folha do Norte*. Em épocas eleitorais, o aumento das matérias sobre questões políticas era sensível até mesmo ao leitor mais desatento.

> A utilização do jornal pelo grupo chefiado pelo coronel Tito Ruy Bacelar para divulgar suas opiniões acerca do cotidiano político feirense, mas acima de tudo defender a posição de certos grupos políticos e de seus projetos, foi uma das estratégias utilizadas por esses sujeitos na disputa pelo poder político em Feira de Santana na "Primeira República" (Cunha, 2013, p. 12).

O Coronel Tito Ruy era fazendeiro e antes de fazer oposição à situação, fora intendente municipal, de 1904 a 1907 (Cunha, 2013, p. 28). Desempenhou também várias outras funções no cenário político da cidade. Após sua morte, com a direção de Arnold Silva, o jornal continuou comprometido com as agendas das elites, representando, especialmente, os interesses de uma parte delas. Arnold Silva era fazendeiro, dono de gado, tinha ganhado destaque político na cidade, tanto por sua atuação no Jornal *Folha do Norte* desde os seus 14 anos, quanto pelo

apadrinhamento que tivera do seu sogro e importante político local, Bernardino Bahia, sendo eleito para intendente em 1924 por influência dele, segundo nos informa Cunha, (2013). A autora nos informa ainda que Arnold Silva, foi líder do Partido Republicano da Bahia (PRB) em Feira de Santana, mesmo partido de Góes Calmon, governador entre 1924 e 1928. Durante a gestão dos dois foi inaugurada a Escola Normal na cidade, e mais oito escolas. Sua gestão é marcada pelo jargão de "melhoramentos" para a cidade (Cunha, 2013), em consonância com o ideal de modernização que, na época, já estava sendo posta em curso pelo seu grupo político. Assim, no Jornal *Folha do Norte*:

> A dinâmica de uma cidade moderna e em processo de superação do rural para o urbano é apresentada como intensa. Por isso, todos os elementos que compõem a transição de um patamar a outro são enaltecidos por Gil Moncôrvo, na Crônica Feirense (Campos, 2016, p. 56).

Gil Moncorvo, segundo nos informa a autora, é um dos pseudônimos de Arnold Silva, e a Crônica Feirense é uma das colunas pelo qual foi responsável no jornal. É perceptível tanto o uso da imprensa, quanto de aspectos relativos à educação no ideal de modernização e nos desejos de poder das elites. Não surpreende que, sendo a educação a garantidora do progresso desse projeto, o jornal reportasse grande número de matérias a esse respeito. Nesse sentido, o Jornal era pensado para essas elites, já que a maior parte da população, principalmente a mais pobre, era analfabeta, para estes, o acesso ao jornal se dava de modo oralizado, ou seja, através da leitura de terceiros, o que possibilita novas distorções e produções discursivas. Na cidade, há evidências do incômodo de que a leitura chegasse a essa parte da população, o sujeito pobre e negro poderia ser o que distribuía, mas nunca o que lia o jornal, no dia a dia era fácil ver essa cena, tendo Boaventura (2006, p. 50), narrado um momento em que "um negrinho com mesuras de diplomata falhado oferece a Folha do Norte". A alcunha de "negrinho" precisava ser reforçada, para deixar demarcado o lugar que a criança deveria ocupar. Para o autor ainda, "devia fundar-se uma liga contra os leitores grátis do jornal" (Boaventura, 2006, p. 50), revelando através do desagrado que, provavelmente, essa era uma prática comum, e podia ser uma estratégia adotada pelos mais pobres para ter acesso ao que se publicava nos jornais.

Importante salientar que no período em estudo (1930-1950), com a emergência da revolução de 1930, o grupo de Arnold Silva sai do poder para dar lugar aos nomes indicados pelo governo de Getúlio Vargas. Arnold Silva passa então a fazer oposição ao governo varguista, integrando e ajudando a fundar a União Democrática Nacional (UDN) na cidade (Lins, 2014), principal oposição a Getúlio Vargas em nível nacional, foi através desse partido que chegou ao poder, como prefeito municipal em 1959 e 1962.

O jornal *Folha do Norte* se tornou então um importante meio de disseminação de informações sobre educação na cidade, funcionando, muitas vezes, como porta voz das escolas, que publicavam em suas páginas diversos conteúdos relativos ao seu cotidiano e a eventos realizados em suas dependências. No quadro abaixo é possível verificar a variedade de assuntos sobre educação que eram postadas nos Jornal *Folha do Norte*:

Quadro 3: Variedade de Assuntos sobre educação divulgados pelo Jornal Folha do Norte (1930-1950)

Eventos	Cotidiano Escolar
Inauguração de escolas	Inscrições para exames de suficiência
Divulgação de exposições	Horários escolares
Divulgação de concursos	Transferências de professores (decretos)
Campanhas educacionais	Exames de admissão
Divulgação de Programação de dias comemorativos	Divulgação de Notas (Escola Normal)
Formaturas (perfis das formandas)	Divulgação de cursos
-	Divulgação de abertura de matrículas
-	Aquisição de livros novos

Fonte: Produzido pela autora com informações do Jornal Folha do Norte, 2025.

Quanto à realidade educacional da cidade no período, segundo Cruz (2007), havia 35 escolas em Feira de Santana no ano de 1923, sendo que 28 eram administradas pelo Estado e 7 pelo município. Esse número é exíguo e reflete o fato de que em 1920, o Estado investia apenas 4,6 por cento do seu orçamento para instrução, segundo Cadena (2020). O dado revela que a maioria das escolas eram administradas pelo Estado, situação que permaneceria dez anos depois, de acordo com o que apresenta o anuário estatístico do Brasil em 1936. Segundo o resultado do anuário, em 1933, das 1.789 unidades escolares baianas, 1.432 eram estaduais, e 346 particulares, restando apenas 11 que eram administradas pelos municípios. O número de Escolas em Feira sofreu alteração em 1927 com a inauguração da Escola Normal e em 1933 com o surgimento do Colégio Santanópolis. Mas a querela em relação às questões orçamentárias permanece, tendo o município enviado proposta de venda de dois prédios escolares ao interventor do Estado, Landulfo Alves, em 7 de março de 1939. Segundo consta no documento a prefeitura tinha interesse em construir um “moderno” curral modelo no local, e queixava-se do fato de que, na ocasião, funcionavam nos prédios, escolas estaduais, sendo que, a prefeitura não estava recebendo nenhum valor relativo ao funcionamento das mesmas nos prédios municipais, seria

lógico então vendê-los ao estado, situação que não se concretiza pelo fato da prefeitura não conseguir cumprir com todos os requisitos legais para a venda.

Dados do Jornal *Folha do Norte* mostram que essa situação permaneceu ainda em 1944 quando o município contava com 40 escolas estaduais, 7 municipais e 8 particulares, para uma população de 83.453 habitantes (Combate [...], 1944, p. 4). Enquanto houve um aumento de 12 escolas estaduais, o número permanecia o mesmo no caso das municipais. Apesar das muitas campanhas por construção de escolas divulgadas no Jornal, como veremos mais adiante, percebemos que a missão foi destinada ao Estado, e que o município, mesmo divulgando todo início de ano a destinação de vinte por cento da renda bruta de impostos para a educação, fazia questão de afirmar que a mesma deveria ser mantida pelo Estado, e não dava conta de assegurar nem mesmo o mobiliário necessário para o funcionamento das escolas.

Enquanto as questões estruturais seguiam sem o devido comprometimento, deixando-se faltar mobiliário, fardamento, materiais didáticos e nas zonas rurais, até mesmo um prédio adequado para o funcionamento escolar, as questões estéticas pareciam despertar maior empenho por parte do governo municipal. Os prédios escolares construídos no centro da cidade eram reflexo dessa preocupação, que estava atrelada a ideia de estética moderna da arquitetura. Para Oliveira (2016, p. 68), eles "foram fixados nos núcleos urbanos, geralmente na área central da cidade, em prédios construídos para os mesmos ou em edifícios adaptados de forma a embelezar e dar um ar de modernidade nas cidades".

Figura 1: Fachada do Colégio Santanópolis

Fonte: Simas (2020)

O Colégio Santanópolis, de oferta particular, foi um dos principais estabelecimentos da época em estudo. Para Oliveira (2014, p. 59) "a planta situacional do Santanópolis revela o privilégio de sua localização de frente para a avenida mais importante da cidade, na época – a maior, a mais larga –, símbolo de modernização". A autora chama atenção ainda para o fato do

prédio ter sido construído no estilo eclético, em voga no início do século XX, e que refletia a importação de referências europeias diversas, inclusive na arquitetura. A autora traz uma reflexão sobre a relação entre a construção da escola e o processo de modernização na cidade, pois:

> Não se trata de uma casa que virou escola ou de uma sala de aula que foi aos poucos ganhando ares de escola, ele se inicia com três pavilhões, construídos numa área central em pleno desenvolvimento, numa avenida que, assim como o prédio, foi planejada para inserir a cidade nos moldes da ordem e do progresso dos grandes centros (Oliveira, 2014, p. 63).

Para Dórea (2018) o ecletismo vigorou na cidade entre o final do século XIX e início do século XX, foi sinônimo de modernidade e remodelou o cenário citadino, em consonância com um urbanismo higienizador. O autor destaca que entre as obras públicas que marcaram essa remodelação estão a Escola Normal (inicialmente Grupo escolar JJ Seabra) e a Escola João Florêncio (atual arquivo público municipal), essa última foi o primeiro estabelecimento municipal de educação.

Figura 2: Fachada da Escola João Florêncio

Fonte: Gama (1994)

No entanto, o primeiro prédio escolar construído na cidade foi o do grupo JJ Seabra em 1913, através de doação de terreno pelo Coronel Agostinho Fróes da Mota. Oliveira (2016, p. 64) ressalta que na ocasião o jornal *Folha do Norte* divulgou nota enaltecendo o "Coronel Agostinho Fróes da Motta pela doação do terreno como articulador na modernização urbana e da instrução feirense". Entre idas e vindas e diversos entraves políticos, o prédio foi inaugurado em 1916, representando um grande símbolo de modernidade para a cidade. Segundo Oliveira (2014, p. 44), é possível afirmar que "a mais importante referência arquitetônica e educacional de uma modernidade pedagógica, em Feira de Santana, ocorre com a construção do Grupo Escolar JJ

Seabra". Também em estilo eclético, o imponente prédio escolar deu espaço ao funcionamento da Escola Normal de Feira, a partir de 1927.

Figura 3: Fachada da Escola Normal de Feira de Santana (Antigo grupo JJ Seabra)

Fonte: Gama (1994)

Não é intenção deste trabalho aprofundar a discussão sobre a relação entre a arquitetura dos prédios escolares feirenses e a modernidade pedagógica, muitas pesquisas já fizeram isso muito bem, a exemplo de Sousa (2001), Oliveira (2014) e Oliveira (2016). Cabe, no entanto, frisar que enquanto os prédios escolares do centro da cidade exibiam essa estética exuberante e funcionavam como ostentação de uma modernização que pretendia se impor, as escolas isoladas das zonas rurais continuavam funcionando em situação precária. Essas aulas abrigavam crianças de diversas idades em uma mesma classe e ocorriam nas próprias casas das professoras ou em prédios alugados. Segundo nos informa Oliveira (2016, p. 55) "os professores recebiam incluídos em seus proventos uma quantia referente ao auxílio para locação escolar, que era dado somente aos professores cujas escolas não funcionaram em prédios públicos". Fica evidente a disparidade entre os grupos escolares e as escolas isoladas. Inclusive, a autora reitera que para a construção do grupo escolar JJ Seabra, o Coronel Agostinho Fróes da Mota desapropriou as casas de 4 famílias.

Assim, a cidade vai apagando os aspectos rurais, sufocando as camadas mais pobres e construindo a imagem de uma urbe moderna e civilizada. Dórea (2018) discute que a população, provavelmente a que ocupava a posição de uma classe média, acompanhou a tendência arquitetônica dos prédios públicos, e muitas construções passaram a ser remodeladas. O novo cenário deveria ser o oposto daquele ligado às origens da cidade, em que a maioria negra e os aspectos rurais, eram predominantes. Em 2020, o site Memorial da Feira, divulgou uma foto,

considerada a foto mais antiga de Feira de Santana, pertencente à coleção da Imperatriz Thereza Christina Maria.

Figura 4: Primeira foto de Feira de Santana

Fonte: Site Memorial da Feira (2020)

Na imagem, sertanejos negros, com chapéus de couro, aparecem em um local inespecífico, que, segundo informações do site, pode ser um largo que veio a abrigar as praças do Comércio e João Pedreira posteriormente. Na parte inferior esquerda é possível ver a presença de uma animal, provavelmente um cavalo, que era comumente usado como meio de transporte. A foto, datada do século XIX, mas sem ano exato, remete a uma cena de feira livre, e as pessoas negras que aparecem são reflexo de uma cidade formada em sua maioria por ex-escravizados. A respeito do perfil demográfico brasileiro, Florestan Fernandes, ao analisar esse aspecto na cidade de São Paulo no pós abolição, declara que:

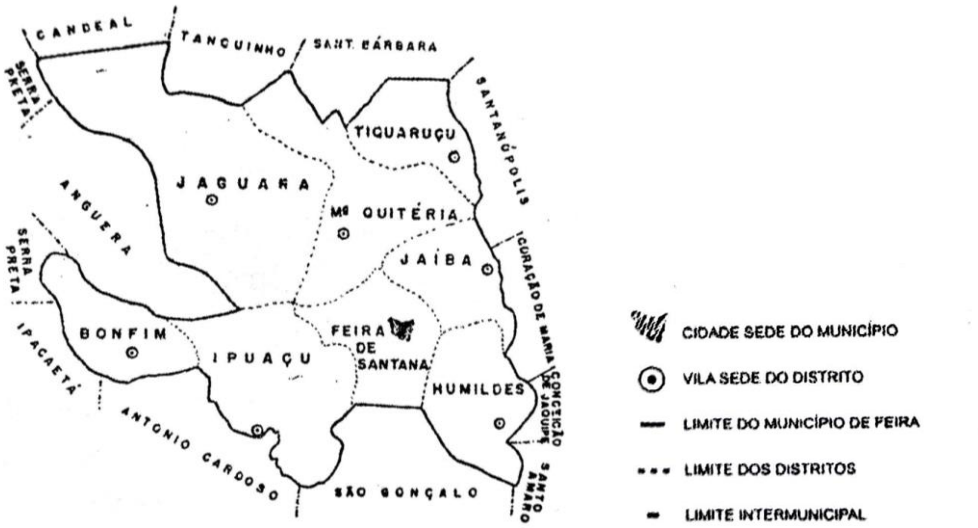
> Enquanto o branco da camada dominante conseguia proteger e até melhorar sua posição na estrutura de poder econômico, social e político da cidade e enquanto o imigrante trocava sucessivamente de ocupações, de áreas de especialização econômica e de posições estratégicas para a conquista de riquezas, de prestigio social e de poder, o negro e o mulato tinham de disputar eternamente as oportunidades residuais com os componentes marginais de sistema com os que "não serviam para outra coisa" ou com os que "estavam começando bem por baixo" (Fernandes, 2008, p. 42).

Pelo exposto, percebemos a existência de diversas camadas socioeconômicas. Os brancos figuram no topo, onde cediam lugar, às vezes, aos brancos imigrantes. Entre os pobres estavam alguns brancos classificados como os que "não serviam para outra coisa" e os não brancos (negros e mulatos), que disputavam com os brancos pobres as oportunidades residuais. Fernandes (2008, p. 165) chama atenção ainda para o fato de que entre os pobres, "o negro e o mulato, que ficaram à margem da eclosão da ordem social competitiva, continuavam na mesma situação em seus desdobramentos históricos posteriores". Desse modo, para essa parcela da população, não

era possível nem mesmo empregar-se no comércio e na indústria, sendo raros os casos em que isso acontecia, para eles restavam os chamados “serviços de negros” (faxineira, entregador, expedientes no geral), que geralmente eram mal remunerados.

Em Feira de Santana, a maior parte da população era negra. Dados do recenseamento feito pelo IBGE em 1890 mostram que a população, na época, era composta por 80% por não brancos, curiosamente, a taxa de analfabetismo também era de 80%. O quesito cor não aparece no censo de 1920, mas pela análise das ocupações exercidas na cidade, dá para ter uma noção sobre a distribuição demográfica, já que 83% da população estava ocupada com agricultura, criação e pesca. Para Damasceno, (2011, p. 49) “a maior parte das pessoas que exerciam ocupações como agricultura e serviço doméstico era constituída predominantemente de mulheres e homens negros, já que essas ocupações, em um passado recente, haviam sido as mesmas exercidas pelos escravos”. Esses dados remetem a grande quantidade de pessoas que moravam na zona rural, sendo esse um importante aspecto da cidade. Pelo mapa abaixo visualizamos que a maior parte do território da cidade é formado pelos distritos e povoados. Vale lembrar que, no início do século XX, o atual município de Anguera, pertencia a Feira e era conhecido pelo nome de Almas, o distrito de Bom Despacho é a atual Jaguara, Remédios da Gameleira, a atual Ipuaçu e São José das Itapororocas, a atual Maria Quitéria, segundo nos informa Alves (2019).

Figura 5: Mapa de Feira de Santana e seus distritos



Fonte: Alves (2019)

Muitas dessas pessoas, que se ocupavam da agricultura, criação e pesca, negociavam suas mercadorias na feira da cidade. A característica da feira como marca indiscutível da cidade

permanece até hoje, e ainda hoje é ameaçada pelos sufocamentos das elites[3]. Nas imagens abaixo é possível verificar o mesmo local da imagem anterior, evidenciando o desenvolvimento da feira livre, nas décadas de 1920 e 1930, respectivamente.

Figura 6: Praça do Comércio. Feira livre na década de 1920.

Figura 7: Praça do Comércio. Feira livre na década de 1932.

Fonte: Gama (1954)

A cidade que surgiu através de uma feira, e que teve o entroncamento como principal característica para seu nascimento e crescimento, que tivera na feira do gado seu grande trunfo de crescimento econômico, desejava então superar seu passado através da educação, para a qual, no entanto, faltava investimentos adequados.

2. 1 – A mais preparada do interior – O contexto feirense.

Além da estratégia de interiorização, a Lei 1.846/1925 criou duas Escolas Normais no Estado. Porém, a Escola Normal de Feira de Santana, criada juntamente com a de Caetité, em 1925, só teve a localização destinada em 1926. A designação para que uma das escolas fosse construída na cidade se deve ao fato desta contar com uma localização que favorece sua conexão com cidades circunvizinhas, por ser um entroncamento geográfico e comercial. Tal localização favorecia a regionalização da educação, que até então, como já vimos, contava com leigos na formação das crianças das regiões rurais.

Havia até então uma queixa de que as pessoas que conseguiam estudar no interior eram seduzidas a migrar para os grandes centros, deixando desprestigiado o desenvolvimento da

[3] Para mais informações sobre a História de Feira de Santana ler: SILVA, Aldo José Moraes. Natureza sã, civilidade e comércio em Feira de Santana: elementos para o estudo da construção de identidade social no interior da Bahia (1833- 1937). UFBA: Salvador, 2000.
OLIVEIRA, Clóvis Frederico Ramaiana Moraes. "Canções da cidade amanhecente": urbanização, memórias e silenciamentos em Feira de Santana, 1920-1960. Tese de doutorado, 2011. Universidade de Brasília.

agricultura no interior. Tal fator foi identificado por Anísio Teixeira, durante excursão feita em 1925, em que passou, inclusive, por Feira de Santana, como sendo motivado por uma "alfabetização parcial e incompleta" que "não era a solução para conter o êxodo do campo para a cidade e valorizar a cultura rural" (Luz, 2013, p. 147).

Apesar do discurso de valorização, mais das vezes, Anísio Teixeira acabou reafirmando uma concepção preconceituosa sobre o sertanejo, se referindo a eles, segundo Luz (2013, p. 154) como uma população "dispersa e débil". Na verdade, a reforma encetada por ele através da Lei 1.846 de 1925, ao manter os sertanejos em seus locais, favorecia a agricultura, que ainda era sustentáculo de uma elite resistente, inclusive em Feira de Santana, apesar de um declínio da agroexportação, como já vimos. Assim, as características da reforma na Bahia, discute o autor, é diferente da paulista, por exemplo, onde Sampaio Dória se preocupou com a formação rápida de uma mão de obra para a indústria.

De fato, Feira de Santana era uma cidade de características rurais, mas que procurava aspirar os ares de modernização dos grandes centros. O memorialista Antônio Ferreira (2004), o Antônio do Lajedinho, informa que em Feira de Santana era comum ver bois pelas ruas, fugidos dos currais que se localizavam no centro da cidade, o que por vezes causava grande rebuliço durante as feiras. Além disso, Francisco de Oliveira (2003), ao analisar o cenário político econômico da Bahia na primeira metade do século passado, afirma que o estado tinha uma participação exígua nos rendimentos nacionais relativos à indústria, sendo que Salvador vivia ainda de expedientes sustentados pelos costumes da elite oligárquica.

Assim, interiorizar a educação, trazendo uma Escola Normal para Feira de Santana significava formar professores para alfabetização das crianças de zonas rurais, tanto da própria cidade, como das cidades vizinhas, ou como mencionou Sousa (2001) "Levar luz ao sertão". Prova disso são as já referidas e frequentes matérias nos jornais com apelação para a educação do povo, promovida, principalmente, pela Liga Contra o Analfabetismo. Outro elemento afirmativo dessa concepção foi o funcionamento da Escola Anexa de Aplicação junto à Escola Normal, onde as formadas realizavam seus estágios e observações (Cruz, 2012). O autor destaca o uso do feminino pelo fato de que, apesar de não ter sido construído com o intuito de formar apenas mulheres, era desse sexo a maioria que se formava ali, o que era estimulado pela imprensa e sociedade da época. A esse respeito, Sousa (2012) pontua que a presença das normalistas passou a ser comum no cotidiano da cidade, configurando uma nova figura pública de sociabilidade.

Além disso, considerando o projeto de nação posto em curso, Cruz (2012) pontua ainda, que a Escola Normal serviria como meio de educar e formar cidadãos comprometidos com o patriotismo e o progresso da nação. Coutinho (2006) já havia apontado para essa característica

histórica do país, em que se observou a formação de um Estado unificado, para só depois se pensar a formação de uma nação, o que se tentou forjar, posteriormente, de cima para baixo. A educação funcionou como meio de fazer nascer essa nação.

Na contramão dessa tentativa de forjar uma harmonia nacional, a população brasileira vivia um período de profundas inquietações. Em Feira de Santana muitas foram as manifestações de descontentamento com as ordens postas e tentativas de quebrar essa ordem. A esse respeito, Oliveira (2016) dissertou sobre a instrução de negros e pobres na cidade de Feira de Santana no período de pós abolição. A autora destaca a atuação do professor Geminiano Alves da Costa que ministrava aulas primárias tanto para crianças quanto para adultos, funcionando como escola isolada num prédio alugado. O ponto que vale destaque é a diversidade encontrada em suas aulas, com presença de alunos negros, por vezes, filhos de empregadas domésticas ou outras ocupações menos prestigiadas, esses alunos dividiram espaço com filhos de famílias renomadas na cidade. Ainda de acordo com o exposto pela autora, nessa época, entre o final do século XIX e início do século XX, estavam sendo criadas as primeiras cadeiras de ensino primário pelo governo municipal, que veio a desembocar numa luta pela instalação das escolas primárias.

O inconformismo manifestado por pessoas negras numa sociedade que alçava modernização, e que via na figura do negro um empecilho para essa realização veio através de diversas coalizões. Em 1931 foi criada a Frente Negra Brasileira que buscou fortalecer o negro numa sociedade de mercado burguês, tanto do ponto de vista social e cultural, quanto no relativo ao mercado de trabalho. Ianni (1996) discute que a frente é resultado da mudança fundamental no enfoque da questão racial que ocorreu a partir de 1930.

A educação, no entanto, já apresentava uma perspectiva moral e de progresso, aliada ao patriotismo e manifestações de fé católica, que acabavam por promover uma educação de pessoas para o trabalho. Segundo Ianni:

> A revolução burguesa resolveu muito bem o problema da transformação das raças em população, compreendendo-se esta como uma coletividade de trabalhadores. Desde a abolição do regime de trabalho escravo, o imigrante, negro e índio foram reeducados para o trabalho livre. Houve uma vasta reeducação de uns e outros para que se ajustassem às exigências do mercado de força de trabalho. Agora todos são iguais e livres, enquanto proprietários de força de trabalho. Como os outros proprietários de mercadorias. Mas aí terminam a liberdade e a igualdade (Ianni, 1996, p. 137).

Cabe ainda, de forma complementar assinalar a assertiva de Saviani quando diz que:

> Isso significa que, enquanto o capitalista é livre na aparência e na essência, de direito e de fato, formal e materialmente, o trabalhador é livre apenas na aparência, no plano do direito e no aspecto formal. Essencialmente, de fato e materialmente, ele é escravo (Saviani, 2017, p. 37).

Diante dessas considerações, pode-se afirmar que a escolarização para pessoas negras e pobres e seus filhos, configurava uma estratégia utilizada por algumas famílias negras que almejavam a ascensão social, o que, no entanto, não era possível para a maior parte dessa população. Nesse sentido, Luz (2013) nos apresenta que existiam, na primeira metade do século, escolas particulares que ainda impedia o acesso de alunos negros, como era o caso do Colégio Jesuíta de Salvador. Tomando essa informação como base é perceptível que a presença de pessoas negras que reconheciam a educação como um direito desorganizava a ordem posta.

Sousa (2012) nos apresenta que a perspectiva de quebra da ordem esteve presente na instauração das Escolas Normais. Ela analisou as portarias escolares da Escola Normal de Feira de Santana, para, através de uma leitura "às avessas", entrar em contato com atos infracionais dos alunos, tanto meninos quanto meninas. Esses atos eram, na maioria das vezes, resistências à imposição de controle moral e representavam verdadeira insubordinação a esse controle total da vida dos normalistas, principalmente das mulheres, dentro e fora da escola. Octávio Ianni (1996) foi categórico em afirmar que não é episódico e sim permanente a convicção por parte de setores dominantes de que manifestações ligadas a setores operários e camponeses ameaçam a ordem e paz social.

3.0 – A RENOVAÇÃO PELA EDUCAÇÃO E O CONTEXTO FEIRENSE

Neste capítulo, procuramos fazer uma incursão histórica, de modo a compreender as nuances e influências sofridas pelo contexto educacional no país, no estado da Bahia e na cidade de Feira de Santana entre 1930 e 1950. Temos como objetivo identificar influências do escolanovismo nos discursos educacionais modernizadores circulados em Feira de Santana. Compreendendo que, sendo uma cidade em processo de modernização, Feira de Santana estava imersa na lógica reformista que vigorava no país, no tocante à educação.

O mergulho teórico deste capítulo perpassa, dentre outros, pelos renomados professores Saviani (2013) e Manacorda (2000), no intuito de compreender a História da Educação em esfera nacional, contextualizando o período escolhido; Mendonça (1986, 2004) e Ribeiro (2010) que nos auxilia com a discussão sobre modernização, industrialização e contexto político da época, cercando-nos dos conceitos necessários ao desenvolvimento da pesquisa; Luz (2013) que no ajuda a entender o contexto baiano na época trazendo um enfoque para as questões educacionais; as referências dos historiadores Sousa (2001, 2012) e Cruz (2012) que aprofundam a discussão desse texto a nível dos acontecimentos na História da Educação feirense. Outros autores não citados acima também nos ajudaram a dar forma ao desenho deste texto, especialmente na difícil e prazerosa tarefa de revisitar as memórias de Feira de Santana. Guiado pela teoria, esse capítulo procura correlacionar as realidades históricas que estavam sendo vividas a nível municipal, estadual e nacional, principalmente no que diz respeito às movimentações que vinham ocorrendo em torno da educação.

Em sua obra *A industrialização brasileira*, Mendonça (2004) mostra que a industrialização no Brasil remonta ao final do século XIX, num contexto de crescimento da indústria cafeeira, principalmente no sudeste do país. Esse mercado impulsionou o investimento do capital estrangeiro, causando, com a união desses dois agentes, a subordinação da grande indústria ao capital cafeeiro. Muita gente foi atraída por esse novo cenário, desde migrantes advindos de países europeus, até moradores de outras regiões do Brasil e ex-escravizados. Esse fenômeno causou um inchaço nesses grandes centros, que refletia na disponibilidade de mão de obra barata. Refletiu também no que Mendonça (2004, p. 25) chamou de "paulatina diferenciação de uma nova classe social que começava a despontar no país: a burguesia industrial, composta pelos proprietários do capital aplicado nas indústrias e que viviam dos rendimentos gerados por eles".

Diferente dessa burguesia industrial, que surge no início do século XX, a autora chama atenção para existência de uma classe operária já no final do século XIX, porém ainda muito

dispersa e enfraquecida por fatores como a distância geográfica e a existência do mercado escravista. No século XX, no entanto, ela começa a ganhar força. Para a autora a classe operária "caracterizou-se, na sua fase de formação, não apenas por um pequeno peso numérico e social, mas também por uma composição heterogênea. E não só devido à questão étnica. O aspecto técnico de sua composição era igualmente bem variado" (Mendonça, 2004, p. 29).

Sobre esse aspecto, Ribeiro (2010) também chama atenção para o fato de que a industrialização no período representou a consolidação desses dois componentes, quais sejam, a burguesia industrial e o operariado. A autora destaca que a burguesia industrial, no entanto, apresenta pontos de contatos com outros setores da classe dominante, enquanto o operariado representa o povo enquanto expressão política. Chama atenção ainda para o surgimento de um setor médio da população, representada, principalmente por militares e que também têm sua agenda de reivindicações, expressa no tenentismo.

Já nesse momento, portanto, segundo Mendonça (2004), a questão social começa a migrar de uma questão de polícia, para uma questão de política. Isso porque, devido às péssimas condições de trabalho, em algumas regiões do país, especialmente no sudeste, a classe operária se organizou no início do século XX. Apesar de Mendonça (2004) localizar o início do século XX como um marco da organização operária, existem evidências de movimentos ocorrendo antes disso. Reis (2019) nos informa sobre a ocorrência da greve negra na Bahia em 1857, quando os ganhadores interromperam por mais de uma semana o transporte na cidade. Segundo Reis (2019, p. 35), o movimento "parece ter sido a primeira greve geral de um setor importante da economia urbana no Brasil". Ela demonstrou, como nos alerta o próprio autor, que os ganhadores não eram um grupo desorganizado e sem interesses próprios.

Quanto ao início do século XX, Mendonça (2004) evidencia que até a década de 1920, principalmente, ocorreram no país diversas greves e revoluções, sobre as quais o Estado tentou intervir. Tal intervenção causou incômodo à burguesia industrial, incômodo que não ocorreu, como observado por Mendonça (2004) quando solicitaram a alteração da política tarifária, para barrar os baixos preços que favorecia apenas os fazendeiros e importadores, em suma, o que ocorria era que "em suas relações com o operariado, eles assumiam uma postura contrária à intervenção do Estado; já no tocante à política tarifária, pleiteavam o intervencionismo deste último, colocando-se como 'carentes da ação pública'." (Mendonça, 2004, p. 43). O intervencionismo do Estado veio a ser, nos anos que seguiram, um dos principais elementos do chamado período de modernização, a partir de 1930. Tais ações visavam aglutinar os interesses das diversas elites, até mesmo como uma resposta satisfatória à revolução que ocorreu em 1930,

e tinham como alvo o controle dos corpos da classe operária, identificados como entrave para a industrialização e modernização do país, já que:

> O proletário era visto como um marginal ou agitador em potencial. Na melhor das hipóteses era tomado como um ignorante que dependia da benevolência dos seus patrões. Tanto num caso como no outro, apontava-se para a necessidade de reprimi-lo e vigiá-lo em qualquer circunstância (Mendonça, 2004, p. 31-32).

A tentativa de controle sobre os trabalhadores foi uma realidade nas diversas partes do país, seguindo uma tendência do que vinha acontecendo nas Américas, segundo nos aponta Gomes (2023). O autor nos apresenta que no contexto de Feira de Santana, "parte da população pobre do ambiente rural esteve submetida ao trabalho como rendeira para garantir acesso à terra e moradia, sendo constrangida pelas relações de dependência impostas pelos fazendeiros" (Gomes, 2023, p. 26). Nesse mesmo sentido, Alves (2019), nos informa sobre a formação social no período de pós abolição como sendo composta por muitos negros e ex-escravizados, que viviam majoritariamente nas regiões rurais e tinham nas atividades agrícolas a principal fonte de renda e trabalho, sendo a luta pelo acesso à terra situada entre os principais conflitos que ocorriam. Portando, as características relacionadas ao trabalho e formação social no início do século XX em Feira de Santana, ainda muito marcada por aspectos relacionados à agricultura, em muito se difere do caso do sudeste do país, em que a industrialização se deu em ritmo mais acelerado, e talvez, o uso do termo "classe operária" apresentada por Mendonça (2004) não seja o mais adequado para entender o contexto da cidade na época.

Em todo caso, tomando como base as palavras de Mendonça (1986) ao situar a burguesia industrial como principal beneficiária do processo modernizador ocorrido após 1930, ressaltamos aqui que a elite agrária, em muitos aspectos, era beneficiária também desse processo, e defendemos que falar em ideais modernizadores nesse período é, portanto, falar sobre os ideais de civilidade e controle das elites sobre o povo, com vias ao controle dos rumos do país para manutenção e ampliação dos seus privilégios. Esses ideais entraram em ação através dos códigos de postura, proposição de novas pedagogias, higienização das cidades, repressão às práticas culturais de pessoas pretas e pardas, entre outros.

A educação não ficou imune a esse cenário e Saviani (2013) identifica as décadas de 1930 e 1940 como um período de substituição de uma pedagogia tradicional pela chamada pedagogia nova. O pano de fundo dessa substituição é constituído por aspectos sociais e políticos complexos. Tais aspectos colaboraram para que as teorizações sobre uma pedagogia nova fosse sentida apenas parcialmente na prática, tendo permanecido muitos aspectos tradicionais na educação, como veremos adiante. Como reflexo, o autor assevera que foi um momento marcado pela disputa entre católicos e renovadores pela hegemonia do campo educacional.

As figuras que o autor destaca, no concernente aos renovadores, são as de Lourenço Filho, com as bases psicológicas, Fernando de Azevedo com as bases sociológicas e Anísio Teixeira com as bases filosóficas e políticas. Pelo exposto fica evidente a concepção dos renovadores, de uma educação que se pretendia global, o que pode ser verificado no próprio *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* lançado em 1932, republicado pela Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos em 1984. Diz o Manifesto que "em cada uma das reformas anteriores, em que impressiona vivamente a falta de uma visão global do problema educativo" (Manifesto [...], 1984, p. 410) deixou a desejar um abalo aprofundado nas estruturas características da questão educacional como estava posta.

Os renovadores defendiam uma educação que preparasse a sociedade para as aspirações pretendidas, ou como Anísio Teixeira preferia chamar durante a reforma de 1925 na Bahia, defendiam uma "modernização do ensino" (Luz, 2013, p. 137). Essa modernização deveria combater o analfabetismo e preparar os cidadãos para a vida, ou mais especificamente, para o mundo do trabalho. Mais à frente veremos como essas pretensões assumem aspectos de controle totalitário sobre as vidas dos sujeitos na cidade de Feira de Santana.

Aqui cabe assinalar o modo como os interesses industriais estavam atrelados ao desenvolvimento da educação no Brasil, o que pode ser percebido através da correlação entre os renovadores e os membros do Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT). Saviani (2013) aponta que, entre outros signatários do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, um dos principais dirigentes e colaboradores do IDORT foi Lourenço Filho, uma das figuras centrais no movimento de renovação da educação, já citado acima como articulador das bases psicológicas para o movimento. O autor conclui que o IDORT teve importante influência nas políticas governamentais e reorganização educacional nas décadas de 1930 e 1940.

O trabalho era realmente o aspecto escolanovista que mais se destacava em Feira de Santana, aparecendo por diversas vezes no jornal *Folha do Norte* em artigos repostados dos grandes noticiários do país. Em um desses artigos o higienista e entusiasta da Educação Nova, Azevedo Amaral faz uma longa defesa de uma educação que preparasse para o trabalho, apontando a ausência dessa perspectiva como uma grande falha da educação nacional. O autor alega que a educação no país até então era altamente voltada para a elevação de aspectos espirituais, nesse sentido, procura afirmar que era uma educação exaustivamente teórica. Assim, assevera que:

> O brasileiro aprenderia tudo menos a trabalhar. Dir-se-ia que nos preparávamos para sermos uma raça super-espiritualizada, a que fossem dispensáveis os órgãos plebeus com que, manipulando a matéria, a humanidade modelou as formas da civilização (Amaral, 1931, p. 1).

O pouco espaço dado à formação para o trabalho na educação brasileira, mesmo após as diversas reformas, parecia incomodar Amaral. O jornalista criticou duramente o modelo antigo e elogiou a nova pedagogia, para ele:

> Desse descaso, tingido por visível hostilidade em relação a tudo que não se inclina no campo do ensino teórico, a que retrogradamente persistimos em atribuir privilégio aristocrático já em falência nos países de cultura adiantada, tivemos prova na recente febre de reforma educativa que agitou o país nos últimos tempos do regime agora decaído. Muitos foram os estados em que se remodelou a instrução pública, mas não me consta que nenhum deles o problema do ensino técnico haja sido encarado pelo prisma, através do qual o vê os modernos expoentes da Renovação pedagógica (Amaral, 1931, p. 1).

Os redatores do Jornal *Folha do Norte* evidenciaram alinhamento ao pensamento de Amaral, publicando seus artigos diversas vezes. Na edição anterior, por exemplo, outro texto de Amaral havia sido veiculado, denominado *Seleção Profissional*, onde o autor afirma que "para evitar a formação de um proletariado intelectual, pode-se recorrer a outro expediente. Imprimindo ao ensino um caráter técnico e profissional." (Amaral, 1931b, p. 1). Fica evidente que sua percepção, reforçada pelo Jornal *Folha do Norte*, era a de que a educação deveria formar a classe operária para o trabalho subalterno.

Tanto as reformas anteriores, quanto o movimento da Escola Nova se preocupavam com os métodos de ensino, assim, os renovadores viram na Psicologia a possibilidade de compreender os meios de aprendizagem da criança. Nesse sentido Manacorda (2000) afirma ser a instrução técnico profissional e a psicologia infantil os dois importantes aspectos presentes no movimento dos renovadores. Trabalho e infância se apresentam também em Feira de Santana como categorias chave, sobre as quais era necessário ação. Essa influência teve repercussão em toda a formulação da proposta pedagógica e política presente no *Manifesto* e teve inspiração no movimento da Escola Nova norte americano (Luz, 2013).

Portanto, para pôr em curso a tentativa de escolarização em todo território nacional, a infância era um elemento fundamental a ser compreendido. É nesse momento que o "otimismo pedagógico" se faz presente. Ocorre aí uma ebulição de ideias e teorizações sobre os métodos de ensino, que servirão de recurso para os discursos dos intelectuais e da mídia.

3. 1 - As teorias pedagógicas em torno da infância

As reformas estaduais da educação que aconteceram no Brasil na década de 1920 ocorreram num contexto de insurgência das ideias da Educação Nova, que teve seu ápice no início da década de 1930, especialmente com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932. Nessas reformas, e até mesmo antes delas, ainda no final do século XIX, figurava o método

intuitivo de aprendizagem como uma nova possibilidade para uma educação que precisava atender, a partir daquele momento, aos ideais da República recém instalada.

Apesar de surgir como uma nova possibilidade, o método intuitivo, na verdade, não era tão novo assim, remontando suas origens desde Comenius (1592-1670), Rousseau (1712-1778) e Pestalozzi (1746-1827). De acordo com Aebli (1971) o ensino intuitivo é baseado numa psicologia sensualista-empirista, para esse autor:

> É inútil multiplicar, aqui, os exemplos desse método de ensino tão bem conhecido. Seu aspecto caraterístico é oferecer, na medida do possível, dados sensíveis à percepção e à observação dos alunos. É a didática das "lições de coisas", chamada, às vezes, de 'didática do giz de côr'. (Aebli, 1971, p. 9)

O apelo ao uso dos sentidos como caminho pedagógico pode ser perscrutado desde a Didática Magna de Comenius, para quem "nada existe no mundo que o homem, dotado de sentidos e de razão, não consiga apreender" (2001, p. 105). De modo mais evidente, quando apresenta os princípios segundo os quais a educação da juventude poderia se tornar mais fácil, Comenius aponta nos itens VIII e IX que isso será possível "se todas as coisas forem ensinadas, colocando-as imediatamente sob os sentidos" e também, "fazendo ver a sua utilidade imediata" (2001, p. 230). O autor, além dessa alusão à perspectiva do sensível, reforça que todas as necessidades para uma educação ideal provêm da natureza, aqui podemos compreender como um "uso de coisas" de forma didática.

A relação entre natureza e educação é comum nas teorizações do período Iluminista, e Rousseau, apesar das controvérsias existentes com outros autores iluministas, não fugiu a essa regra. A teoria educacional deste autor se desenvolve através do tripé da natureza, do homem e das coisas. Aqui percebemos com nitidez a lógica do ensino intuitivo da aprendizagem pelas coisas, para o autor:

> É somente pelo movimento que sabemos que há coisas que não são nós; e é somente pelo nosso próprio movimento que adquirimos a ideia da extensão. É por não ter essa ideia que a criança estende indiferentemente a mão para apanhar o objeto que se acha perto dela ou a cem passos [...]. Assim, quando uma criança deseja alguma coisa que vê e que queremos dar-lhe, é melhor conduzi-la ao objeto que trazê-lo a ela (Rousseau, 1995, p. 37-39).

Perdura a concepção de que a infância é o período de estimular a sensibilidade do aprendiz, no qual a criança apenas sente as coisas, e que é modificada posteriormente, entre os 12 e 15 anos pela assunção da experiência. Nessa idade o aprendiz já não só sente mas julga as coisas, fazendo nascer o que Rousseau chama de "ideia". A partir daí, o autor apresenta a necessidade de que os julgamentos sejam feitos a partir da experiência e não da simples aparência, pois:

> Se se contenta em dizer o que percebe, ou o que sente, sendo seu julgamento puramente passivo, é impossível que se engane; mas quando julga a coisa pela aparência é ativo, compara, estabelece por indução relações que não percebe; então se engana ou pode enganar-se. Para corrigir ou prevenir o erro, precisa de experiência (Rousseau, 1995, p. 168)

Rousseau considerava que ao julgar a coisa pela aparência a criança era ativa, isso perpassava pela necessidade do uso da experiência para corrigir possíveis enganos, mas não deve ser confundido com os modelos progressistas de educação, que ganharam destaque, principalmente no contexto norte americano, no início do século XX. A perspectiva de Rousseau está enquadrada dentro de um modelo tradicional da educação, que via o aluno de forma passiva. Essa, aliás, é a maior crítica feita a seu sucessor Johan Pestalozzi, que institui o método de "Lição de Coisas" ao ensino intuitivo. Para Zannata:

> A base do método intuitivo de Pestalozzi é a "lição das coisas", acompanhada de exercícios de linguagem para se chegar às ideias claras. O método da "lição de coisas" caracteriza-se por oferecer dados sensíveis à observação, indo do particular ao geral, do concreto experienciado ao racional, chegando aos conceitos abstratos. Daí a ênfase ao contato direto com a natureza, à observação da paisagem, ao trabalho de campo como pressupostos básicos do estudo (Zannata, 2012, p. 107).

Alguns elementos foram mantidos desde Comenius até Pestalozzi, como a orientação de partir do conhecido ao desconhecido e do concreto ao abstrato. Difere, no entanto, da lógica dedutiva de Comenius, que partia do geral ao particular, adotando uma lógica indutiva, que vai do particular ao geral. De Rousseau, Pestalozzi herdara a valorização da natureza, e a crença na bondade inata do ser humano, que seria corrompido pela sociedade, assim, encontra-se na criança todo potencial de orientação para o desenvolvimento intelectual e moral. Pestalozzi pretendia psicologizar a educação, procurando saber os meios pelos quais a criança aprende.

Não obstante, a ênfase nas coisas concretas, na natureza e na observação, ainda não conferia à criança um papel de agente do aprendizado. E aí situa-se, segundo Zanatta (2012), a maior crítica a Pestalozzi, já mencionada anteriormente. Segundo a autora, a posição passiva do aluno no método intuitivo ocorre porque "as operações efetivas são executadas somente pelo professor ou, no máximo, por um aluno chamado diante da classe. Nesse processo, o concreto é mostrado, apresentado, demostrado, mas o aluno não mergulha nele, não age sobre ele" (Zanatta, 2012, p.107).

O método intuitivo perdurou por muito tempo, principalmente a partir da publicação do livro *Primary object lessons for a graduated course of development* de Calkins, datado de 1861, de acordo com Zanatta (2005). O livro foi posteriormente traduzido e adaptado ao Brasil por Rui Barbosa. A autora afirma ainda que "este manual, intitulado *Primeiras lições de coisas* foi

aprovado pelo governo imperial como livro texto na formação de professores e publicado em 1886" (Zanatta, 2005, p.174), institucionalizando, assim, a influência do método intuitivo no país. Com a virada do século e o advento da república, surge a necessidade de formar um cidadão adaptado às exigências do projeto modernizador para o país. Cidadãos que pudessem estar preparados para participar ativamente nas novas condições de trabalho que estavam surgindo. Assim, destaca-se no início do século XIX as ideias da educação progressista, em voga nos Estados Unidos, e representada, principalmente, pelas ideias de John Dewey.

Dewey foi um filósofo pragmatista estadunidense que viveu entre 1859 e 1952. Seu pragmatismo foi conveniente no Brasil, no início do século XX, pois o país buscava um modelo de educação aplicável à realidade social. Anísio Teixeira foi o tradutor e principal disseminador no Brasil e, não à toa, sua obra influenciou diretamente o movimento da Educação Nova no país. Souza e Martineli (2009, p. 162) enfatizam que foram três os principais fundamentos do pensamento deweyano "a biologia, a sociologia e a psicologia". Essas bases são as mesmas que apareceram depois no Manifesto. Os autores, ao estudar a influência de Dewey na educação brasileira, dividem-na em dois momentos:

> O período 1930 a 1950 e, posteriormente, a década 1990. O primeiro momento foi marcado pelo embate político de introdução do ideário escolanovista no Brasil, merece destaque Anísio Teixeira (1900-1971), principal interlocutor de Dewey no Brasil. No segundo período da influência, Dewey aparece atrelado à Formação de Professores, sobretudo a partir da noção de Professor Reflexivo (Souza, Martineli, 2009, p. 160).

Daremos atenção ao primeiro período, que é, justamente, o mesmo período que esse estudo faz recorte. A partir, principalmente, de Anísio Teixeira, o pensamento de Dewey ganha contornos modernizador, em consonância com o que se pretendia para o país no início da década de 1930 (Souza, Martineli, 2009). De acordo com seu pragmatismo Dewey defendia uma escola em que a experiência dos alunos fosse a mola propulsora de uma educação que os preparasse para uma vida em sociedade, e mais que isso, fosse a própria representação dessa vivência coletiva, como uma "sociedade em miniatura" (Dewey, 1979, p. 396). Nessa expressão, Dewey resume e evidencia o que ele escreveu extensivamente, qual seja, a perspectiva de uma educação democratizante.

Essa perspectiva democratizante de Dewey está imbuída do seu olhar para o aluno enquanto personagem ativo da sua própria educação. Nessa perspectiva está também inserida sua visão sobre experiência, ela perpassa, necessariamente, pela ação do aluno. Mas, não estamos falando da experiência no sentido desenvolvido por Rousseau e Pestalozzi, pois para Dewey (1978, p. 14) "experiência e educação não são termos que se equivalem. Algumas experiências

são deseducativas. É deseducativa toda experiência que produza o efeito de parar ou destorcer o crescimento para novas experiências". Assim, ele discorre longamente sobre o caráter da experiência. Sobre o aspecto da qualidade a experiência poderia ser, segundo Dewey, agradável ou desagradável, de forma imediata, e influenciar experiências posteriores, de forma mediata. Desse modo, ele defende que o efeito da experiência constitui um desafio ao educador, que deveria "dispor as cousas para que as experiências, conquanto não repugnem ao estudante e antes mobilizem seus esforços, não sejam apenas imediatamente agradáveis, mas o enriqueçam e, sobretudo, o armem para novas experiências futura" (Dewey, 1978, p. 16).

Ao professor caberia, então, não se colocar como centro da experiência educativa, sendo antes um mediador das experiências dos alunos, para que se tornem saudáveis e válidas. Isso inclui uma abordagem não coercitiva em relação ao aluno, não lhe impondo, por exemplo, o silêncio, pois, o aspecto fundamental para a aprendizagem, segundo Dewey, é a liberdade. Tal restrição é prejudicial até mesmo para a saúde física e mental dos estudantes. Dewey defende que a restrição deve ser exercida apenas para fomentar a capacidade "de formular propósitos, de julgar sabiamente, de pesar os desejos à luz das consequências que advirão de os atendermos; poder de selecionar e ordenar os meios para levar os fins escolhidos a bom termo" (Dewey, 1978, p. 63). Mas tal inibição não deve advir do meio externo e sim por meio da reflexão e julgamento do próprio sujeito, ou seja, do autodomínio, já que "o fim ideal da educação é a formação da capacidade de domínio de si mesmo" (Dewey, 1978, p. 64).

Liberdade seria, portanto, "a capacidade de formar propósitos e levá-los a efeito" (Dewey, 1978, p. 65). Isso garante um protagonismo do estudante no processo de aprendizagem. Mas o que seria então "propósito?" O autor responde que "um propósito genuíno sempre começa por um impulso", esse impulso não atendido se transformaria em desejo, mas nem impulso, nem desejo são o propósito em si. O propósito diz respeito ao fim, que para ser alcançado necessita de um processo de observação e reflexão, ou seja, requer o uso da inteligência para reconhecer condições de ação e consequências da mesma.

Assim posto, evidencia-se o salto que Dewey, com sua proposta de educação ativa, dá em relação aos seus antecessores, teóricos de uma pedagogia passiva. Elencando alguns pontos, podemos dizer que em Dewey a criança não aprende em um ambiente natural, sem devida orientação, ela precisa estar inserida em um ambiente experimental, com condições ideias para a formação de propósitos a partir da sua experiência, esse ambiente é a própria escola; A observação e atividade provinda dela não bastam, a observação deve ser parte do pensar direcionada à ação e participa da formação de propósitos do aluno, assim, Dewey apresenta uma

nova noção sobre experiência, onde o desejo da criança não basta, ele deve estar mediado pelo professor, sendo só uma parte do propósito que leva o aluno ao autodomínio. Dessa maneira Dewey critica tanto os tradicionalistas que centram o processo educativo nos professores de uma forma verbalista, quanto os progressistas românticos que acreditam que apenas centrar no desejo da criança resolveria o problema da educação. Veremos agora sobre qual vertente sua influência chega ao Brasil.

Como mencionado anteriormente, Anísio Teixeira foi o principal disseminador das ideias de Dewey no Brasil. Seu interesse surge a partir de uma viagem feita aos Estados Unidos, de onde retornou em 1927, e na qual teve oportunidade de entrar em contato com as ideias de Dewey (Luz, 2013). A partir de então, a teoria deweyana passa a aparecer com bastante força nos escritos e projetos de Anísio Teixeira, aparecendo, inclusive, no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. A influência de Dewey pode ser percebida também em outros autores atuantes nos movimentos da Educação Nova no Brasil e signatários do Manifesto. Lourenço Filho, por exemplo, discorre em seu livro *Introdução ao Estudo da Escola Nova*, lançado em 1929, sobre a pedagogia de projetos de origem deweyana.

Assim, é natural que no Manifesto, possa ser sentida a influência de Dewey. Quando, por exemplo, discorre sobre a função da educação nova, o texto afirma que essa “deve oferecer à criança um meio vivo e natural, ‘favorável ao intercâmbio de reações e experiências’, em que ela, vivendo a sua vida própria, [...] seja levada ‘ao trabalho e à ação’” (Manifesto [...], 1984, p. 416). Nessa estrofe fica evidente o enfoque dado à experiência, conceito central da teoria deweyana, aplicado à necessidade de formação para o trabalho da realidade brasileira. Nesse sentido, o Manifesto, oportunamente, enfatiza o caráter pragmático da finalidade da educação, desde que “a educação nova que, certamente pragmática, se propõe ao fim de servir não aos interesses de classes, mas aos interesses do indivíduo”, teria o “seu ideal condicionado pela vida social atual” (Manifesto [...], 1984, p. 411). Assim, mais uma vez, a filosofia pragmática que embasa o trabalho de Dewey, principalmente a partir da noção de experiência, aparece no texto do Manifesto como justificativa para a validade da Educação Nova para o contexto social da época.

Tal concepção aparece também na organização da estrutura do plano educacional proposta pelo Manifesto:

> A partir da escola infantil (4 a 6 anos) à Universidade, com escala pela educação primária (7 a 12) e pela secundária (l2 a 18 anos), a "continuação ininterrupta de esforços criadores" deve levar à formação da personalidade integral do aluno e ao desenvolvimento de sua faculdade produtora e de seu poder criador, pela aplicação, na escola, para a aquisição ativa de conhecimentos, dos mesmos métodos (observação,

> pesquisa, e experiência), que segue o espírito maduro, nas investigações científicas. A escola secundária, unificada para se evitar o divórcio entre os trabalhadores manuais e intelectuais, terá uma sólida base comum de cultura geral (3 anos), para a posterior bifurcação (dos 15 aos 18), em seção de preponderância intelectual (com os 3 ciclos de humanidades modernas; ciências físicas e matemáticas; e ciências químicas e biológicas), e em seção de preferência manual, ramificada por sua vez, em ciclos, escolas ou cursos destinados à preparação às atividades profissionais, decorrentes da extração de matérias primas (escolas agrícolas, de mineração e de pesca) da elaboração das matérias primas (industriais e profissionais) e da distribuição dos produtos elaborados (transportes, comunicações e comércio) (Manifesto […], 1984, p. 418).

Nessa organização é perceptível a influência do modelo de escola deweyana, desde a educação infantil. O enfoque dado à necessidade da observação, pesquisa e experiência, numa metodologia ativa, evidencia a concepção do autor sobre o processo de produção científica, assim como a relação feita entre os trabalhos manuais e intelectuais. Apesar dessa marca no Manifesto, em Feira de Santana, os cursos de preparação profissional, com destaque para questões agrícolas e de comércio, mencionado no Manifesto, é o que chega com mais força. Isso assevera que a elite agroindustrial e a burguesia industrial, alimentavam, através da ação sobre o povo, interesses em comum.

A situação de desigualdade, que fez com que esse cenário se instaure, destoa da percepção de escola democrática de John Dewey, para ele, o desenvolvimento do aluno e a educação em si, como fins, só seriam possíveis numa sociedade democrática:

> Se infere que o objetivo da educação é habilitar os indivíduos a continuar sua educação — ou que o objeto ou recompensa da educação é a capacidade para um constante desenvolvimento. Mas esta ideia só se pode aplicar a todos os membros de uma sociedade quando há mútua cooperação entre os homens e existem convenientes e adequadas oportunidades para a reconstrução dos hábitos e das instituições sociais por meio de amplos estímulos decorrentes da equitativa distribuição de interesses e benefícios. E isto significa sociedade democrática (Dewey, 1979, p. 108).

Para Dewey, uma educação dividida em classe impediria o desenvolvimento pleno da escola democrática, pois os dirigentes estariam preocupados, somente, com a educação da sua própria classe. Sendo assim, haveria grupos em que a experiência seria dirigida pelos interesses dos outros e não para seus próprios fins. Em Feira de Santana, assim como no país, os preceitos de democracia expressos pela Escola Nova parecem ter se perdido, ou pelo menos, existido do modo mais conveniente às elites. De qualquer forma, os preceitos progressistas e democráticos de educação escolanovista cumpriam bem o papel de serem boas justificativas às intervenções feitas no campo da educação com o fim de atingir a sociedade ideal para o ideário modernizador.

Assim posto, torna-se perceptível que, apesar das aspirações de renovação e progresso perspectivada pela reforma, permanecia ainda um elo com a pedagogia tradicional, um dos

elementos dessa manutenção foi a sustentação moral perpetrada nos dois cenários. Ademais, no campo prático, as aspirações teóricas dos renovadores parecem não ter alcançado total efeito em Feira. A cidade que tinha fazendeiros representando diversas elites, que se coadunavam na tentativa de manutenção dos seus status, não fugiu facilmente das metodologias de ensino tradicionais. A esse respeito, Cruz (2012) identifica que a maioria dos professores na década de 1930 em Feira de Santana, ainda seguiam uma metodologia de ensino tradicional. Antonio do Lajedinho (Ferreira, 2004) relata que eram comuns as sabatinas, que eram as rodas em que os alunos eram obrigados a demonstrar que sabiam de cor a tabuada, caso contrário levavam "bolo" com palmatórias.

Na Escola Normal Rural, também, a mudança que visava um aprofundamento das professoras nas técnicas agrícolas mostrou-se pouco efetiva. Cruz (2012, p. 62) nos mostra, através de entrevistas com as próprias professoras formadas na época, que através do seu currículo a escola "resumia-se em dar informações sobre o trato com a agricultura no intuito de possibilitar às futuras mestras condições para melhor entender o contexto em que viviam seus futuros alunos", ou seja, nesse movimento de renovação muita coisa ainda permanecia como antes.

As influências do pensamento de Dewey na educação feirense se devem, em parte, à concepção progressista incutida pela mediação do setor jornalístico. Em Feira de Santana, apesar dos articuladores do Jornal *Folha do Norte* propagaram uma educação progressista, como na edição de 5 de novembro de 1938, em que divulgavam o *Curso Educacional Progressista* (Curso […], 1938, p. 1), com aulas teóricas e técnicas do professor Cláudio Santiago, o que foi percebido foi uma adesão maior as ideias de Lourenço Filho, principalmente no que se refere à formação profissional e técnica. Na edição de 22 de janeiro de 1937, por exemplo, foi divulgada uma notícia com entrevista do professor Lourenço Filho em Roma (Os problemas [...], 1937, p. 1). Com o título *Os Problemas do ensino no Brasil*, Lourenço Filho, enquanto delegado do sexto Congresso Internacional de Ensino, defendeu a necessidade da educação técnica na base do ensino no Brasil, como forma de assegurar um maior corpo de trabalhadores e melhor rendimento econômico.

Na cidade, é possível observar, que os cursos voltados para formação profissional ganharam destaque, como o *Instituto Feminino de Corte e Alta Costura* (Instituto, 1937, p. 1), ou o curso grátis da *Escola de Corte Universal* (Escola, 1938, p. 1). Mas não só a perspectiva de formação técnica e profissional se sobressaiu em Feira de Santana no período. Cruz (2012) expõe sobre o fato de que, nessa época, a metodologia de ensino da maioria dos professores seguia uma metodologia tradicional, e que, na Escola Normal da cidade era possível ver a inserção de práticas

consideradas avançadas, incluindo excursões e aulas de campo. Nos jornais de Feira de Santana foi comum a presença de notícias sobre comemorações do dia da árvore e da pátria, por exemplo, como na edição supracitada do *Folha do Norte*, em que noticiam as comemorações do *Dia da Pátria*, divulgando o roteiro de atividades das Escolas, incluindo festa desportiva no estádio do Colégio Santanópolis (A semana [...], 1938, p. 1). No livro de memória fotográfica de Raimundo Gama é possível vislumbrar um exemplo da importância dada à data comemorativa, em uma das fotografias podemos observar normalistas plantando laranjeiras no Dia da Árvore em 1935.

Figura 8 - Plantação de laranjeiras pelos alunos da Escola Normal Rural no Horto Dr. Eduardo Mota, em setembro de 1935

Fonte: Gama (1994)

Outro exemplo pode ser visto na edição de 27 de setembro de 1939, em que foi divulgada a comemoração do dia da árvore, que incluía plantação de laranjeiras pelos alunos da Escola Normal Rural no Horto Dr. Eduardo Motta (O dia [...], 1939, p. 1). Tais aspectos evidenciam que, as influências deweyanas que marcaram o texto do Manifesto não se efetivaram na prática educativa feirense, a exemplo do que aconteceu na maior parte do país.

> O pensamento de Dewey ganha força no Brasil em um contexto político e econômico no qual o pensamento liberal, na sua forma mais clássica (1930) e na sua forma mais avançada, neoliberal (a partir da década de 1970, intensificando-se na década de 1990), encontra espaços para se consolidar. O pensamento Dewey foi apropriado de forma parcial em ambas as ocasiões (Souza, Martineli, 2009, p. 170).

Assim, percebemos a adesão feirense ao ideal modernizador presente na pedagogia de Anísio Teixeira, bem mais do que à perspectiva de escola democrática de Dewey. Sendo possível afirmar que os exemplos apresentados, conferem um caráter muito mais tradicionalista à educação citadina, atrelado à metodologia passiva de Pestalozzi, que apesar de dar importância à prática e à natureza, não colocava o aluno como agente do seu aprendizado. O legado de Dewey continua sendo sentido na pedagogia brasileira, incentivando grandes obras. Um fato que

corrobora a evidência de que no Brasil, suas ideias têm sido bem difundidas no campo teórico, mas bem menos sentidas na prática educacional.

Nos capítulos que seguem aprofundaremos a discussão dos resultados encontrados a partir da análise dos documentos. Em consonância com a bibliografia, verificamos que em Feira de Santana, o discurso sobre a infância, juventude e trabalho foi tema recorrente em matérias sobre educação. No entanto, as ideias progressistas foram assimiladas de forma parcial e conveniente aos desejos das elites. Assim, procuramos, através das matérias jornalísticas, imergir em aspectos cotidianos da cidade feirense a fim de perceber, através das práticas, como se deu o processo de escolarização de crianças e jovens, e a qual propósito atendia. Isso será feito em dois momentos, através de dois capítulos, devido ao volume de material encontrado e à complexidade da discussão postulada.

4.0 - INFÂNCIA E PROGRESSO – A ESCOLA COMO GUARDIÃ

> Mas como o pensar infantil fascina. De dar inveja, ele é puro, que nem Obatalá. A gente chora ao nascer, quer se afastar de Alla. Mesmo que a íris traga a luz mais cristalina. Entre amoras e a pequenina eu digo: as pretinhas são o melhor que há. Doces, as minhas favoritas brilham no pomar. E eu noto logo se alegrar os olhos da menina. Luther King vendo cairia em pranto. Zumbi diria que nada foi em vão. E até Malcom X contaria a alguém, que a doçura das frutinhas sabor acalanto fez a criança sozinha alcançar a conclusão, 'papai que bom, porque eu sou pretinha também' (Emicida, 2015).

Modernizar, no contexto em questão, como nos alerta Silva e Pina (2012) não era novidade. Deve-se atentar, no entanto, que, modernizar envolvia contradições que merecem ser investigadas em suas minúcias para melhor compreensão, especialmente, do processo educacional no período. Compreender essas contradições envolve, principalmente, entender o papel desempenhado pelo Estado, que se portava, ora como promotor de políticas, ora como aparelho privado de hegemonia (Silva; Pina, 2012). Perscrutando o caminho das contradições, procuramos investigar o que, para além do discurso teórico e bem intencionado de modernização e novas pedagogias era evidenciado nas práticas noticiadas pelos jornais. Assim, objetivamos neste capítulo e no que segue, compreender como os ideais modernizadores foram apropriados nas projeções sobre as vidas dos sujeitos em suas intersecções de raça, gênero e classe e seus processos de escolarização na cidade de Feira de Santana. Isso será feito em duas etapas, a primeira, que diz respeito a esse capítulo, procura compreender como se deu a escolarização na infância, e quais os discursos e práticas voltados para as crianças e educação primária na cidade de Feira de Santana. O capítulo que segue discutirá como esse processo se deu no relativo à juventude.

Essa opção é feita por entender, através das fontes consultadas, que ocorreu na cidade uma verdadeira tentativa de controle das vidas dos sujeitos, que perpassava pela infância e ia até a fase adulta. Essa intervenção era sentida através da educação, que definia os rumos que cada cidadão devia seguir. Os percursos variavam, como veremos adiante, a depender de fatores como raça, gênero e classe social.

Munidos da orientação teórica, empregamos o método de categorização elencando uma ampla unidade temática: **infância e escola.** O tema foi definido a partir da frequência de aparição no material e de acordo com os objetivos da pesquisa, pois, são vastas as situações em que "os critérios de escolha e de delimitação seriam orientados pela dimensão da análise, ela própria determinada pelo objetivo pretendido" (Bardin, 1977, p. 81). Assim, em consonância com nosso objetivo, procuramos investigar as relações entre infância e escola em Feira de Santana, sempre

atentando para as práticas, discursos e seus significados. Nesse sentido, uma indagação é posta: Quem são os protagonistas da educação feirense repostada no Jornal *Folha do Norte*? De modo imediato talvez a resposta fosse "os professores e educandos". Porém, numa análise mais aprofundada, percebemos que os protagonistas são os próprios articulistas do jornal e das ações educacionais, pertencentes às elites da cidade. Apenas no registro da professora leiga Maria do Carmo, já apresentado nesse texto e discutido mais detidamente adiante, os estudantes pobres realmente ganham nome e cor, deixando de figurar somente como a massa que precisava ser educada e civilizada.

Na Bahia, o ideal de modernizar estava ligado ao imaginário de que seria a educação o meio pelo qual se poderia superar o atraso e promover o desenvolvimento tão em voga no pensamento liberal. Em contexto nacional, a partir de 1930, as elites "passam sistematicamente a direcionar sua atuação para o âmbito do Estado, tendendo a identificá-lo como a representação superior da ideia de nação" (Velloso, 2011, p. 148). Era preciso, pois, que o Estado fosse investido de confiança pelo povo, para que os planos das elites se concretizassem. Era necessário que a educação fosse fator de investimento pela própria população, e para isso, era preciso trabalhar o convencimento.

A educação era a chave, mas como Silva e Pina (2012) chamam atenção, o processo é envolvido por contradições. A exemplo desse descompasso cabe perceber que apesar da aposta no potencial educacional e da empolgação sobre a potencialidade do aumento da escolarização "o ritmo empreendido ficaria ainda bem aquém do crescimento populacional e do atendimento da demanda no estado, sobretudo para a população rural" (Silva; Pina, 2012, p. 64). O destaque dado à educação ficaria muito mais na propaganda do que em ações e políticas concretas, tal aspecto ganha mais força no período do Estado Novo (1937-1945). Um meio de fomentar essa propaganda era através dos intelectuais da época:

> Destacar o vínculo das elites intelectuais com esse projeto significa evidenciar a relação entre propaganda política e educação no Estado Novo. Apresentando-se como grupo mais esclarecido da sociedade, os intelectuais buscam 'educar' a 'coletividade' de acordo com os ideais doutrinários do regime (Velloso, 2011, p. 149).

Segundo a autora, essa elite era vista como a tradutora da vontade popular, que seria realizada pelo Estado. Nesse sentido, compreendendo o papel de educador da coletividade e tradutor dos seus desejos, conferido a essa parcela da sociedade, é possível perscrutar os interesses que moviam a propaganda sobre educação nos jornais da época. Muitos deles foram colocados em local de destaque e aclamação, por seus feitos relacionados à educação, por esse motivo, esse texto procura investigar a participação desses sujeitos nos processos de

escolarização da população, procurando evidenciar os significados relacionados à influência desses intelectuais na educação.

Constantino Vicente dos Reis foi uma dessas figuras, que merece, no entanto, uma ressalva. Em meio aos seus feitos de benevolência em prol da educação, principalmente, em prol da infância abandonada de Feira de Santana, Vicente dos Reis não poupou críticas a diversos políticos, inclusive prefeitos da cidade, "sua revolta social ultrapassava os limites político-partidários, indo a fundo nas questões de iniciativa pública" (Costa, 2013, p. 73).

Vicente dos Reis era advogado, delegado da Liga Baiana contra o Analfabetismo em Feira de Santana e Escrivão dos Feitos Cíveis e Criminais da Comarca de Feira de Santana, nomeado por decreto em 11 de setembro de 1930. A notícia da nomeação e posse foram veiculadas na edição do dia 20 daquele mês, fato curioso é que, na mesma edição, foi publicado um aviso de Vicente dos Reis sobre seu afastamento por motivo de licença de um ano do cargo. Na ocasião ele se despedia e manifestava seu interesse em excursionar pelo Estado exercendo a advocacia nos municípios vizinhos de Feira de Santana. O que sabemos, de certo, é que Vicente dos Reis continuou no cargo, posição que ocupava em 1938 quando começa suas publicações semanais no Jornal *Folha do Norte* (Costa, 2013) e do qual só se aposentou na segunda quinzena de agosto de 1968, por decreto estadual (Simas, 2020).

A figura de Vicente dos Reis era emblemática, pois, ao mesmo tempo em que confrontava autoridades políticas nos jornais, existem evidências de que foi uma pessoa muito bem relacionada em meio à elite feirense. A oposição política de Vicente dos Reis, aparentemente, se dava ao getulismo. Tendo atuado como colunista do Jornal *Folha do Norte*, a probabilidade é que tenha alinhamento político com seus donos. Uma demonstração da proximidade da relação está nas homenagens que o jornal fazia a Vicente dos Reis. Como em abril de 1944, na passagem do seu aniversário, em que o jornal o parabeniza pelo aniversário e incansável luta pela construção da vila operária, albergue noturno e escola para menores desamparados (Dr. Vicente [...], 1944, p. 4).

Em outra oportunidade, ainda no mesmo ano, o jornal fez uma extensa publicação referente a uma homenagem ao advogado, por ocasião da comemoração do aniversário de formatura dele:

> Em homenagem a Vicente dos Reis: "o defensor dos pobres"
>
> Como já tivemos oportunidade de noticiar, realizaram-se no dia 8 do mês em curso, várias manifestações de carinho ao dr. Vicente dos Reis, que naquela data completava o seu vigésimo quinto aniversário de formatura.
>
> Vicente dos Reis - o amigo e defensor incansável dos menos favorecidos, o criador de escolas o distribuidor de cartas de A.B.C., o advogado impetuoso, honrado e digno, bem é merecedor dessas manifestações de admiração e apreço com o que o povo oferece vem sempre o abraçando.
>
> [...]

> Aleijados, cegos, velhos e menores abandonados, amigos do Dr Vicente dos Reis, compunham mesas adjacentes à principal e foram servidos com delicadeza invulgar (Em homenagem [...], 1944, p. 1).

A notícia sobre a homenagem, após nota introdutória, detalha cada acontecimento do referido evento, que começa com missa e continua com recepção na sua casa, em que se destaca a presença de muitas pessoas, de diversas classes sociais. Entre as homenagens, a fala de uma criança de 8 anos simboliza o agradecimento pelas escolas construídas e pela escolarização de filhos do proletariado. A matéria foi bastante extensa, ocupando três números do jornal, iniciando no dia 16, continuou nos dias 23 e 30 de dezembro, sendo que no último número ocupou uma página quase inteira. O jornal publica até mesmo os diversos telegramas e cartas recebidos por Vicente dos Reis por personalidades da cidade e de outros locais.

Naquele ano, Eduardo Fróes da Mota foi eleito indiretamente prefeito da cidade, pelo então interventor federal no estado, Onofre Pinto Aleixo. Eduardo era um seguidor de Vargas e compôs o partido PSD, que tinha em sua formação bases aliadas da ditadura varguista (Lins, 2014). Três anos depois, em 1947, com o fim da ditadura, ocorre a primeira eleição direta e secreta para prefeito da cidade, e o Jornal *Folha do Norte*, que tinha como dono Arnold Silva e como diretor seu irmão Raul Silva, fazem campanha para Carlos Bahia, cunhado de Arnold Silva, filiado ao partido UDN, principal oposição do PSD (Lins, 2014).

Nesse momento, Vicente dos Reis surge como uma voz aliada, com uma coluna chamada *Às urnas* (Reis, 1947, p. 1), o advogado convocava o povo para votar em Carlos Bahia, e usava a agenda da educação como um dos fatores de propaganda política. Cabe assinalar que um dos seus principais pleitos durante o período que esteve como colunista no Jornal *Folha do Norte* foi a construção de um albergue noturno, uma escola para menores abandonados e uma vila operária. Pautas que se arrastaram por anos, sem receber a atenção que ele esperava das autoridades políticas. A notícia sobre o envio de um ofício, em nome do proletariado feirense, solicitando um terreno para a construção do albergue noturno foi de 28 de janeiro de 1939 (Em prol[...], 1939, p. 4). A partir daí, praticamente todos os números do jornal veicularam a subscrição pela construção do albergue noturno. Somente em 1944 ocorreram duas reuniões para tratar da doação do terreno, uma em março, outra em maio; e a construção ocorreu apenas a partir de 1945, com inauguração na década de 1950. A ocasião ganha repercussão fora da cidade, sendo noticiada pelo jornal *Noite Ilustrada*, do Rio de Janeiro, que ressalta a "moderna técnica" com que o Albergue foi construído, dispondo de 50 leitos para homens e mulheres, mas destaca o feito como sendo mérito do prefeito Aguinaldo Soares Boaventura, não citando Vicente dos Reis, que só aparece em uma foto ao lado do prefeito, do mestre de obras e do representante do Jornal, sem, no entanto, existir nenhuma justificativa sobre sua presença na mesma. A notícia é resgatada por

Dimas de Oliveira, contendo, inclusive, uma foto do Albergue na ocasião da inauguração. Segundo a notícia, o Albergue funcionava na Rua Santos Dumont.

Figura 9: Albergue Noturno

Fonte: Oliveira (2019)

Sobre sua campanha de chamamento *Às urnas*, sabe-se que Eduardo Fróes da Mota era varguista e Carlos Bahia era filiado ao UDN, que era anti Getúlio, pode vir daí a explicação do apoio de Vicente dos Reis. Além, é claro, dos benefícios que a manutenção da relação com os donos do jornal trazia para ele. Não nos cabe aqui uma defesa ou condenação dos motivos que faziam Vicente dos Reis ter relações com políticos e membros da elite da época. Temos poucos elementos para afirmar quais as intenções por trás da sua defesa aos pobres, tão recorrentemente expressa no jornal. Fato é, que através dos seus artigos publicados no *Folha do Norte*, é possível evidenciar como era a situação da escolarização de crianças pobres no período.

Entre as principais notícias veiculadas pelo Jornal *Folha do Norte*, em seção própria para publicações da Liga Baiana contra o Analfabetismo, assinadas por Vicente Dos Reis, estavam as que pediam escolas para as crianças da cidade. Essas *notícias* costumavam aparecer sob o título *Pela alfabetização dos filhos do povo* (1939, p. 4), ou *Combate ao analfabetismo* (Louvável[...], 1939, p. 4) e evidenciaram ações vistas como benevolentes por parte de professoras e pessoas de destaque na cidade:

> Pela alfabetização dos filhos do povo
>
> As professoras da Escola João Florêncio, desta cidade, à frente sua esforçada diretora professora d. Edelvira Oliveira, num louvável gesto de patriotismo, e visando a difusão do ensino das primeiras letras, restringindo, assim, o analfabetismo que infelicita a mor parte da infância inope e desamparada, resolveram admitir às aulas do citado estabelecimento todos os meninos em idade escolar nimiamente pobres que desejem frequentá-las, dispensando-os do uso do uniforme adotado e até o de calçado e fornecendo-lhes gratuitamente livros, lápis, canetas providas de penas, papel, ardósias etc, enfim, de todo o material indispensável ao aprendizado do curso primário (Pela[...], 1939, p. 4).

Evidentemente, o ensino apregoado aos quatro cantos do país como fator de desenvolvimento estava longe de ser realidade para todos, especialmente para crianças pobres e negras, o acesso à escola enfrentava ainda diversas barreiras que as propostas liberais de educação, postas em curso até aquele momento, não deram conta de solucionar. Ficava então relegada à bondade de alguns "bons cidadãos" a cessão do material necessário para o acompanhamento escolar. Outro exemplo pode ser percebido em matéria de 1939, intitulada *"Louvável feito em auxílio de escolares inopes"*, que noticia a realização de festival cinematográfico por parte da professora Edelvira Oliveira, que com o dinheiro arrecadado teria comprado materiais para escola e para os estudantes pobres. A matéria destaca ainda que o prefeito também fez uma doação de tecidos para confecção de fardas (Louvável [...], 1939, p. 4). Percebe-se aqui a já referida contradição do Estado, que apesar do seu intervencionismo para conservação de hegemonias, deixava o povo à mercê de condições mínimas que garantissem sua frequência escolar. Demonstrando que a preocupação com educação, além de sensacionalista, era parcial, não atingindo os setores mais carentes da sociedade. Reitere-se que a Escola João Florêncio, citada na notícia, era uma escola municipal, de ensino gratuito, e daí derivamos que a possibilidade dessa parcela da população frequentar as escolas particulares era ainda mais distante.

Para além da questão da benevolência, fica evidente no exposto a enfatização da infância, especialmente, da infância desamparada. A preocupação com a infância já vinha ganhando ares de renovação desde o século XIX, sendo que a pedagogia foi uma das áreas responsáveis por investir na "construção da nova infância que vai caracterizar, principalmente, o modo burguês da educação das crianças" (Schmidt, 1997). Salienta-se, portanto, que o conceito de infância da época não é desgarrada da realidade social, cultural, política e econômica, desde que:

> A idéia de infância é um fenômeno histórico, isto é, cada sociedade produz e assume como sua um conjunto de idéias sobre a infância [...] O conjunto de idéias ou imagens que determinadas sociedades constituem sobre a infância podem ser consideradas, enquanto produções humanas, instituindo-se como fenômenos simbólicos, sociais e culturais (Schimidt, 1997).

Como exemplo do interesse na construção dessa nova infância a autora nos apresenta o contexto da realização da Primeira Conferência Nacional de Educação, em 1927, que teve como tema a infância. Curioso perceber que dos 527 participantes, apenas 4 eram nordestinos e nenhum baiano, enquanto isso, na região Sul, somente o estado do Paraná, local de realização do evento, contava com 504 participantes. Segundo Schimidt (1997, p. 87) "os participantes da Conferência formavam um grupo eclético que se considerava legítimo representante dos interesses da população brasileira". É perceptível que, dentre o grupo seleto que se rogava no direito de definir

os interesses da população, a maioria absoluta representava uma pequena região do país. A intenção desse grupo, segundo a autora, era discutir a causa do maior problema do Brasil, ou seja, o analfabetismo infantil. Mas a preocupação não era exatamente com a criança, mas com o que se podia fazer dela, nesse sentido, a autora nos informa que um dos temas mais frequentes, discutido exaustivamente na Conferência foi o da moral, pretendiam, pois, "construir uma infância, dentro de certos padrões moralmente definidos e aceitos, constitutivos de determinados pontos de vista sobre o mundo" (Schmidt, 1997, p. 136).

Enfatizar a infância como alvo central de ações em prol do desenvolvimento da nação era, portanto, sincrônico com um país que via a educação como a salvação de todos os problemas. Em Feira de Santana, essa tônica também se fez sentir, tendo ocorrido em "1909 o primeiro projeto social direcionado às crianças abandonadas feirenses" (Costa, 2013, p. 26). Assim, observa-se que:

> Toda esta conjuntura de enaltecimento da infância enquanto grupo social responsável pelo desenvolvimento econômico da nação brasileira encontrou respaldo também na imprensa feirense, principalmente a partir da década de 1930. A elaboração de projetos assistencialistas, pedidos de subvenções ao governo municipal, estadual e federal e denúncias sobre o estado de pobreza e abandono na qual viviam as crianças pelas ruas de Feira de Santana foram recorrentes nos semanários veiculados nesta cidade (Costa, 2013, p. 54).

Esse discurso, diante da inoperância do Estado, no sentido de garantir verbas para o atendimento desses pedidos, encontrou na benevolência, no assistencialismo e na boa ação de "cidadãos de bem", grandes aliados. Seu cerne era carregado de um viés higienista e criminalizador dessas crianças. Junto com o discurso de combate ao analfabetismo veio a identificação da criança abandonada como uma questão que merecia ser tratada, uma doença da nação, que era identificada com o signo da criminalidade. A exemplo de matéria veiculada pelo jornal em 4 de julho de 1931:

> Tornemos em criaturas úteis os menores abandonados e viciosos
>
> Desde muito se vem sentindo a necessidade de arrancar à vida de aventuras condenáveis, à ociosidade, genetriz de vícios, à libertinagem, magotes de menores que vivem ao léu da sorte, transmudando-os em criaturas úteis, em cidadãos válidos, mercê da educação nacional, de acordo com as tendências que o hábito do trabalho vai despertando nesses deserdados da fortuna deixados ao abandono (Tornemos [...], 1931, p. 4).

Essa concepção vem na esteira do decreto nº 17.943 de 12 de outubro de 1927 que consolidou as leis de proteção e assistência aos menores. O decreto trata no capítulo IV especificamente sobre os menores abandonados, discorrendo no seu artigo 26 sobre a especificação dos quais devem ser considerados menores abandonados. Nessa conceituação era

central o critério de ausência de “habitação certa” e presença de irresponsabilidade dos pais. Cabe assinalar que a irresponsabilidade nesse caso, era um leque muito grande, e muitas vezes subjetivo, de comportamentos, podendo ser, inclusive “prática de atos contrários à moral e aos bons costumes” (decreto nº 17.943-A, 1927).

Entre os que eram enquadrados como menores, cabe destacar os vadios, especificados no artigo 28.

> São vadios os menores que:
>
> a) vivem em casa dos paes ou tutor ou guarda, porém, se mostram refratários a receber instrucção ou entregar-se a trabalho sério e útil, vagando habitualmente pelas ruas e Logradouros públicos;
>
> b) tendo deixado sem causa legítima o domicílio do pae, mãe ou tutor ou guarda, ou os lugares onde se achavam colocados por aquele a cuja autoridade estavam submetidos ou confiados, ou não tendo domicílio nem alguém por si, são encontrados habitualmente a vagar pelas ruas ou logradouros públicos, sem que tenham meio de vida regular, ou tirando seus recursos de ocupação imoral ou proibida (decreto nº 17.943-A, 1927).

É evidente o incômodo causado por crianças pobres, muitas delas negras, que se encontrassem “vagando” pelas ruas da cidade. Era parte do ideário de modernização retirar essa mancha das ruas e torná-las civilizadas. Era necessário, portanto, educar essas crianças, e mais que isso, torná-las úteis. Schmidt (1997) chama atenção para o fato de que nas discussões sobre infância empreendidas pelo ideário liberalista no início do século XX era comum a concepção funcional de infância. Sobre esse aspecto, relacionado ao trabalho, discorreremos mais detalhadamente em capítulo próprio. Fato é, que antes mesmo da década de 1930, o discurso sobre criminalidade na infância já estampava os jornais da cidade: Em 1909 o periódico *O município* expressava sua visão negativa em relação a três crianças negras que estavam sendo conduzidas à delegacia, seriam elas *Os três iniciantes* no crime como dizia o título da matéria, que afirmava que:

> Eram três iniciantes no crime, pelo caminho da vagabundagem, pelas vielas do vicio, pela camaradagem dos pervertidos.
>
> O coração me estalou de dó.
>
> Um turbilhão de idéias, passou pelo meu espírito, vendo e revendo, não só estes, mas uma multidão de creanças de toda a Feira, dos municípios vizinhos... de todo o Estado da Bahia, de todo o Brazil... mas uma multidão de crenças desleixadas pelos Paes, pela escola, vagabundando pelas ruas e pelas roças, freqüentando as mansões terríveis dos vicios, sem amparo, sem Deus nas débeis almas, sem amor, sem luz.... sem nada!
>
> E então... o resultado era aquelle.

> Uns trilhando no latrocinio; outros na bebedice, outros na prostituição, mais outros nas valentias e conseqüentes rixas entre os companheiros, modos todos estes, como se iniciou Lucas, pelas ruas desta cidade.
>
> [...]
>
> Sim façamos da união a força, da fé o amor, e nos associemos para arrancar da morte moral essa multidão de pequenos seres desvalidos por toda a forma, para transformarmos, pelo amor, pela fé e pelo trabalho, essas almas embryonarias do mal, em almas de homens de bem. (Livino, 1909, p. 1)

Não só a criminalidade era alvo das investidas das elites salvadoras e bem intencionadas, outras características mostravam que infância não era um grupo homogêneo, e apenas uma parte dela era vista como problema a ser combatido através da educação, que contraditoriamente não chegava, justamente para essa parcela. A escolarização da população rural, por exemplo, era um gargalo difícil de ser encarado de frente e sobre o qual ninguém queria se responsabilizar. Em seu discurso feito durante a Conferência realizada pela Associação Brasileira de Educação em 1927 e publicada por Heitor Palombini em 1960, o médico Miguel Couto, após comparar a ignorância a uma praga, assevera que "a educação é, porém, uma coisa cara, e na nossa terra, com os seus acidentes e a sua extensão, caríssima. Dir-se-ia mesmo, acima dos nossos recursos" (Couto, 1960, p. 21). O médico propunha, como saída, a criação de um imposto sobre bebidas alcoólicas, que juntamente com o arrecadamento do imposto de renda, deveriam ser destinados integralmente à educação.

Em nossos documentos, verificamos que era comum que crianças da área rural da cidade caminhassem quilômetros para garantir sua educação, como podemos verificar pelos constantes pedidos de escolas para essas regiões.

> Pedindo escolas para os filhos do povo
>
> Ao senhor prefeito municipal, pediu, por escrito, o sr. delegado da Liga Baiana contra o Analfabetismo nesta comarca, sr. dr. Vicente dos Reis, fosse solicitada do exmo. sr. Interventor Federal no Estado a reabertura da escola primária do ponto central, no subúrbio e a criação de uma escola pelo menos em cada um dos lugares desta comuna em que existe vultosa população infantil em idade escolar desprovida de instrução, mesmo rudimentar, comprometendo-se a obter professores gratuitos para as mesmas (Pedindo[...], 1938, p. 4).

E ainda no ano de 1938:

> Cumprindo nosso traçado pedimos ao excelentíssimo senhor doutor Theodulo Carvalho, digníssimo Prefeito, lance suas vistas para a triste situação em que se encontram os filhos do homem do campo residentes nos subúrbios desta cidade, nos distritos de Almas, Gameleira, São José e Santa Bárbara, onde existem escolas, é verdade, porém em tão pequeno número e tão distantes umas das outras, que, na opinião de um competente, os respectivos alunos se transformam em verdadeiros andarilhos, sem que possam, por isso mesmo, frequentarem tais escolas com a necessária assiduidade (Reis, 1938, p. 2).

O problema da baixa cobertura escolar perdurou ainda por muito tempo, tendo em 1947 sido citado em discurso do prefeito Eduardo Fróes da Mota, rememorado no Jornal *Folha do Norte* por Vicente dos Reis, na edição de 6 de agosto de 1947, ou seja, quase uma década depois. Segundo a matéria, existia ainda na cidade, crianças de regiões rurais, que precisavam andar 6, 8 ou até 10 quilômetros para ir à escola (Reis, 1947b, p. 1). Também no registro da professora leiga Maria do Carmo Nunes, onde registrou as matrículas para o segundo semestre de 1945, na região do Novo Calandro, situada na Vila de Tiquaruçu, em coluna dedicada a registrar a distância da moradia das crianças até a escola, foram registradas 10 crianças que andavam entre 5 e 6 quilômetros para chegarem à escola. Não sabemos se esse quesito estava registrado por pedido da prefeitura ou se foi feito pela própria iniciativa da professora, fato é que é um importante indicador da precariedade da oferta educacional na época.

A atuação de professoras leigas era corriqueira no período. Prova disso que, na maioria dos pedidos de abertura de escolas feitos por Vicente dos Reis, vinha como contrapartida o seu comprometimento em obter "professores gratuitos para as mesmas". Indício da precária valorização do trabalho dos professores. No registro de matrícula da professora leiga Maria do Carmo Nunes, algumas informações chamam atenção justamente por explicitar a dificuldade de acesso à escola para as crianças de regiões rurais da cidade. Ao todo eram 54 crianças matriculadas, entre 7 e 16 anos de idade, na escola regida pela professora. Não existe informação sobre a organização da escola, mas pelas características, considerando a época, parece se tratar de uma escola isolada de ensino primário. Segundo Campos (2018) essas escolas eram regidas por um único professor, com alunos de diversas faixas etárias, em curso de oito anos, no qual convivia uma variedade de níveis de desenvolvimento.

> A finalidade da Escola Isolada era simples e modesta, seu objetivo era educar em pouco tempo as crianças para logo retornarem aos serviços que desempenhavam para ajudar no sustento do lar, desse modo tinha como objetivo atender as necessidades futuras dos alunos que tinham como objetivo o trabalho (Campos, 2018, p. 31).

No caso em questão, o trabalho seria aquele da roça, a dedicação à agricultura e pecuária, que ainda era em Feira de Santana, e na Bahia, um forte fator econômico. O preço para as crianças de áreas rurais fazerem valer os ideais da elite era mais alto. Importante delimitar que a maioria delas eram negras e pardas, especificamente 12 negras e 29 pardas, o que representa uma maioria absoluta das 54 crianças matriculadas.

A educação tão conclamada nos jornais, no caso das regiões rurais, logo, destinada a pessoas pobres, em sua maioria, negras, não precisava passar de simples instrução, que garantisse a viabilidade de sua atuação no trabalho, sem significar jamais um objeto de liberdade e autonomia. Pelo menos, por parte das elites, não era essa a intenção. À essas elites cabia a direção

do futuro do país, cabia elencar os inimigos que deveriam ser combatidos, onde o principal era o analfabetismo, elencado como o maior problema do Brasil, em conferência realizada pelo médico Miguel Couto em 2 de julho de 1927 em Conferência da Associação Brasileira de Educação, já mencionada nesse texto.

A referida conferência foi enviada ao jornal *Folha do Norte* em outubro de 1932 pelo diretor do Ginásio Donato de Souza. Na ocasião, o jornal fez uma publicação para informar sobre o recebido e conclamar o "extraordinário valor desse trabalho" (Publicações[...], 192, p. 3), evidenciando o seu alinhamento com o conteúdo que ali foi expresso. Mas não era de qualquer analfabetismo que Miguel Couto falava, especificamente aquela que representava uma ameaça para a economia e o desenvolvimento do país.

Miguel Couto foi um médico, nascido no Rio de Janeiro em 1º de maio de 1865, membro da Academia Brasileira de Letras, eleito em dezembro de 1916, membro do Conselho Nacional de Educação e Presidente da Academia Nacional de Medicina por 21 anos, foi assíduo defensor da higiene pública e da alfabetização obrigatória do povo, único meio pelo qual poderia o país vir a figurar o rol das nações civilizadas. É mais um intelectual que buscou direcionar os caminhos que o país deveria tomar, rumo à civilização, e faz isso através da teorização sobre educação e difusão das suas produções através, principalmente, dos jornais. Em Feira de Santana, no período estudado, seu nome aparece no Jornal *Folha do Norte* em duas ocasiões. Uma delas é a já mencionada, em 29 de novembro de 1932, quando sua fala na Conferência é referenciada no periódico. E a outra, anterior a essa, ocorreu em 8 de agosto de 1931, quando o jornal apresentou o seu anteprojeto de lei para o ensino primário, o qual ele tinha levado ao conhecimento do ministro da Educação, Francisco Campos.

No anteprojeto, além de ideias defendidas na Conferência, como o imposto sobre bebidas alcoólicas a ser destinado à educação, Couto apresenta a intenção de que sejam criados internatos (Institutos de Educação) para crianças em idade escolar, que deveriam ser criados e mantidos pela União, em cada Estado, num número de pelo menos um Instituto. Diz o anteprojeto que:

> Sendo impossível levar a instrução primária, como é admitida hoje, a cada habitante em idade escolar dos nossos sertões, onde sua densidade é de 1 para 2 quilômetros quadrados, a União passará a exercer com respeito a essas crianças, durante oito anos, verdadeira tutela. No fim deste prazo o Governo, exonerando-se na sua função paternal, devolverá a cada família os seus filhos, devidamente educados e aptos para ganhar a vida e honrar a Pátria (Couto, 1931, p.1).

As ideias apresentadas por Couto evidenciaram seu posicionamento higienista em relação à população rural, pobre e negra. A tutela do Estado sobre o filho do sertanejo era uma demonstração da sua visão de incapacidade desse povo em se responsabilizar pela criação dos próprios filhos, representando uma ameaça para a educação dos mesmos. Essa visão seria

difundida no futuro em obra intitulada “O maior problema do Brasil: O sauvão”, de autoria de Heitor Palombini e Jorge Buarque Lyra, publicado em 1960, em que utilizam das palavras do médico para discorrer sobre a questão educacional em tom bastante pejorativo e depreciativo do analfabeto, identificado como o sertanejo, ou como os autores prefere colocar “o jeca”.

Na obra, existe um forte apelo imagético para reforçar o que é posto no texto escrito. A contraposição entre os analfabetos - sauvões - e letrados é tema recorrente, ilustrada em imagens satíricas que evidenciam sempre a visão depreciativa sobre os analfabetos.

Figura 10: O gigante e o pigmeu

O gigante e o pigmeu — A figura dá uma idéia da proporção entre "sauvões" e letrados.

Fonte: Palombini e Lyra (1960)

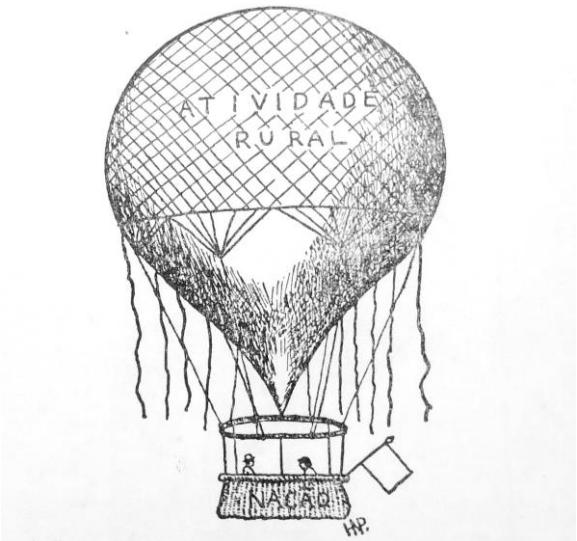
Na visão desses autores “o analfabeto é sempre um atrasadão. Nem para a enxada serviria. Possui psicologia própria da era chamada da pedra lascada” (Palombini; Lyra, 1960, p. 45). É perceptível que o incômodo dos autores é sobre o quanto cada pessoa analfabeta está deixando de render aos cofres do Estado. Mais uma vez a psicologização aparece como forma de justificar preconceitos. A subjetivação de pessoas negras e pobres através da sua identificação com o signo da incapacidade e, portanto, sinônimo de problema é uma realidade desde a chegada do primeiro navio negreiro que cruzou o oceano em direção à essas terras.

O tom de subjugação permanece durante toda a obra, chegando a torná-la repetitiva. O mantra que é repetido página após página é a ideia do analfabeto enquanto uma praga, tal qual a saúva foi uma praga agrícola em períodos coloniais. Ele atravancava o progresso, pois não era moderno o suficiente para honrar o país, assim, afirmam os autores:

> A ciência não penetra no jeca. Ele vive alheio a tudo. Nem sabe o que quer, é surdo, é mudo, é cego. Se não é homem moderno, por que havemos de contá-lo no censo? Só para que o número de habitantes do país assombre? Contra isso protesta logo o bom senso. Sob os céus do Brasil se podem contar, quando muito, treze milhões de pessoas. O resto para nada presta, nem mesmo 'para inglês ver'" (Palombini; Lyra, 1960, p. 46-47).

O texto desumaniza abertamente os sertanejos analfabetos. Aqueles que vivem fora dos grandes centros, mas que são os braços que sustentam a economia. Não à toa o novo maior problema do Brasil é comparado com o antigo maior problema, a saúva. Os dois ameaçavam a sustentabilidade econômica do país, diretamente ligada à agricultura, apesar da aposta na modernização através da industrialização.

Figura 11: A força dos campos



A fôrça dos campos. — Sòmente a atividade rural levanta um país. Apenas a educação de todos os rurícolas pode fazer nascer essa atividade.

Fonte: Palombini e Lyra (1960)

Mas diferente do que os autores demonstram, esses analfabetos não eram sem voz, e por isso mesmo o medo de que a educação funcionasse como fator dignificante. Durante a pesquisa, foi possível observar através dos jornais que a população rural se organizava em prol da conquista de benefícios para suas localidades. Um exemplo disso aconteceu em 1932, quando moradores de São Vicente denunciaram uma professora por não estarem satisfeito com o seu exercício:

O ensino primário no distrito de São Vicente

> Houve uma denúncia escrita, feita por alguns moradores do Arraial de São Vicente, deste município, à diretoria Geral de Instrução, contra a professora d. Julieta Fructuoso de Araújo, regente da escola de terceira classe daquela localidade, acusando de não cumprimento exato de obrigações profissionais.
> O titular daquele departamento da administração pública do Estado determinou, como era natural, ao criterioso inspetor deste distrito escolar, senhor professor Flávio de Paula, que fosse à citada localidade e sindicasse o que havia.
> Sabedores do que ocorria, em seu retorno, solicitamos de s.s. informes que nos habilitassem a bem cumprir também nosso dever de imprensa conscienciosa.
> Disse-nos, então, o dirigente e zeloso preposto da superintendência do ensino primário que procurará ouvir, em São Vicente as acusações e as defesas, tomando todas as informações por termos, cujos resultados fará chegar às mãos do senhor diretor da instrução.
> Em resposta, ainda, às nossas indagações, declarou-nos o sr. professor Flávio de Paulo que dentre as defesas destacam-se: um, "nós abaixo - assinado", subscrito por mais de trinta pessoas e uma manifestação de voto de desagravo feita por grande parte da população sanvicentina em sua presença (O ensino [...], 1932, p. 1).

O jornal começa a notícia falando da importância do professor primário e como ele não é prestigiado como merece, sendo julgado à mínima falha. Em seguida, o jornal apresenta a denúncia da população, que assume, então, diante da narrativa do jornal, um ar de dúvida. Importante perceber, no entanto, a maneira como a população se organizou, usando o próprio jornal como meio de manifestar sua insatisfação, demonstrando compreensão, em algum nível, sobre o papel que o jornal desempenha. A realização de um abaixo assinado e da manifestação de desagravo também são indícios da organização popular, que não parecia satisfazer os articuladores do jornal.

Em 1941 são as professoras de uma localidade rural não revelada no texto, que voltam a utilizar o jornal como meio de expressar o descontentamento com a situação da educação, e com sua valorização profissional.

Combate ao analfabetismo

> Li, com surpresa, digníssimas professoras Regina Andrade Serra e Rita Pereira do Vale, a carta que as senhoras me dirigiram, por intermédio do conceituado periódico Folha do Norte, verdadeiro defensor do proletariado.
> Ninguém ignora a utilidade das escolas primárias criadas pela Liga contra o Analfabetismo neste município e o grande prejuízo que causará a instrução o fechamento das escolas.
> Verdade é que o exm. snr. Governador desta cidade amparou, por um Decreto- lei, a distinta professora que dirige a escola sita no lugar chamado 'Consolo', neste município, criada pela mesma liga
> Por isso, esta nossa ilustre companheira na jornada da 'Luz e do Bem', tem agora uma ajuda de 100 mil reais mensais, em virtude daquele Decreto-lei, que serve para quem nada recebia.
> Porém cabia às senhoras terem um pouquinho de paciência e aguardarem a justiça do Exm. Snr. prefeito que, estou certo, mandará tomar as necessárias providências, a fim de que, em comemoração a passagem do aniversário do Exm. Snr. Dr. Getúlio Vargas, seja os seus colégios equiparados a referir a escola do lugar 'Consolo'.
> Agradecendo as honrosas referências feitas a minha pessoa, afirmo, com o meu positivismo e lealdade de sempre, que as senhoras me colocaram numa perigosa situação, deixando-me à contramão e com escrita estragada.

> Sim, porque necessitamos estar em plena paz com os nossos dirigentes e, uma reclamação por mais simples e justa, pode dar mal resultado.
> Ora, se a gente, pedindo e chorando neste vale de lágrimas, entra, muitas vezes, em certos embrulhos como Pilatos entrou no Credo e até hoje não conseguiu sair dele, quanto mais se reclamando pela imprensa, num tom que, talvez, julguem arrogante (Reis, 1941, p. 1).

Vicente dos Reis, além de elogiar o papel do Jornal, demonstra insatisfação com o fato das professoras terem se apropriado da ferramenta da elite para angariar benefícios para si. Essa posição coloca em dúvida, mais uma vez, as intenções do delegado da Liga contra o analfabetismo. Expressando a necessidade de estar em paz com os dirigentes, Vicente diz que as professoras lhe colocaram "numa perigosa situação". A imprensa não era, portanto, um meio para atender os ideais dos pobres, era sim, uma ferramenta para a manutenção dos privilégios das elites através da repercussão dos seus discursos.

As professoras demonstraram através do ato que tinham consciência sobre as condições precárias de trabalho às quais eram submetidas. E ao saber da notícia sobre recebimento de vencimento por uma colega de outra localidade rural, resolvem ir até o jornal para cobrar sobre suas próprias situações. A situação refletia um cenário evidente da época, a desvalorização profissional da carreira docente. A desvalorização compreendia desde a atuação docente de modo gratuito, até o atraso dos salários, como foi noticiado em 1932, quando o jornal dá nota que "Magistrados e professores vão receber vencimentos em atraso" (Magistrados [...], 1932, p. 1), para tal fato se tornar possível, o Estado teria tomado emprestado 8 mil contos ao Banco do Brasil. A notícia ressalta que a educação é mantida pelo Estado, o que era evidenciado também quando eram noticiados os orçamentos da cidade para cada ano, no período estudado, segundo informações do Jornal *Folha do Norte*, era destinada uma quota de 20% da renda bruta de impostos da cidade para auxiliar a educação que era organizada e mantida pelo Estado, isso totaliza entre 1 e 7 por cento da receita. Permanece durante o período a querela sobre a responsabilidade da manutenção dos custos da educação. Uma sociedade que se pretendia moderna e divulgava a educação e a docência como meios ideais para atingir esse fim tinha dificuldade em minimamente garantir uma valorização das suas carreiras com um salário digno e pago em dias.

A ideia da elite era educar o filho do pobre apenas até onde fosse necessário para que conseguissem trabalhar no que a demanda exigisse. E assim, diversos homens e mulheres, sertanejos, pobres e negros chegaram ao século XXI tendo apenas os primeiros anos de formação. Às vezes mal sabendo contar e ler. Afinal, onerar o erário público com educação de qualidade para o povo também não era de interesse, seria, antes, um prejuízo. A longa citação que segue é necessária para interpretar bem essa visão:

> Se o erário não pode pagar curso primário para todos e se não convém que o povo permaneça no analfabetismo, compete, então, a cada indivíduo agir com patriotismo e empregar esforços para salvar-se da ignorância. Ninguém colheria resultado mais agradável do que fazer o caboclo estudar a sua própria custa. [...] Demande-se ao campônio, resida onde quiser - isso, sim - que aprenda apenas a ler, escrever e fazer as quatro operações, no prazo que desejar. […] É provável que encontre o professor que precisa, mesmo lá pelo mato ou pelo campo. A princípio, nesse serviço de ensinar tão pouco, qualquer pessoa serve, até de ínfima cultura (Palombini; Lyra, 1960, p. 110).

Com certeza, esse tipo de educação precarizada não era o mesmo destinado aos filhos das elites. A culpabilização pelo estado de miséria em que foi colocado é rotineiro para com o sertanejo. O analfabetismo se torna uma marca inata, responsabilidade do indivíduo, que deve se envergonhar e buscar, por seus próprios meios, se livrar. A visão estigmatizante, embora mais branda, aparecia também nas matérias da Liga Baiana contra o Analfabetismo em Feira de Santana. Era comum o delegado da liga, Vicente dos Reis, se referir às regiões rurais como "centros mais atrasados" (Reis, 1939, p. 1) e às crianças dos interiores como "filho do matuto" (Reis, 1938b, p. 1).

A visão estereotipada sobre as regiões rurais e seus habitantes funcionou, dessa forma, como justificativa para a impossibilidade de uma maior cobertura escolar nesses locais. Quando, finalmente, as escolas eram instaladas, faltavam mobiliário. Diversas foram as vezes que as cobranças eram expostas no jornal. Foi o que ocorreu com a escola Cupertino de Lacerda, no lugar chamado Arraial do Basílio, como o periódico expôs em 5 de outubro de 1940:

> Muita razão tive quando, conhecendo a existência de centenas de crianças carentes de alfabetização em o lugar chamado 'Areial de Basílio', subúrbio desta cidade, fundei a Escola 'Padre Cupertino Lacerda' em o referido lugar, tendo como delegado residente no snr. farmacêutico João Olegário dos Reis Lima.
> Esta escola infelizmente ficou inativa, por faltar o preciso mobiliário, que minhas posses não me permitiram comprar. E assim, desaparecendo esta casa de ensino, ficaram aquelas crianças,como outras tantas, sem conhecer o A.B.C.
> Mas, a providência divina - o verdadeiro Amparo das Crianças Pobres - deu-lhes, como protetora, uma senhora simples, modesta, porém inteligente e culta, a personificação nítida da dedicada mestra - A Professora Edna Oliveira, que, fornecendo alguns livros e cadernos aos pobrezinhos, está recebendo as bênçãos do céu, cercada da consideração e estima da melhor sociedade feirense. (Reis, 1940, p. 2)

A maioria das escolas solicitadas pela Liga e instauradas na cidade funcionam nessas condições. Muitas vezes eram as próprias professoras, que além de reger a escola - muitas sem remuneração - ainda providenciavam o material necessário para que as crianças estudassem. Tal fato explicita a ideia de vocação e benevolência como estruturantes da educação, e a docência como "feita de dedicação, amor e sacrifício. A mulher era considerada mais adequada à função, por ser também concebida como mais afeita ao sacrifício e ao amor desinteressado" (Cruz, 2012, p. 57). A situação de falta de materiais era alarmante e fez com que Vicente dos Reis, viesse a público cobrar das autoridades o necessário mobiliário:

> A nossa Feira de Sant'Anna berço da heroína Maria Quitéria e do grande mestre do direito, Desembargador Filinto Bastos, onde esta Liga criou os colégios: Padre Cupertino de Lacerda, Sales Barbosa, Cristovão Barreto, Filinto Bastos, Leolindo Ramos, Padre Tertuliano Carneiro, Juvêncio Erudilho e Lúcio Cerqueira, todas gratuitas, se vê na emergência de perder tais colégios, regidos por professores diplomados, por não ter nem sequer o mobiliário preciso e obrigatório inúmeras vezes negado pelos poderes competentes. (Reis, 1939, p. 2).

Observe-se que, em 1939, data em que foi publicada essa cobrança, a Escola Cupertino de Lacerda já havia sido criada e já estava sem mobiliário. Situação que se arrasta até o ano seguinte, quando a professora resolve doar alguns poucos materiais - livros e cadernos. Não é mencionado sobre mesas e cadeiras, mas pela matéria publicada em março de 1940, podemos depreender que a situação era igualmente periclitante. A notícia fazia menção a outra matéria da edição anterior que dizia que, enquanto o número de matriculados na capital caía, em Feira de Santana aumentava. Vicente dos Reis aproveitou a ocasião para afirmar que:

> Aqui, entretanto, temos alunos aos milhares, professores aos centos, mas não possuímos nem escolas nem mobiliário [...] quem duvidar, faça uma ligeira visita às nossas escolas. A escola "João Florêncio", por exemplo: Ali existem 63 carteiras para 202 alunos, ficando, portanto, um excedente de 76, obrigados a disputar um lugar nas extremidades das referidas carteiras [...] E note-se que isso se passa no coração da cidade, parede meia com soberbas avenidas, quanto mais em nossos distantes distritos. Portanto, que mandem para as nossas escolas primárias o avultado mobiliário que se encontra nas escolas da capital e os feirenses saberão agradecer (Reis, 1940b, p. 2).

Aqui figura a antiga disputa sobre a distribuição do orçamento para a educação. Visivelmente os interiores eram menos favorecidos na contagem dos valores. E os distritos dessas cidades do interior ficavam com uma parcela ínfima.

4.1 - A psicologização da infância e da educação

Na empreitada de repensar as metodologias de ensino, era necessário pensar a maneira que o indivíduo aprendia, para que fosse posta uma reforma que finalmente fosse efetiva. Nesse sentido a Psicologia foi uma grande aliada, constituindo uma das bases, tanto da Reforma Anísio Teixeira, como do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Esse foi um dos aspectos percebidos nas matérias do Jornal *Folha do Norte*, o uso da psicologia para justificar questões relativas à infância e à educação.

Na Bahia, a influência da Psicologia chegou através do método intuitivo. É possível verificar, de acordo com Luz (2013), que o método já estava presente nas reformas que antecederam a de 1925, momento em que Afrânio Peixoto, atuou como um grande defensor do método. Uma das suas referências era Pestalozzi, que por sua vez tinha uma grande inspiração

em Rousseau. O que diferenciava os dois, segundo Manacorda (2000) era que um juntava o que o outro separava, ou seja, Pestalozzi juntava homem natural com realidade histórica, diferente de Rousseau. A esse respeito, Fontes (2006), ao discutir o conceito de sociedade civil, explica que Rousseau, apesar de contratualista, ou seja, acreditava que o Estado era um contrato necessário para que a natureza humana fosse contida, reverte seu fundamento. Assim, Rousseau acreditava na existência de uma natureza humana, mas dava a ela uma valoração positiva.

Apesar da sua grande influência nas novas pedagogias, Rousseau estava caindo em desuso pelos ideais modernizadores. Em 1932, o jornal *Folha do Norte* publica uma conferência realizada por Xavier de Matos, em que discorre sobre a autonomia infantil, e intitula a concepção de bondade natural humana de Rousseau como "naturalismo otimista" e "que não passa de uma ideologia sentimental e de um anacronismo insustentável". O autor defende a ideia de que a deva existir a autonomia infantil, mas de modo relativizado, para que não prejudique os princípios da sua educação:

> Da pujança vital da infância brotam simultaneamente tendências reativas heterogêneas, boas e más, cujo curso livre e desempedido tende a solidifica-las em hábitos definitivos de conducta individual e social; entre estes destacam-se sempre as tendências indesejáveis e nocivas que prejudicam a normalidade da conduta infantil;
> Ora, é evidente que tais tendências, por bem ou por mal devem ser inibidas no legítimo interesse do próprio educando. Como amplamente o reconhece a psicologia moderna o papel das inibições na formação do caráter é insubstituível (Mattos, 1932, p. 2).

Manacorda (2000), identifica, justamente, a crença naturalista na "bondade natural" do ser humano, como uma das principais influências de Rousseau em Pestalozzi. Esse aspecto, mais a consideração da individualidade da criança era o "ponto de partida da sua pedagogia" (Manacorda, 2000, p. 261). Essa foi uma das concepções que influenciou o movimento dos renovadores da educação no Brasil e chegou na Bahia, antes mesmo da Escola Nova, através do método intuitivo. Desse modo, essa influência chega à Feira de Santana e à Escola Normal, mas não era bem uma concepção de bondade natural do ser humano que prevalecia na cidade até então.

De acordo com Luz (2013), Pestalozzi recomendava a necessidade de "psicologizar a educação", compreendendo as formas do aprendizado infantil e adaptando-se a ela. O método intuitivo acreditava, portanto, que se deveria partir do mundo da criança, ou seja, do concreto ao abstrato e do particular para o geral, isso seria possível através da "lições de coisas". Um exemplo da aplicação da "lição de coisas" pode ser verificado antes mesmo da Reforma de Góes Calmon, em 1911, data em que, segundo Oliveira (2016) foi inaugurado pelo professor Geminiano Alves da Costa um pequeno museu, que continha entre os materiais, instrumentos para o ensino prático de desenho e uma bandeira nacional. A autora discute que os museus funcionaram como importante elemento na modernização da educação através dos objetos concretos. Para além dos

aspectos concretos, a própria Psicologia era uma das disciplinas ministradas na Escola Normal de Feira de Santana em 1932, segundo informações do jornal *Folha do Norte*, em edição de 19 de novembro daquele ano, quando noticia a disciplina como a preferida da formanda Humbelina Rubem (Professorandos, 1932, p. 1).

Na esfera nacional, os impactos da psicologia puderam ser sentidos através das contribuições de Lourenço Filho, que entre outras funções foi professor de Psicologia na Escola Normal de Piracicaba, em 1921 e na Escola Normal Caetano de Campos de 1925 a 1930, ambas em São Paulo (Saviani, 2013). Segundo Monarcha (2010) "sua ciência do social é eminentemente pedagógica e psicológica" ao ponto de ser eleito, posteriormente, presidente da Associação Brasileira de Psicotécnica e ter enviado um anteprojeto de institucionalização da Psicologia ao ministro da Educação em 1953, de acordo com o autor. Como um dos personagens principais no movimento da Escola Nova, é compreensível a informação de Manacorda (2000) de que a psicologia infantil foi um dos aspectos fundamentais para o movimento.

Em 1929, Lourenço Filho criou, juntamente com outros nomes importantes para a educação na época, como Sampaio Dória, o *Instituto de Educação*, que ele chamou de *Faculdade de Ciências da Educação*, onde passou a ministrar um curso chamado *A Escola Nova* (Monarcha, 2010). Com as lições deste curso, ele publica o livro *Introdução ao estudo da Escola Nova*, no qual aborda sobre o tripé científico da Escola Nova, qual seja, biologia, psicologia e sociologia. Esse livro foi reeditado várias vezes, inclusive pelo Conselho Federal de Psicologia na coleção *Clássicos da Psicologia Brasileiro*, onde foi incluído um estudo chamado *Lourenço Filho, a Escola Nova e a Psicologia* (Saviani, 2013). A educação deveria se preocupar com a formação de hábitos mentais adequados é o que fica evidente em matéria de 1940 que afirma que "não basta saber ler" (Malta, 1940, p. 1) e, cita Lourenço Filho ao afirmar que é um benefício quando a educação coopera para a formação de bons hábitos mentais. A esse respeito, através de texto de Humberto de Campos, o jornal *Folha do Norte* noticiou que:

> Quase trinta milhões de brasileiros jazem nas sombras da ignorância. Constituem, para a economia cultural do país, um monte de cascalho bruto. Sob essa montanha dorme, porém, uma das mais ricas jazidas do mundo. Jazida humana de cérebros que esperam luz, de pedras que aguardam, apenas, para se tornarem preciosas, o trabalho da lapidação (Campos, 1932, p .1).

Os ideais modernizadores pretendiam, portanto, uma mudança da sociedade a favor das elites que se preocupava até mesmo com a forma como os sujeitos pensavam e se comportavam. Em Feira de Santana a influência das concepções da Escola Nova relativas à relação entre a

Psicologia e a educação infantil ganha destaque nas páginas dos jornais. Em setembro de 1940 o jornal *Folha do Norte* divulga artigo de Marina Tricânico que diz:

> A educação infantil tem, ultimamente, mais do que outrora, preocupado os povos civilizados, uma vez que dela depende, em grande parte, a formação do caráter humano. Não houvesse Freud indicado os anos primeiros da vida como responsáveis pela substrução da personalidade, e teríamos encontrado, na fase da nossa infância, a verdade proclamada pelo mestre através da lente com que sondou, incansavelmente, os recônditos misteriosos da alma humana.
>
> Hoje, mais do que nunca, procura-se entender a criança, desde que se chegou a compreensão de que ela possui um mundo à parte, tão grande quão diferente o distante do nosso, merecendo um tratamento especial e adequado à sua idade.
>
> Os desajustamentos psico-sociais tem no campo da higiene mental um vasto capitulo motivado pelos conflitos a que está exposto o homem na sociedade. Verificou-se, então, em breve, estar na infância o verdadeiro raminho onde melhor se faz sentir essa ação higienizadora, que visa a prevenção dos males mentais e o ajustamento perfeito da personalidade humana, visto que pequeno ser é um registrador de impressões básica, com os núcleos de caráter da vida adulta. (Tricânico, 1940, p. 1).

No movimento de renovação da educação, portanto, é possível delimitar a Psicologia como um eixo estruturante, desde que situou como base norteadora, estando presente nas questões pedagógicas e na tentativa de compreensão dos aspectos sociais. Essa crença na educação como determinante da mudança social, é chamado por Ribeiro (2010) de pedagogismo, para a autora a prática "evidencia que, na realidade, o fenômeno educacional está sendo concebido como isolado do contexto, uma vez que a ação que este exerce sobre aquele não é bem definida" (Ribeiro, 2010, p. 76). As questões de inovação pedagógica, com predominância de trabalhos manuais, são apontadas por Saviani (2013) como não sendo o que distingue a Escola Nova da pedagogia tradicional. O próprio *Manifesto de Pioneiros da Educação Nova* aponta que o que distingue a primeira da segunda é a "presença em todas as suas atividades, do fator psicobiológico do interesse" (Manifesto [...], 1984, p. 416).

Diante do exposto fica evidente a perspectiva de educação que foi desenhada para aquele contexto de ideal modernizador. Uma educação que se diferenciava a depender do local de nascimento do educando, bem como de sua classe e cor. A psicologia atuou como uma aliada das elites nesse empreendimento, delimitando a noção de uma infância ideal, que atendesse a esses preceitos. Essa visão que diferenciava a educação a depender do público e definia quem teria acesso a ela permanecia à medida que essas crianças iam envelhecendo, ganhando alguns contornos específicos na juventude, que serão analisados no capítulo que segue.

5.0 - PERSPECTIVAS PARA A JUVENTUDE: EDUCAÇÃO E TRABALHO

Escola Moderna
Em forma de mesquita, à luz das alvoradas,
Vedes alegre se erguer, em flórida planura,
Um antigo solar de rara formosura,
Aonde vão se educar crianças adoradas.

Ali flameja o sol, que vivifica os povos
Espancando o trevor, fazendo a santa luz,
Que, em rútilo clarão, reconforta e seduz
Às crianças mostrando os esplendores novos.

É ali moderna escola e do labor colmeia
Onde seres gentis, a tamaninas células
Da gente do porvir, não mais temem as férulas
No teto assás gracil que de luzes se arreia.

Ouvis aqueles sons do sino - tem… tem… tem…?
Do labor é sinal. Nas carteiras se ajeitam
Os grupos juvenis; do mestre a voz respeitam
Em justa gratidão ao mimo que mantém.
(Lima, 1930, p. 1)

A poesia que faz epígrafe a este capítulo é de autoria de Pizarro Lima, e foi publicada no Jornal *Folha do Norte* em maio de 1930, e posteriormente relembrada no Jornal, em 1931, na ocasião das comemorações do dia do trabalho (Dia […], 1931, p. 1), em que a poesia foi recitada como parte da programação da festividade na Escola Normal. A poesia fornece elementos cruciais para o desenvolvimento desse capítulo, pois evidencia o esquadrinhamento de crianças e jovens em seus processos de escolarização, enquadrando-os como responsáveis pelo moderno futuro da nação. Neste capítulo, em continuação ao anterior, objetivamos compreender como os ideais modernizadores foram apropriados nas projeções sobre as vidas dos sujeitos em suas intersecções de raça, gênero e classe e seus processos de escolarização. Dessa vez, imergimos nos aspectos relacionados à vida dos jovens, procurando compreender quais os signos ligados à juventude feirense na época e as expectativas alimentadas pela elite em relação à mocidade. Entendo que assim como ocorria com as crianças, as expectativas variavam a depender da cor, sexo e classe do jovem em questão.

Para a juventude, as expectativas identificadas nas fontes que analisamos eram, na maioria das vezes, relacionadas ao trabalho. Enquanto a infância era identificada com o discurso de alfabetização em massa, na lógica de combate ao analfabetismo como meio de obtenção de cidadãos minimamente instruídos, na juventude o enfoque caminhava para a questão do trabalho. Esse discurso vinha acompanhado de outro, também em voga no processo de modernização, o da moral, como pode ser verificado na própria poesia supracitada. A moral costumava aparecer

através da orientação sobre sentimentos e comportamentos. Na poesia observamos a alusão a sentimentos como gratidão e gentileza, relacionados ao ato de estudar, sua autoria é de Pizarro Lima, que é, na verdade, o pseudônimo do professor da Escola Normal e colunista da *Folha do Norte*, Leonídio Rocha (Oliveira, 2016b). A poesia nos fornece elementos para compreender a dinâmica da relação entre juventude, escola e trabalho naquele período. Lido como um lugar de luz, que espanta as trevas, a escola moderna seria aquele lugar em que os "grupos juvenis" teriam acesso às instruções sobre o labor pela voz do mestre.

A propaganda das poesias do professor na Escola Normal não era incomum. Ela volta a acontecer, por exemplo, no ano de 1931, em duas ocasiões, a primeira, na comemoração do Dia da Árvore, divulgada pela *Folha do Norte* como "a festa da mocidade estudiosa da nossa terra, presidida pelo professor Leonídio Rocha, professor da instituição..." (O dia da [...], 1931, p. 1). Leonídio, ou Pizarro Lima, ao mesmo tempo que era um dos articuladores das atividades, coordenando boa parte delas, era também destacado pela leitura de seus poemas; e a segunda vez, no aniversário da escola:

> Homenagem
> À memória do Dr. Góes Calmon
>
> Parece-me que escuto orquestras divinas…
> Vejo brilhante sol no teto que nos cobre…
> É o sol da Instrução… são vozes argentinas
> Da mocidade em festa, alevantada e nobre
> Em horas vespertinas.
> [...]
> Mocidade gentil, Calmon é redivivo
> Nesta san catedral, onde se pontifica.
> Em nome do Progresso, em crescente incentivo,
> A sublime instrução, que a todos purifica
> Com grande imperativo. (Lima, 1932, p. 4)

Ao lado da poesia foi publicada notícia sobre a programação da atividade. O recital era feito, normalmente, por um estudante, e apesar desses tipos de atividades serem noticiadas como "festa da mocidade", seus mentores eram adultos, pertencentes à elite intelectual da cidade. Entre as comemorações cotidianamente veiculadas no jornal, os desfiles e passeatas estavam entre os principais. Essa foi uma das formas utilizadas para evidenciar o protagonismo da juventude para o sucesso da educação feirense. A imagem abaixo mostra a passeata escolar realizada em 5 de setembro de 1941, no dia nacional da juventude.

Figura 12: Passeata escolar realizada no dia nacional da juventude. 5 de setembro de 1941

Fonte: Gama (1994)

A forma de divulgar as comemorações no jornal diz sobre os ideais de modernização das elites para a cidade, através da educação e do uso do discurso sobre a juventude. Nesse discurso, a juventude, ou a mocidade, era vista como sempre feliz e disposta a empreender esforços pela modernização e progresso da nação.

Essa juventude “nobre” e “gentil”, no entanto, era uma juventude burguesa, que formaria o quadro de pessoas de destaque na cidade, para a juventude rural, a educação não chegava, sendo que nessa idade, já eram obrigados a trabalhar. Del Priori (2022, p. 2), em seu livro “Histórias dos Jovens no Brasil”, afirma que por volta de 1940, os jovens burgueses passaram a ter mais autonomia, era “uma juventude que multiplicou as ofertas de uma cultura assentada sobre condições econômicas e expandiu o mercado a ela destinado”. Diz ainda que “na base da pirâmide, entretanto, outros jovens continuaram a lutar contra a desigualdade, o racismo, a precariedade de oportunidades, as dificuldades do acesso à educação" (Del Priori, 2022, p. 2). A autora chama atenção para o fato de que, antes disso, por séculos, a juventude não era notada e crianças pobres [e negras], passavam da infância diretamente para a fase adulta, em outras palavras, eram obrigadas a trabalhar desde cedo, em ofícios muitas vezes pesados até para um adulto.

A ideia de trabalho para a juventude pertencentes às elites da cidade era bem diferente. Nesse caso, o objetivo era formar para o trabalho mais intelectual, com alusão de formar as mentes que pensariam e regeriam o futuro da cidade. Essa noção era, inclusive, um dos objetivos do Colégio Santanópolis, um dos maiores institutos de educação da cidade, que ofertava o secundário particular para jovens mais abastados da cidade. Tanto que foi expressa em um vídeo de divulgação do trabalho da escola, produzido na década de 1960 e publicado pelo perfil de memória do Colégio Santanópolis, na plataforma do Youtube, em 2010. Diz o vídeo que:

> No setor de educação, Feira de Santana conta com o Ginásio Santanópolis, cuja orientação pedagógica obedece a diretriz do educador, deputado Aureo Filho, que imprime em seu estabelecimento moderno sistema de educação. É auxiliado nesse mister por seus filhos.
> Constantemente em atividade, o diretor do estabelecimento inspeciona seu corpo discente, quando procura entrar em contato com a mocidade estudiosa dos dias de hoje e que amanhã se constituirá na elite dirigente do Estado (Colégio Santanópolis, 2010).

No vídeo, fica evidente as expectativas da elite para aquela parcela da juventude, que tinha condição de pagar pela educação do Ginásio Santanópolis, seu destino era dirigir a nação. Ana Maria Freire em sua obra *Analfabetismo no Brasil*, situa os ensinos secundário e superior como os únicos que eram bem considerados no início do século passado, recebendo assim, tratamento especial. Para a autora "quem frequentava esses cursos dominava os conteúdos valorizados por essa sociedade aristocrática, que, coerentemente, só deixava vazá-los aos seus membros" (Freire, 1993, p. 26). A autora assevera ainda que esse era um meio eficiente de manutenção das relações de poder por essa parcela da sociedade. Portanto, a visão de trabalho perpassada nesses estabelecimentos era bem diferente da reservada à parcela pobre da população. Nesse sentido, Oliveira (2019, p. 389), chama atenção para o fato de que, até o final do século XIX, o trabalho era vista como "expressão de uma condição subalterna", considerando o fato de o país ter acabado de sair do sistema escravocrata. Essa perspectiva do trabalho como dignificante veio a ganhar forças posteriormente, quando aparece:

> Expressa de várias maneiras entre os finais do século XIX e o início do século XX em praticamente todo o mundo ocidental, a relação entre educação escolar e trabalho pressupunha a mobilização dos sentidos para o desenvolvimento de sensibilidades apropriadas para um "novo mundo" que pretendia estimular a ação, o desenvolvimento da vontade e a capacidade de iniciativa como signos modernizadores da escola primária (Oliveira, 2019, p. 388).

O ideal de desenvolver a sensibilidade nos jovens para um mundo modernizado, através da relação entre educação e trabalho, foi desenvolvido em Feira de Santana com o aporte dos dias comemorativos nas escolas, especialmente na Escola Normal, onde era comum a apresentação de trabalhos manuais feitos por estudantes. Os trabalhos manuais eram uma perspectiva nacional, dentro das tendências trazidas pela Escola Nova, que reproduzia modelos existentes em outros países. Note-se que existe aí uma forte relação com as "Lições de Coisas" uma das bases da Escola Nova, já discutido neste texto.

5.1 Os trabalhos manuais: educando os sentidos

Nesse ínterim, Oliveira (2019) chama atenção ainda para o fato de que a relação entre trabalho e educação tem como uma das principais dimensões os trabalhos manuais nas escolas. Uma boa descrição sobre a concepção acerca dos trabalhos manuais na época é oferecida por Manoel Penna, ele afirmava que:

> Os trabalhos manuais, ensinados por professores competentes, constituem um excelente meio educativo e não um simples exercício ginástico apenas. Bem dirigidos, êles contribuem poderosamente para o desenvolvimento da vontade e enriquecimento da imaginação. Mas, para que tais trabalhos dém resultado, precisam ser variados e atraentes, não tendo absolutamente o caráter de ofício (Penna, 1934, p. 13).

Existe aí uma evidente necessidade de separar os trabalhos manuais do ensino de uma profissão, talvez como modo de tentar alcançar a simpatia da população, que segundo o autor, ainda não tinha uma total compreensão sobre a necessidade do ensino através dos trabalhos manuais. Para o autor existia uma sensível diferença entre as duas, desde que o ensino de uma profissão deveria ocorrer em escolas profissionais com professores capacitados para tal fim, enquanto os trabalhos manuais eram "de fim essencialmente educativo, pode ser introduzido em todas as escolas primárias, não só para as meninas como para os meninos, como um meio educativo por excelência" (Penna, 1934, p. 10), o seu objetivo não seria formar profissionais para áreas específicas, mas fornecer "dextreza às mãos, tornando-as servidoras obedientes do cérebro" (Penna, 1934, p. 10).

Outra intenção com essa separação era desvincular os trabalhos manuais da ideia de trabalho pesado, pois segundo o autor existia "um arraigado preconceito contra aqueles que se ocupam de um trabalho manual qualquer, prevenção esta que coloca os operários, socialmente falando, em um nível muito inferior ao das outras classes, o que é talvez uma reminiscência do tempo da escravidão" (Penna, 1934, p. 11).

Mais de uma vez o autor chama atenção para o fato de que os trabalhos manuais seguiam a tendência de uma educação integral, em que através do corpo, se devia educar os sentidos, sendo que, "a ação educativa das diversas formas de trabalhos manuais - recorte, modelagem, cartonagem, trabalhos em madeira, etc., se mede pelas reações mentais que êles fazem nascer e pela progressão das reações que elas são susceptíveis de provocar" (Penna, 1934, p. 13), ficava perceptível, portanto, a "ação psicológica" dos trabalhos manuais.

Em Feira de Santana, podemos verificar uma das exposições escolares dos trabalhos manuais dos alunos em matéria do dia 13 de abril de 1940:

> Trabalhos manuais de alunos da Escola João Florêncio
>
> Tivemos ensejo de apreciar a dias, muitos dos trabalhos manuais de vários gêneros, em madeira, cipós, cartão, lâminas metálicas etc. executados por alunos da Escola João Florêncio, desta cidade, que figuraram na exposição escolar de dezembro do ano passado, instalada no edifício em construção do Instituto de Educação ao Barbalho na capital do Estado.
>
> Vimos também diversos retratos *a crayon* trabalhados pelo aluno Antônio Altino Arcella, fabricante de uma miniatura de cama " Patente", os quais revelam decidido pendor para o desenho figurado. São provas disso as efígies, entre outras do sr. prefeito do município e dos autores da letra e da música do Hino Nacional Brasileiro.
>
> Tais objetos foram considerados como "trabalhos dignos de menção".
>
> Igual classificação tiveram: uma bem feita "mesa ou banco de marceneiro", ladeada de várias ferramentas desse ofício, tudo caprichosamente e fielmente copiado do natural e executado em madeira pelo aluno Catharino Pinheiro e um "manzuá", aparelho de pesca, também feito em miniatura com entretelecidas taliscas de ouricuri pelo Escolar Francisco Costa.
>
> Farta e variada é a coleção de trabalhos manuais exibidos naquela Exposição Escolar testificando o aproveitamento na referida disciplina dos alunos da Escola João Florêncio, sob a direção da provecta d. Edelvira Oliveira e mais professoras do frequentadíssmo estabelecimento de ensino primário da Feira de Santana (Trabalhos [...], 1940, p. 4).

Sentimos necessidade de trabalhar a matéria em sua integridade, devido à riqueza de detalhes explorados na mesma, relativos aos trabalhos dos estudantes. Observamos o tipo de trabalho que era valorizado, com forte ênfase aos trabalhos manuais. A exploração dos detalhes nos permite perceber que esses eram trabalhos relacionados aos moços, reforçadores de características masculinas, como a marcenaria, pesca e patentes em desenhos. Os tipos de trabalhos manuais foram copiosamente discutidos no livro de Manoel Penna, podendo ser percebido desde o índice (anexo) que o autor dedica capítulos específicos para trabalhar cada um desses tipos, como o desenho, madeira, tecidos e trabalhos em papel. Outra notícia relativa às exposições pôde ser observada em novembro de 1937:

> Escola Normal Rural
>
> Exposição de desenhos e trabalhos manuais
>
> Realizou-se sábado último e foi muito visitada num compartimento do edifício da Escola Normal Rural desta cidade uma exposição de numerosos desenhos à lápis comum, a crayon e em côres, executados por alunos daquele estabelecimento de ensino e também farta cópia de trabalhos manuais em vário gênero na qual avultavam interessantes prendas de alunos do curso fundamental, aqueles e estes feitos sob as vistas das professoras das respectivas disciplinas d. Rubina de Andrade Pedreira e Alice Barreiros Santos, às quais parabenizamos pelo êxito de seus esforços em prol da mocidade que se instrui e educa, visando a alfabetização dos filhos do povo (Exposição [...], 1937, p. 1).

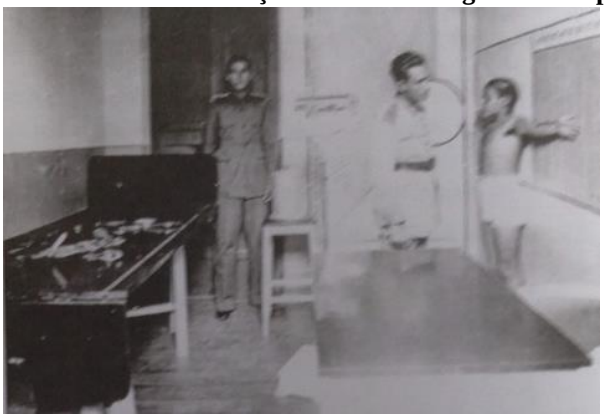
Novamente aparecem os desenhos a lápis como modelo dos trabalhos manuais dignos de destaque. Até mesmo o tipo do lápis é descrito nas matérias. A importância dada ao desenho e às práticas manuais e que envolvessem o corpo, relacionadas às lições das coisas, pode ser

observada na própria estrutura das escolas. As imagens abaixo apresentam as salas de desenho, geografia e laboratório de educação física do Colégio Santanópolis.

Figura 13: Sala de Desenhos do Colégio Santanópolis

Fonte: Amorim (2002)

Figura 14: Laboratório de Educação Física do Colégio Santanópolis



Fonte: Amorim (2002)

Figura 15: Sala de aula de Geografia do Colégio Santanópolis

Fonte: Amorim (2002)

Destacamos o fato de as exposições de “trabalhos manuais” e “prendas” serem respectivas às disciplinas de mesmo nome. Pudemos observar isso nas publicações das Médias da Escola

Normal Rural, em que constavam os nomes das disciplinas o que demonstra a importância dada a essas atividades para a formação dessa juventude, que como frisado na matéria, refere-se a uma "mocidade que se instrui e educa, visando a alfabetização dos filhos do povo". Ou seja, formava-se através de atividades mais dignificantes, estimuladoras da mente, os próximos educadores dos filhos do povo, aqueles que seriam responsáveis pelo trabalho braçal e execução do trabalho pesado que alimentava a economia, tanto a nível municipal, quanto nacional.

No caso das mulheres, o apelo aos trabalhos manuais e prendas, era relacionado às atividades domésticas, reforçadoras do papel feminino e do tipo de comportamento que se esperava das futuras professoras. Existia, portanto, um "papel social da normalista, como mulher" (Sousa, 2012). Podemos verificar o modo diferenciado como as notícias sobre os trabalhos femininos eram divulgados em matéria publicada em dezembro de 1940:

> A esplêndida exposição da Escola Maria Quitéria
>
> Constituiu-se irresistível atração, para aqueles que verdadeiramente os apreciam, os bonitos trabalhos femininos, prendas de vário gênero, entre os quais alguns admiráveis, expostos no certame da Escola Maria Quitéria franqueado ao público feirense de 10 a 17 do mês fluente. (A esplêndida [...], 1940, p. 1).

Perceba-se que as exposições são referidas como "bonitos trabalhos femininos", com evidente enfatização da condição feminina, que servia para diferenciar dos trabalhos realizados pelos rapazes e reforçar o papel do feminino para a formação das estudantes. Algumas matérias iam além e descreviam o tipo de trabalho executado:

> Esplêndida Exposição de trabalhos da Escola de São José das Itapororocas
>
> Entre os trabalhos expostos destacavam-se: uma guarnição para cama de casal, em crochet, tipo imitação de labirinto; guarnição para quarto de solteiro, com aplicação em tela, guarnição para sala de jantar, em crochet, estilo Renascença composto de 11 peças, além de várias outras peças soltas e trabalhos em pontos de cruz e rococó. O curso da Escola de São José foi festivamente encerrado, destacando-se dos diversos números uma representação de teatro infantil. Como se depreende do registro, as alunas da citada escola aprendem fazendo, como preceitua a pedagogia hodierna. (Esplêndida [...], 1937, p. 2).

A descrição dos trabalhos realizados pelas estudantes deixa explícito a concepção sobre o gênero. A futura professora deveria ser aquela que servisse como exemplo de moral, boa dona de casa e ligada às tarefas domésticas. Atividades como crochê, ponto-cruz e rococó são exemplos dessa relação. Importante observar que ao final da matéria, os redatores relacionam o aprender fazendo com a pedagogia da época, em outras palavras, a Escola Nova. Curioso perceber como os articulistas do jornal, em acordo com a elite intelectual, responsável pelos

rumos da educação da cidade, forjam uma relação necessária entre os ideais da Escola Nova e o reforçamento de lugares sociais extremamente tradicionalistas. Isso nos alerta também para o viés liberal por trás do discurso progressista, quando este partia para o campo da prática.

5.2 Formação Moral: entre a criminalização e os exemplos de liderança

A necessidade de reforçar a relação entre trabalho, juventude e escola era latente no discurso do Jornal *Folha do Norte*, tendo em 1940 publicado matéria de título *As comemorações do dia do Trabalho - A imponente concentração escolar* em que ressalta em detalhes a programação "da data universal consagrada à dignificação do Trabalho" (As comemorações [...], 1940, p. 1). Na ocasião, diversas escolas participaram do desfile cívico, entre elas a Escola João Florêncio, Agostinho Fróes da Mota, Escola Normal e Ginásio Santanópolis. Em seguida houve sessão cívica com solenidade de posse do Centro Cívico da Juventude Brasileira. As comemorações ocorrem ao longo do dia e entram noite adentro, com sessão ocorrendo no salão onde eram ministradas as aulas noturnas para adultos e adolescentes, durante a qual houve uma fala do Dr. Dival Pitombo, figura central para compreensão do pensamento da cidade sobre a educação para os jovens, como veremos adiante.

Na matéria, é possível verificar a organização da passeata feita pela "infância e juventude estudantis", em que houve um pelotão de ginasianos (o jornal faz questão de deixar explícito que era formado por rapazes), a bandeira nacional, guiada por uma estudante do Ginásio, protegida por uma guarda masculina, e em seguida o pelotão feminino. É evidente que a separação por gênero feita durante o desfile era uma forma de deixar bem delimitado os papéis destinados aos rapazes e às moças.

O reforçamento de lugares sociais fala diretamente sobre o controle dos corpos, objeto de uma educação que procura moldar pessoas e decretar regras sociais em favorecimento de uma parcela da sociedade. Nesse sentido, ao estudar a normatização e insubordinação no cotidiano da Escola Normal de Feira, Ione Souza afirma a necessidade de "problematizar que são os conflitos entre os sujeitos e seus projetos sociais que constroem as estratégias e práticas legais, como expressões do vencedor" (Sousa, 2012, p. 124). Vale pontuar, que apesar das estratégias legais, na maioria das vezes, estarem a favor das elites, mulheres, pobres, pretos e outras parcelas marginalizadas da sociedade têm forjado cotidianamente suas marcas nessa dinâmica.

Em relação ao controle dos corpos e costumes femininos, verificamos nos jornais a presença constante da propaganda à Biblioteca das Moças, com o anúncio de títulos específicos para a leitura da população feminina, a exemplo do que acontecia também com as crianças. Segundo Cunha (1993, p 55) "A Biblioteca das Moças fazia parte de uma coleção popular Coleção Verde - composta de 175 títulos, traduzida e publicada no Brasil pela Companhia Editora Nacional, de São Paulo, entre 1935 e meados de 1960". Eram romances que valorizavam a sensibilidade feminina e ressaltavam valores como o casamento, tinham sempre um final feliz e eram provenientes, principalmente, da França. A autora informa que essa literatura fazia parte da formação de identidade feminina e das representações sobre o papel de mulher e professora na época, destacando que era comum esses livros "constarem do acervo das bibliotecas escolares destinadas à formação de professoras" (Cunha, 1993, p 56). Em Feira de Santana, Sousa (2012) destaca que a Biblioteca das Moças, comumente repostada no Jornal *Folha do Norte*, foi uma das formas de indução para uma nova sociabilidade das normalistas na cidade.

Mas o controle dos corpos e costumes não era exclusivo para as jovens mulheres, também os rapazes experienciaram um conjunto de estratégias que tinha como objetivo definir o modo como deviam se comportar. Na cidade, um dos principais meios utilizados para consolidação desse objetivo foi o Rotary Clube, fundado em 1941, a associação seria fruto de intensas investidas de orientação aos jovens e à educação. Para Lins (2014, p. 74), uma das suas bases era "educar, moralizar e elevar espiritualmente os diversos estratos da classe dominante". Educação da juventude e moral eram termos constantemente presentes nas falas dos membros da Rotary. Em tese apresentada na 2ª Conferência do Distrito 123, em Natal (1950), os relatores Dival Pitombo e Áureo Filho apresentam

> O presente trabalho, que se destina a estudar os meios de orientar a posição de Rotary na formação moral da juventude, procura encarar o conceito de moral no seu sentido mais amplo, isto é, analisar os fatores determinantes de uma norma ética superior, que permita aos moços da nossa época uma existência digna, dentro de uma sociedade educada para o bem. (Pitombo; Oliveira Filho, 1950, p. 3).

Durante todo o relatório, que tem como título "Como pode a Rotary influenciar na formação moral da juventude", os relatores exploram em detalhes a temática da moral e educação da juventude, relacionando com os objetivos da Rotary. Esse enfoque era devido ao fato de acreditarem que "a juventude constitui em si mesma um capital humano da mais elevada importância, pois dela sairão os líderes destinados a conduzir humanidade nos dias que virão" (Pitombo; Oliveira Filho, 1950, p. 3). Nesse sentido, era importante contar com uma representação que inspirasse a juventude e funcionasse como modelo a ser seguido. O dentista

Dival Pitombo, membro da Rotary e autor do relatório supracitado, foi escolhido então como representante da juventude, estando presente em diversas atividades que diziam respeito ou eram do interesse dos jovens. Por vezes seu nome apareceu no jornal como orador em algumas dessas atividades. Exemplo disso pode ser verificado em 19 de outubro de 1940 na ocasião de uma visita de estudantes da Escola Profissional da cidade de Cachoeira ao Ginásio Santanópolis em Feira de Santana onde ocorreu tarde desportiva e recepção pela manhã, que contou com fala do orador Dival Pitombo "interpretando o sentir da mocidade estudiosa da Feira" (Esplendida [...], 1940, p. 2).

Apesar de tentar demonstrar uma ideia de harmonia e alegria constante entre os jovens, através do uso de figuras juvenis, que serviam de exemplo para sociedade, e eram geralmente, líderes estudantis, representantes de associações, entre outros, existem evidências de que a realidade não era tão harmoniosa quanto a exposta nos jornais. Por um lado, a juventude burguesa sabia se apropriar do lugar de exemplo social atribuído a eles, reproduzindo as práticas valorizadas pelas elites. Um exemplo é a produção e circulação do jornal estudantil "A Aiveca", realizado pelos jovens estudantes do Ginásio Santanópolis, que circulou entre as décadas de 1930 e 1940. Segundo Carlos Brito "O título do jornal é uma metáfora, dizendo que temos que *plantar* conhecimento e educação para as novas gerações" (Brito, 2022), já que Aiveca é o nome de um instrumento agrícola. É perceptível a utilização pelos jovens de símbolos de modernização, como a educação e a economia. Em 1944, o Jornal *Folha do Norte* noticiou o periódico estudantil da seguinte maneira:

> "A Aiveca"
> A mocidade estudantil do Colégio Santanópolis nos ofertou um número do seu bem feito Jornal "A aiveca", órgão de desenvolvimento cultural da juventude do dito estabelecimento de ensino secundário desta cidade.
> "A Aiveca" pelo que dela consta, é o porta-voz dos moços que labutam hoje, lado a lado, com os homens livres do continente americano, defendendo o direito e a liberdade dos povos contra a opressão e a tirania. (A Aiveca, 1944, p. 1).

Além de colocar o jornal como "órgão de desenvolvimento cultural da juventude", a *Folha do Norte* o situa também como "porta voz dos moços que labutam [...] defendendo o direito e a liberdade". Assim, os redatores universalizam a noção de juventude, identificando-a com a juventude mais abastada economicamente, seriam eles os que realmente importam e que eram responsáveis pelo futuro da nação.

Figura 16: **Jornal "A Aiveca"**

MOCIDADE ESTUDANTIL:

O sentimento de fraternidade entre os jovens das Américas constitue uma imensa contribuição para a futura paz do mundo.

AIVECA

Orgão oficial do Centro Cultural Aureo Filho e da Juventude Brasileira

ANO X — Colégio Santanópolis (Feira — Bahia) Dezembro de 1944 — N. X

Fonte: Brito (2022)

Por outro lado, existia outro grupo que demonstrava não se importar tanto assim com os planos que a elite feirense traçava para o desenvolvimento da cidade e as expectativas que alimentavam em relação a eles, escolhendo seguir outras concepções políticas. Em julho de 1937, durante um comício da União Democrática Estudantil, que estava em visita à cidade, ocorre um incidente que demonstra insatisfação por parte da população:

> União Democrática Estudantil
>
> Tendo vindo a esta cidade em o sábado último, uma caravana da União Democrática Estudantil realizou comícios, entre nós, tendo retornado pela manhã de terça-feira última.
> A população fez-lhe cordial acolhida, tendo-lhe sido oferecido um sarau dançante na prefeitura municipal.
> De referência a um incidente que motivou telegramas protestando contra o exagero da notícia a respeito, divulgada por um jornal da Bahia, o sr. dr. Aureo de Oliveira Filho recebeu do sr. Governador do Estado o seguinte despacho:
> Prof. Aureo Oliveira Filho-Feira.
> Explorações extremistas não merecem consideração pt Repulsa Povo Brasileiro essas ridículas tentativas escravização Pátria condizem desespero derrotados extremistas (pt) Prefeito Heraclito Carvalho jå me tinha informado sobre incidente Comício.
> Cordiais Saudações
> Juracy Magalhães. (União [...], 1937, p. 1).

Para além da disputa entre a U.D.E e grupos considerados comunistas e integralistas, o que se sobressai é o fato do jornal ter feito manobras para ocultar o ocorrido, não narrando em nenhum momento qual o tipo de manifestação aconteceu e muito menos o motivo. Até mesmo a referência ao nome do jornal baiano que divulga a notícia sobre o acontecimento, considerada

exagerada, é ocultada. A notícia segue com exposição de mais telegramas condenando o incidente, são comunicações do governador Juracy Magalhães ao secretário da U.D.E em Feira de Santana; e da U.D.E, em nome de Fernando Jatobá, ao Jornal *Folha do Norte*. A maneira como a situação é noticiada é uma flagrante tentativa do jornal em passar uma ideia de harmonia entre os jovens da cidade. Essa prática faz parte da busca pelo controle dos comportamentos juvenis e elevação de valores morais considerados positivos pelas elites. A esse respeito, os autores do relatório da Rotary afirmam que "a formação moral da mocidade representa o alicerce, a base sobre a qual se deverá erguer o edifício da sociedade futura" (Pitombo; Oliveira Filho, 1950, p. 3).

A tentativa de forjar a sensação de harmonia perpassava pela juventude, mas também pelo trabalho. Foram recorrentes as notícias encontradas no Jornal *Folha do Norte* em que o 13 de maio era tema central, mas sempre relacionado com comemorações escolares e publicados com o discurso de superação de um atraso, que teria ficado no passado da história do país. A escravidão seria, então, uma mancha que poderia ser apagada através da educação:

Hino do alfabetizado

Agora já podemos soletrar: Brasil! Brasil!
Seis letras do alfabeto a proclamar
O nome de um povo varonil!
Maior ventura não há, nem pode haver,
Do que sair de uma longa escravidão,
Pois temos o direito de aprender,
Que é a maior libertação!
Num mundo novo agora
Surge para nós a liberdade,
Rasgando um negro e imenso véu.
Em nossos olhos resplandece a luz da felicidade
Como a luz do Sol no céu.
Agora já somos cidadãos
Iguais a todos os irmãos !
Iremos juntos a cantar,
sob este nosso céu de anil
Mais uma glória do Brasil! (Camargo, 1950, p. 3).

Apesar do hino ser escrito como se repercutisse a voz de uma pessoa negra, saída da escravidão, seu autor, Joracy Camargo era um homem branco, professor e dramaturgo, pertencente à elite do Rio de Janeiro, e que em 1950 já fazia sucesso com seu trabalho, alcançando repercussão internacional. A letra dá a entender que o analfabetismo é uma escravidão maior do que o trabalho forçado e a rotina de humilhação a qual pessoas negras foram submetidas durante séculos no país, assim, ser alfabetizado seria a maior liberdade, ao invés de alcançar condições de viver com dignidade. A publicação desse hino reflete o pensamento dos

redatores e das elites feirenses, para os quais, harmonizar a população no tocante às questões de trabalho e educação era um passo fundamental para a modernização da cidade. Isso pode ser percebido nas constantes publicações sobre o 13 de maio, feito pelo jornal. Pelas publicações conseguimos perceber que era comum a realização de passeatas cívicas nas escolas em comemoração à data, bem como, a estratégia de marcar inaugurações de escolas para esse dia. Percebe-se que a abolição era utilizada como enigma de liberdade, que era desviada da condição de escravização de sujeitos relacionado principalmente ao trabalho, mas reverberando em todos os aspectos da vida daqueles sujeitos, para uma liberdade ligada ao poder da alfabetização, a escravidão seria então, o próprio analfabetismo e ignorância. Assim, a *Folha do Norte* publica em 1942:

> No dia 13 de maio de 1888, os pretos deixaram de ser escravos.
> A escravidão negra era uma nódoa que manchava o Brasil perante os demais povos.
> A campanha contra o servilismo desencadeada por vultos que hoje a história pátria destaca, entre eles Joaquim Nabuco e José do Patrocínio, foi vencedora.
> Naquele tempo, não se cogitou saber se o Brasil perderia ou ganharia com a Abolição, não se cogitou saber em que situação ficaria a economia brasileira.
> Tratou-se de libertar o braço escravo.
> E a liberdade raiou em 13 de maio de 1888.
> Infelizmente ficaram outros escravos e em muito maior número, tanto pretos, como brancos.
> São os escravos da ignorância.
> Esta escravidão, por motivo que não vale a pena trazer a lume, em vez de diminuir aumentou de geração em geração, a ponto de atualmente se registrar que de geração em geração aumenta de 7 milhões o número de escravos da ignorância.
> O que quer dizer que com todos os esforços de todos os governos não se abrem escolas para todos os que delas têm necessidade.
> 13 de maio é, portanto, uma data que todos nós cultuamos e festejamos.
> Festejemo-la, porém, de uma forma que nos faça esquecer as agruras do passado e com o pensamento no futuro do Brasil.
> A Cruzada Nacional de Educação vem, desde 1936, comemorando esta data com a abertura de maior número possível de escolas, pois são nelas que os escravos da ignorância vão encontrar a liberdade (Reis, 1941b, p. 2).

A matéria evidencia, ao traçar um comparativo com a escravização de pessoas, que a questão central em relação à educação é a econômica. Diferente do que o jornal anuncia, a questão econômica foi sim um grande problema para a abolição, o qual foi bastante considerada, incansavelmente discutida e assegurada estratégias para diminuir o prejuízo dos senhores de escravos. Vista depois como benevolência, a abolição é utilizada como um código de civilidade e superação das marcas do passado, que só seria possível para uma nação moderna. A educação teria esse papel também, de superar o passado e garantir um novo futuro. Um futuro moderno significava um futuro embranquecido, para tanto, era necessário uma nova narrativa sobre o passado escravista. Em diversas outras ocasiões foram publicadas notícias semelhantes à supracitada. Sempre referenciando a Cruzada Nacional de Educação e seus esforços para

inaugurar novas escolas na data de comemoração da "redenção dos cativos". Em 1937, por exemplo, foi anunciada a inauguração da *Escola Gratuita para Adultos*, que funcionaria nas dependências do Ginásio Santanópolis (Escola [...], 1937, p. 1). E em 1938 é comemorado até mesmo o meio centenário da data (As brilhantes [..., 1938, p. 2).

Calca-se de sentido o fato de o ensino rural ter surgido atrelado a uma necessidade de controle dos corpos negros no período de pós abolição. Mendonça (2006) assevera que esse foi um dos seus objetivos quando do seu surgimento entre 1910 e 1920, atrelado ainda ao Ministério da agricultura e

> Tendo em vista que a conjuntura pós abolição da escravidão tornava premente estabelecer balizas mínimas que redefinissem as formas de controle e tutela sobre a população rural brasileira, agora integrada por ex-escravos e seus descendentes, em pleno processo de formação do mercado de trabalho nacional (Mendonça, 2006, p. 137).

Naquele momento, destaca a autora, as instituições tinham o objetivo de fazer permanecer na terra as crianças, muitas provenientes das cidades que enxergaram na zona rural o destino semi prisional das infâncias desvalidas. Não é coincidência o fato de os industriais serem contra o código do menor, que proibia a exploração de menores de 14 anos nas fábricas, limitando sua jornada a seis horas e acabando com o trabalho noturno (Mendonça, 2006). Cabe assinalar, que apesar das matérias preocupadas com a educação dos filhos do povo, o pano de fundo em Feira de Santana era o mesmo do contexto nacional, ou seja, assentá-los na dualidade de formação para o trabalho ou, quando não mais fossem utilizáveis, o viés assistencialista de controle dos seus corpos.

Mendonça (2006) chama atenção para o fato de que entre 1930 e 1950 a educação rural se transforma num experimento assistencial, e entra em voga também a intenção de qualificar mão de obra adulta, assim ela demarca o seu triplo papel:

> 1) O de 'imobilizador da força' de trabalho no campo; 2) o de 'neutralizador' dos conflitos sociais rurais e 3) o de qualificador de mão de obra, mediante a afirmação hegemônica da escola enquanto 'escola de trabalho', consagrando, definitivamente, a segmentação entre trabalho manual e trabalho intelectual (Mendonça, 2006, p. 146).

Percebemos que trabalho e controle moral andavam sempre lado a lado, tanto que, a formação moral da juventude era realmente um fator de preocupação para as elites. No jornal *Folha do Norte* esse discurso também se faz presente. Na ocasião de uma tertúlia-treino que reuniu os estudantes do grêmio do Ginásio Santanópolis e alguns professores, o jornal aproveitou para, ao divulgar o evento, positivar as características patrióticas e os valores morais dos jovens:

Evolução intelectual e artística da Mocidade feirense

> Os moços estudiosos da Feira, ao que parece, compreenderam bem as suas missões de patriotismo e de futuros responsáveis pelos augustos destinos do Brasil.
> Existem, aproximadamente, cinco mil colegiais, congregados aqui, às voltas com os livros, os mapas, instrumentos utilizados pelas ciências e pelas artes, retortas, tubos de ensaio, em atividade constante, como também fundando associações, academias, escolas e centros culturais que demonstram a capacidade de ação dos mesmos, visando, sobretudo, a elevação moral, cívica e intelectual de nossa pátria. (Evolução, 1940, p. 1).

A matéria é explícita em demonstrar qual o papel que a educação deveria desempenhar junto aos jovens. Um compromisso com os planos traçados pelas elites para o futuro do país e, especialmente, de Feira de Santana. Isso nos informa, mais uma vez, que esse era um projeto de poucos, era preciso, portanto, educar e convencer os jovens sobre o futuro que deveriam trilhar. Enquanto estivessem ocupados com os livros, "em atividade constante", não teriam tempo de desviar do percurso escolhido para eles. O orador dessa atividade foi o professor Áureo Filho, o mesmo que divide autoria do relatório da Rotary com Dival Pitombo, onde identificam na falta da formação moral dos jovens os problemas da sociedade:

> Os governos não podem deixar de prestar assistência à formação moral da juventude. E essa se traduz, principalmente, pelo acolhimento às iniciativas de proteção à criança desamparada, com as medidas preventivas indispensáveis não só para prevenir a delinquência, mas evitar a má formação dos caracteres infantis, gênese dos desajustamentos sociais (Pitombo e Oliveira Filho, 1950, p. 9).

Pelo exposto fica evidente que para o ideário modernizador o controle moral seria um meio eficaz, e a melhor maneira de se obter esse fim era através do trabalho e da vigilância constante dos hábitos dos jovens. É perceptível, além do viés assistencialista, a perspectiva de identificar nos jovens um potencial perigo, originário de uma delinquência futura, que precisa ser controlada e combatida através da educação. Já discutimos anteriormente sobre a criminalização da infância que ocorria em Feira de Santana em consonância com a realidade nacional. Percebemos que a criminalização não parava na primeira infância, atingindo também adolescentes e jovens.

Vale ressaltar que a criminalização andava lado a lado com a educação para o trabalho. No código de menores de 1927 estava previsto a criação de instituições tanto para crianças quanto para adolescentes. Para os menores abandonados eram previstos os albergues, já vimos que a criação de um albergue em Feira de Santana foi uma pauta incansável de Vicente dos Reis, nelas, segundo o artigo 191, "os menores se occuparão em exercicios de leitura, escripta o contas, lições de cousas e desenho, em trabalhos manuaes, gyinnastica e jogos desportivos". Observe-se que há um destaque para a educação por meio da lição das coisas e trabalhos manuais.

Para os jovens, estavam previstos os institutos disciplinares. Para o sexo feminino, maiores de 7 anos e menores de 18, o instituto, definido como escola de preservação. No artigo 199 a escola é definida como "destinada a dar educacão phiysica, moral, profissional e litteraria ás menores que a ella forem recolhidas por ordem do juiz competente". A portaria segue definindo as atividades que serão desenvolvidos pelas menores:

> Art. 202. As menores serão ensinados os seguintes officios :
> Costura e trabalhos de agulha;
> Lavagem de roupa;
> Engomagem ;
> Cozinha;
> Manufactura de chapéos;
> Dactylographia;
> Jardinagem, horticultura, pomicultura e criação de aves (decreto nº 17.943-A, 1927).

O trabalho doméstico foi uma maneira de submeter as jovens ao trabalho e ainda transmitir uma mensagem de cunho moral sobre qual tipo de papel deviam desempenhar. Cabe frisar que a portaria ainda definia que os serviços domésticos da própria escola deveriam ser auxiliados pelas menores.

No caso dos rapazes, o instituto era chamado de "escola de reforma", e receberia jovens maiores de 14 e menores de 18. Nela, os ofícios dos menores não ficam definidos, sendo escolhidos depois pelo governo. Mas é reiteradamente colocado que será pautado o ensino moral, "abrangendo os deveres do homem para comsigo, a familia. a escola, a officina, a sociedade e a Patria", físico e profissional. No corpo de profissionais, deveria existir professores primários e mestres de música, ginástica, desenho, entre outros.

> Art. 210. Cada turma ficará sob a regencia de um professor, que tratará paternalrnente os menores, morando com estes, partilhando de seus trabalhos e divertimentos, occupando-se de sua educação individual, incutindo-lhes os principios e sentimentos de moral necessarios á sua regeneração, observando cuidadosamente em cada um seus vicios, tendencias, affeições, virtudes, os effeitos da educação que recebem, e o mais que seja digno de attenção, annotando suas observações em livro especial (decreto nº 17.943-A, 1927).

Note-se que o papel desempenhado pelo professor vai muito além da de um educador e passa a ser o de vigilância, fortemente relacionado com uma vertente moral sobre a orientação dos jovens. Mais uma vez percebemos a tentativa de organização da sociedade numa perspectiva modernizadora através da combinação de trabalho, educação e moral. Esse pensamento foi reiterado em 1941 quando foi publicada a Lei de Contravenções Penais, que definia a vadiagem como "entregar-se alguém habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover a própria subsistência mediante

ocupação ilícita" (Decreto-Lei nº 3.688, 1941). A vadiagem previa pena de até 3 meses, que poderia ser suspensa em caso de o condenado ocupar-se de um trabalho que lhe garantisse a subsistência. No caso da mendicância, a pena aumentaria, caso o contraventor fosse encontrado na companhia de um menor de 18 anos. Mais uma vez fica evidente que para o estado o importante não era o bem estar desses cidadãos, mas o quanto poderiam render aos cofres públicos e o quanto sua existência poderia borrar os planos de uma nação moderna e civilizada.

No contexto de surgimento dos institutos disciplinares na cidade de São Paulo, Santos (2004) chama a atenção para o fato de que existia uma oposição entre lazer-trabalho e crime-honestidade, logo, para esses jovens (volto a frisar que aqui estamos falando de jovens pobres e negros), está sem uma ocupação era lido como uma relação direta com a criminalidade. Em Feira de Santana, em 1947 há uma crescente na publicação de casos de prisão de menores. No dia 20 de setembro o jornal posta uma notícia com título "mais menores presos" (Mais [...], 1947, p. 1), em que noticia a prisão de um menor de 16 anos junto com seus pais e denuncia a crueldade do delegado que teria decretado briga à laboriosa colônia de paraibanos, da qual o adolescente fazia parte, tendo sido esse o motivo da prisão, segundo o jornal.

A notícia vem no bojo da campanha pela eleição de Carlos Bahia, e existe uma evidente tentativa do jornal de relacionar a figura de Eduardo Fróes da Mota com o autoritarismo. Antes, esses eventos, que provavelmente já deviam acontecer, não pareciam incomodar tanto. No mesmo período começa a aparecer no jornal a pauta de Vicente dos Reis pela reforma da cadeia pública, que ele dizia ser imunda. Fato é que, a partir dessas notícias, temos contato com o modo que os jovens pobres eram tratados (e continuam sendo) na cidade, sendo colocados em cadeias, juntamente com adultos e sem nenhuma justificativa. Assim, ao investigar como os ideais modernizadores influenciaram as projeções sobre as vidas dos sujeitos e seus processos de escolarização, ficou evidente a tentativa de controle sobre os rumos que deveriam ser seguidos por crianças e adultos. As projeções podiam ser sentidas tanto pela presença, no caso das classes mais privilegiadas, ou da ausência programada, no caso dos mais pobres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizo este processo da forma que iniciei, afirmando que pesquisar história da educação em Feira de Santana será sempre um desafio, primeiro porque já existe uma vasta produção sobre a história da cidade, o que nos impele a estudar e ler mais para identificar com precisão as lacunas existentes no tocante à educação. Nesta pesquisa, identificamos a lacuna de produção sobre educação de Feira no contexto de modernização por Programas de Educação, percebemos que as pesquisas que existem sobre a temática na Bahia e em Feira de Santana, foram geralmente realizadas por Programas de História. Segundo porque, dentre essas produções e considerando o exposto anteriormente, é preciso um olhar muito atento, para perscrutar nuances que podem ter passado como detalhes até então, mas que ofereçam elementos para descortinar novos episódios da História da Educação na cidade.

Nesse sentido, ao pesquisar os ideais de educação e sociedade de uma cidade que se pretendia moderna, entre 1930 e 1950, em confronto com as fontes, nos deparamos com uma verdadeira empreitada de ordenamento de corpos que começava desde a infância. O volume de notícias sobre educação divulgados no Jornal *Folha do Norte* no período chegou a assustar inicialmente, e depois olhando com mais calma, informou sobre o papel desempenhado por aquele veículo de comunicação e de poder. Questionamos como os ideais modernizadores advindos da Europa e Estados Unidos foram apropriados no debate sobre os projetos de sociedade e educação em Feira de Santana entre 1930 e 1950 e, para tanto, delimitamos o objetivo de compreender os projetos de educação e sociedade expressos em matérias do Jornal *Folha do Norte* na cidade. Nesse intuito emergimos na história da cidade através das vivências cotidianas remontadas pelas matérias do Jornal *Folha do Norte* e pela narrativa dos memorialistas, fazendo o necessário equilíbrio entre a ficção muitas vezes romantizada, e o gênero jornalístico, muitas vezes enviesado.

Nesse percurso, procuramos no capítulo intitulado “Educação e imprensa na feira em tempos de modernização” analisar o papel da imprensa e das instituições de ensino feirenses na construção de um projeto de nação. Percebemos que Feira de Santana apresentava uma população formada majoritariamente por pessoas não brancas e muitos ex-escravizados. Tal característica, já discutida por outros autores, influenciou nas escolhas sobre a educação e seu acesso, numa cidade com evidentes desigualdades sociais, e a coadunação de algumas elites formadas por fazendeiros, políticos, intelectuais, entre outros. Inclusive, o surgimento do *Jornal Folha do Norte* se deu pela empreitada de um coronel, para combater o grupo político da situação. Esse

jornal se tornou um importante veículo de disseminação dos ideais de modernização alimentados pelas elites, que perpassava, especialmente, pela educação. Em consonância com o nosso objetivo, essa pesquisa procurou traçar as intenções das elites e o modo como enxergavam as parcelas pobres da população, fazendo assim uma análise também do papel do Estado. Por isso a necessidade de resgatar a história da cidade e relacioná-la com os ideais modernizadores em voga na época, o que fizemos no primeiro e segundo capítulo.

Enquanto no primeiro capítulo adentramos mais na história da cidade, no segundo, intitulado "A renovação pela educação: o contexto feirense", procuramos fazer uma incursão histórica, de modo a compreender as nuances e influências sofridas pelo contexto educacional no país, no estado da Bahia e na cidade de Feira de Santana. O objetivo foi identificar influências do escolanovismo nos discursos educacionais modernizadores circulados em Feira de Santana. Percebemos que o país passava por um momento de ebulição em vários cenários, que forçava mudanças no campo político, econômico, social e educacional. Tais mudanças vieram acompanhada de ideais modernizadores, postos em prática pelas elites. A questão social ganhava destaque em um país que procurava silenciá-la, e a economia migrava de um perfil agroexportador para um cenário de industrialização. Esse perfil, era mais verdadeiro para o sul e sudeste do país. Em nossas pesquisas, verificamos que em Feira de Santana, e na Bahia, a agricultura continuava como importante atividade econômica. A burguesia industrial, vista como principal beneficiária da modernização, divide espaço em Feira de Santana com personagens mais centrais, como a elite latifundiária.

No tocante à educação há tentativa de mudança de um modelo pedagógico tradicional para um modelo progressista representado, principalmente, pela Educação Nova. Essa perspectiva esteve presente nas diversas reformas do início do século. Em Feira de Santana, como no restante do país, percebemos, que essa mudança foi parcial, sendo que os ideais de renovação foram apropriados sempre de modo muito conveniente para as elites, na cidade, a característica mais forte e repostada com frequência no Jornal *Folha do Norte* foi a orientação para o trabalho, muito presente nos discursos de um dos principais teóricos da Escola Nova, o Lourenço Filho. Na prática de utilização da educação com meio para alcanças os ideais de modernização, a infância ganha destaque como alvo principal, e vê-se surgir diversas teorias pedagógicas, que tem como plano de fundo a psicologização e o uso dos sentidos, exploramos mais a fundo esse debate em capítulo posterior.

No capítulo três, intitulado "Infância e progresso: a escola como guardiã", procuramos compreender como os ideais modernizadores foram apropriados nas projeções sobre as vidas dos

sujeitos em suas intersecções de raça, gênero e classe e seus processos de escolarização na cidade. Através da análise das fontes verificamos que a infância e alfabetização do filho do pobre eram os temas preferidos, e por trás de cada matéria procuramos entender as reais motivações dos articuladores e da parcela da população ao qual estavam alinhados.

Em relação à infância percebemos que a cidade seguia uma tendência da época, qual seja, o entusiasmo pela infância como foco principal da educação. Se o ideal era alfabetizar o máximo possível, nada mais coerente que a infância passasse a ser alvo de diversas teorias, especialmente as pedagógicas e psicológicas. No entanto, percebemos que esse desejo de educar era parcial e atingia de forma variada as diferentes parcelas da população. Assim, verificamos em Feira de Santana o verdadeiro descaso com a educação de crianças que residiam em zonas rurais, as quais eram obrigadas a andar quilômetros para acessarem as poucas escolas isoladas de ensino primário que existiam. Essas eram, na sua maioria regidas por professoras voluntárias, em alguns casos professoras leigas que desempenhavam esse papel em prédios alugados, ou mais comumente em suas próprias casas, sem o material ou mobiliário adequado. As crianças eram, em sua maioria, negras, como pudemos verificar através do registro de matrícula da professora leiga Maria do Carmo Nunes, que lecionava no distrito de Tiquaruçu.

As diferenças educacionais entre as crianças das zonas rurais, pobres e negras, e as habitantes do centro da cidade, filhos da classe média e das elites (política, intelectual, latifundiária…), eram visíveis até mesmo nas estruturas das escolas. Enquanto as do centro exibiam arquitetura moderna e seguiam a tendência da época, nas zonas rurais mal existiam. Fica evidente que a oferta era diferenciada, porque os objetivos também eram diferentes para essas parcelas da população. Enquanto ao filho do pobre era preconizado apenas a instrução necessária para o trabalho menos qualificado, a formação de mão de obra barata e a permanência na mesma condição social, para os filhos das elites eram destinadas as melhores escolas e condições, pois seriam eles que viriam a se tornar no futuro os dirigentes dos rumos da cidade.

No capítulo quatro, intitulado “Perspectivas para a juventude: educação e trabalho”, continuamos a desenvolver o mesmo objetivo do capítulo anterior, mas com o enfoque na juventude. Foi perceptível que o ideal de formar os filhos da elite feirense para o trabalho mais valorizado e para reger os rumos da cidade se intensificava com a chegada da juventude. A relação com o trabalho ganhava força, mas novamente, existia ali a distinção entre o trabalho reservado ao filho das elites e ao filho dos pobres. Com a parca oferta de ensino secundário, as do centro da cidade ofereciam uma educação de acordo com os preceitos da Pedagogia Nova, ou pelo menos apropriada dessas teorias de maneira parcial, de forma a atingir seus objetivos. Nas

zonas rurais, os jovens até os 16 anos, mais ou menos, frequentavam as escolas isoladas em classes únicas junto com crianças de até 7 anos de idade. Com a pouca oferta educacional e a dificuldade de angariar possibilidades para o futuro, passam a ser identificadas, de modo bastante conveniente às elites, com o signo da criminalidade. Assim, vemos surgir no período leis que dão conta de controlar essa mancha perigosa para os ideais de modernização, já que, esses jovens e crianças soltos pelas ruas não combinavam com a imagem de uma cidade (estado, país) moderna e civilizada. Nesse contexto são publicados o código de menores, em 1927 e a lei de contravenções penais em 1941. Em Feira de Santana, de acordo com dados do jornal, a prisão de menores era algo comum, em uma cadeia pública com péssimas condições e junto com adultos condenados. Eram jovens e crianças que vinham das regiões rurais, como pudemos perceber pelo próprio jornal.

Enquanto isso, no centro da cidade, alguns jovens eram selecionados para desempenhar o papel de exemplo de comportamento para a mocidade. Eram geralmente jovens atuantes em grêmios, jornais estudantis e, especialmente, na Rotary Clube. O jornal se incumbia de divulgar os seus feitos e abafar as vozes dissidentes. A pesquisa deixa margem para quem quiser se lançar ao desafio de novas pesquisas explorando mais a fundo, por exemplo, o documento de matrículas da professora Maria do Carmo, que reflete o cotidiano de outras tantas professoras leigas, traçando através dele novas relações que atendam a outros objetivos. Observando os detalhes das nossas fontes, percebemos que a cena de uma cidade harmônica, tantas vezes narrada nas crônicas de Eurico Alves Boaventura, não era tão real, a depender da cor, classe e dos olhos de quem olha. A educação, juntamente com a imprensa local e as elites da época, desempenharam o papel de ratificar esse cenário. Articulando os discursos que circulavam, imprimindo costumes e memórias, definindo quem tinha direito à educação e qual o tipo de educação que poderiam acessar, e assim, desenhando os rumos de uma cidade moderna e desigual. Importante perceber as continuidades desse processo, tanto a nível local, como estadual e nacional, em que vemos sendo posto em curso, desde esse período, e mesmo antes dele, o projeto de apagamento da juventude negra, tudo muito bem orquestrado para dar errado, para que as infâncias e juventudes negras sigam sendo invisibilizadas e ceifadas.

Concluímos, que os ideais modernizadores em Feira de Santana seguiu uma tendência nacional e pode ser classificada dentro de uma lógica de modernização conservadora. O que houve de fato foi uma tentativa de controle de corpos, hábitos e costumes da parcela mais pobre da cidade, vista como entraves para uma modernização higienizadora. A Escola normal, que surgiu com promessa de mudança na perspectiva pedagógica não alcançou na prática tal

prerrogativa, funcionando com práticas tradicionais, e se apropriando de maneira muito parcial dos ideais renovadores. Esses mesmos, no país, já foram apropriados parcialmente, apresentando uma perspectiva liberal sobre a educação, onde o cenário e a estrutura disponível não favorecia tais teorizações, que quando posta em práticas, só chegava a beneficiar as parcelas mais abastadas da população.

O jornal *Folha do Norte* teve papel determinante nesse processo. Num contexto em que os interesses das elites ligadas aos grandes fazendeiros, políticos e intelectuais se coadunavam em diversos pontos. De modo geral, um interesse que unia essas elites era o ordenamento da classe mais pauperizada da população. Os jornais entraram nesse cenário como centralizadores desse discurso. Especialmente, naquele período, o Jornal *Folha do Norte*, o de maior circulação, e com histórico totalmente atrelado aos acontecimentos políticos da cidade, desempenhou o papel de disseminar as narrativas dessas elites, desenhando uma educação que buscava inspiração em um contexto nacional e ao mesmo tempo buscava concretizar os ideais modernizadores que foram postos em prática de acordo com as características da cidade. Ao mesmo tempo que se falava muito de educação, sobre variadas temáticas, os protagonistas dessa trama eram sempre personagens que faziam parte das elites, ou quando educandos, filhos dessas mesmas elites. O jornal não era um instrumento pelo qual os mais pobres pudessem manifestar seus pensamentos, e quando apareciam era na posição de "jecas" e "analfabetos". Existem, portanto, especificidades locais na concretização de um projeto nacional de educação moderna, que visibilizam as contradições da prática. Além disso, os jornais, entre eles a *Folha do Norte*, cumpriram bem o papel de produzir discurso hegemônico e homogeneizador de um modelo de infância e juventude branco, cívico, cristão e "moderno".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Memorialistas

BAHIA, Juarez. **Setembro na Feira**. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. 230 p.

FERREIRA, Antônio Moreira (Antônio do Lajedinho). **A Feira do século XX** (memórias). – Feira de Santana: Editora Talentos, 2006. 198 p.

Fontes legislativas

BRASIL. Código de Menores de 1927, decreto nº 17.943-A. Rio de Janeiro, 12 de outubro de 1927. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm Acesso em: 06 fev. 2025.

BRASIL. Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941. **Lei das Contravenções Penais**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 3 out. 1941. Disponível em:https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3688.htm. Acesso em: 06 fev. 2025.

Fontes sonoras

AMORAS. Intérprete: Emicida. In: SOBRE CRIANÇAS, Quadris, Pesadelos e Lições de Casa. Intérprete: Emicida. [S. l.]: Laboratório Fantasma, 2015. Disponível em: https://www.letras.mus.br/emicida/amoras/. Acesso em: 2 abr. 2025.

COISAS de Brasil. Intérprete: Rincon Sapiência. In: SP Gueto BR. Intérprete: Rincon Sapiência. [S. l.]: Boia Fria Produções, 2014. Disponível em: https://www.letras.mus.br/rincon-sapiencia/coisas-de-brasil/. Acesso em: 2 abr. 2025.

Fontes primárias

A AIVECA. **Jornal Folha do Norte.** Feira de Santana. 9 dez. 1944, p. 1.

A ESPLÊNDIDA exposição da Escola Maria Quitéria. **Jornal Folha do Norte.** Feira de Santana. 21 dez. 1940, p. 1.

A SEMANA da pátria na Feira. **Jornal Folha do Norte**. Feira de Santana. n 1521. 3 set. 1938.

ALMEIDA, Waldemar de. Pela Infância Abandonada. **Folha do Norte**. 14 jan. 1939. p. 3.

AMARAL, Azevedo. A universidade do trabalho. **Jornal Folha do Norte.** Feira de Santana. n. 1136. 25 abril de 1931, p. 1.

AMARAL, Azevedo. Seleção Profissional. **Jornal Folha do Norte.** n. 1135. Feira de Santana. 18 abril 1931b, p. 1.

AS BRILHANTES comemorações do centenário da abolição. **Jornal Folha do Norte.** Feira de Santana. n. 1500. 9 abril 1938. p. 2.

AS COMEMORAÇÕES do dia do Trabalho: A imponente concentração escolar. **Jornal Folha do Norte.** Feira de Santana. 4 abril 1940, p. 4.

CAMARGO, Joracy. Hino do alfabetizado. **Jornal Folha do Norte.** Feira de Santana. n. 2113. 7 jan. 1950, p. 3.

CAMPOS, Humberto de. O Brasil e seus recursos mentais. **Jornal Folha do Norte.** Feira de Santana. n. 1222. 17 dez. 1932. p. 1.

COMBATE ao analfabetismo. **Jornal Folha do Norte**. Feira de Santana. n.1850. 23 dez. 1944, p. 4.

COUTO, Miguel.O ensino primário no Brasil. **Jornal Folha do Norte.** Feira de Santana. n. 1151. 8 ago. 1931. p. 1.

CURSO educacional progressista**. Jornal Folha do Norte.** Feira de Santana, 5 nov. 1938.

DIA do trabalho na Escola Normal. **Jornal Folha do Norte.** Feira de Santana. n. 1138. 9 maio 1931, p. 1.

DR. VICENTE dos Reis. **Jornal Folha do Norte**. Feira de Santana. n. 1105. 20 set. 1930, p. 4.

EM HOMENAGEM a Vicente dos Reis: "o defensor dos pobres". **Jornal Folha do Norte**. Feira de Santana. n. 1849. 16 dez. 1944, p. 4.

EM PROL do albergue noturno da cidade. **Jornal Folha do Norte**. Feira de Santana. n.1542. 28 jan. 1939, p. 4.

ESCOLA de corte universal. **Jornal Folha do Norte**. Feira de Santana, 3 set. 1938.

ESCOLA gratuita para adultos. **Jornal Folha do Norte.** Feira de Santana. n. 1451. 8 maio 1937, p. 1.

ESCOLA Normal Rural: exposição de desenhos e trabalhos manuais. **Jornal Folha do Norte.** Feira de Santana. n. 1480. 20 nov. 197, p. 1.

ESPLÊNDIDA tarde desportiva no Santanópolis. **Jornal Folha do Norte.** Feira de Santana. 19 out. 1940, p. 2.

EVOLUÇÃO intelectual e artística da mocidade feirense. **Jornal Folha do Norte.** Feira de Santana. n. 1611. 25 maio 1940, p. 1.

INSTITUTO feminino de corte e alta costura**. Jornal Folha do Norte**. Feira de Santana, 6 março 1937.

LIMA, Pizarro. Escola Moderna. **Jornal Folha do Norte.** Feira de Santana. n. 1085. 3 maio 1930. p. 1.

LIMA, Pizarro. Homenagem. **Jornal Folha do Norte.** Feira de Santana. n. 1194. 4 jun. 1932, p. 4.

LIVINO, Ascânio. Os três iniciantes. **O Município.** Feira de Santana, p. 2. 22 maio 1909.

LOUVÁVEL feito em prol de escolares inopes. **Jornal Folha do Norte**. Feira de Santana. n. 1562. 17 jun. 1939, p. 4.

MAGISTRADOS e professores vão receber vencimentos em atraso. **Jornal Folha do Norte.** Feira de Santana. n. 1183. 19 mar. 1932. p, 1.

MAIS menores presos. **Jornal Folha do Norte.** Feira de Santana. 20 set. 1947, p. 1.

MALTA, Hélio Pena. Não basta saber ler. **Jornal Folha do Norte.** Feira de Santana. n. 1631. 12 out. 1940. p. 1.

MATTOS, Xavier. A Escola Nova em face da pedagogia católica. **Jornal Folha do Norte.** Feira de Santana. n. 1219. 26 nov. 192. p. 1.

O DIA da árvore na Escola Normal. **Jornal Folha do Norte.** Feira de Santana. n. 1158. 26 set. 1931, p. 1.

O DIA da árvore. **Jornal Folha do Norte**. Feira de Santana, 27 set. 1939.

O ENSINO primário no distrito de São Vicente. **Jornal Folha do Norte.** Feira de Santana. 7 maio 1932. p. 2.

OS PROBLEMAS do ensino no Brasil: as declarações do professor Lourenço Filho em Roma. Jornal Folha do Norte. Feira de Santana. n. 1436. 22 jan. 1937.

PEDINDO escolas para os filhos do povo. **Jornal Folha do Norte**. Feira de Santana. n. 1516. 30 jul. 1938, p. 4.

PELA alfabetização dos filhos do povo. **Jornal Folha do Norte**. Feira de Santana. 22 abril 1939, p. 4.

PROEZAS dum boi da cara preta: invadiu um estabelecimento de educação. **Jornal Folha do Norte.** Feira de Santana. n.1075. 22 fev. 1930, p. 4.

PROFESSORANDOS de 1932 - Perfil: Umbelina Rubem. **Jornal Folha do Norte.** Feira de Santana. n. 1218. 19 nov. 1932.

PUBLICAÇÕES recebidas - No Brasil só há um problema nacional: a educação do povo. **Jornal Folha do Norte.** Feira de Santana. n. 1215. 29 out. 1932. p. 3.

REIS, Vicente dos. Às urnas. **Jornal Folha do Norte**. Feira de Santana. n. 1987. 9 ago. 1947, p. 1.

REIS, Vicente dos. Às Urnas. **Jornal Folha do Norte.** Feira de Santana. 6 ago. 1947b.

REIS, Vicente dos. Combatamos o analfabetismo. **Jornal Folha do Norte.** Feira de Santana. 27 ago. 1938b. p, 1.

REIS, Vicente dos. Combate ao analfabetismo. **Jornal Folha do Norte.** Feira de Santana. n. 1630. 5 out. 1940. p. 2.

REIS, Vicente dos. Combate ao analfabetismo. **Jornal Folha do Norte.** Feira de Santana. n. 1602. 24 mar. 1940b. p. 2.

REIS, Vicente dos. Combate ao analfabetismo. **Jornal Folha do Norte.** Feira de Santana. n. 1661. 10 maio 1941b, p. 2.

REIS, Vicente dos. Combate ao analfabetismo. **Jornal Folha do Norte**. Feira de Santana. n. 1512. 2 jul. 1938, p. 2.

REIS, Vicente dos. Combate ao analfabetismo. **Jornal Folha do Norte.** Feira de Santana. n. 1652. 8 mar. 1941. p. 2.

REIS, Vicente dos. Contra o analfabetismo. **Jornal Folha do Norte.** Feira de Santana. 4 mar. 1939b. p. 2.

REIS, Vicente dos. Pela instrução no interior baiano. **Jornal Folha do Norte.** Feira de Santana. 25 mar. 1939. p. 2.

SERVA, Mario Pinto. Creanças sem Escolas. **Folha do Norte**. 3 dez. 1938, p. 3.

TORNEMOS em criaturas úteis os menores abandonados e viciosos. **Jornal Folha do Norte**. n. 1146. Feira de Santana. 4 jul. 1931.

TRABALHOS manuais de alunos da Escola João Florêncio. **Jornal Folha do Norte.** Feira de Santana. n. 1605. 13 abril 1940, p. 1.

TRICÂNICO, Marina. A importância da educação infantil. **Jornal Folha do Norte.** Feira de Santana. n. 1628. 21 set. 1940. p. 1.

UNIÃO Democrática Estudantil. **Jornal Folha do Norte.** Feira de Santana. n. 1460. 10 jul. 1937, p. 1.

Fontes secundárias

AEBLI, Hans. **Didática psicológica: aplicação à didática da psicologia de Jean Piaget**. Tradução de João Teodoro d'Olim Marote. São Paulo: Companhia Editora Nacional e Editora da USP, 1971. .

ALVES, Chitamani Santana.. Tramas da Terra: conflitos no campo na Terra de Lucas, 1900-1920. - Feira de Santana: UEFS Editora, 2019.

AMORIM, Joselito Falcão (org.). **Aureo de Oliveira Filho**. Centenário: 1902-2002. Feira de Santana, 2002.

BAHIA, Juarez. **Setembro na Feira**. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. 230 p.

BARBOSA, E. P. . 'Folha do Norte' e 'O correio de São Félix' de 1930 a 1939: o debate educacional em Feira de Santana e Recôncavo Fumageiro na Imprensa. In: **VII Congresso Brasileiro de História da Educação : Circuitos e Fronteiras da História da Educação no Brasil,** 2013. Circuitos e Fronteiras da História da Educação no Brasil, 2013.

BARBOSA, Elizabete Pereira. Ordenamento jurídico e o acesso escolar: contradições entre o legal e o real na educação do Recôncavo da Bahia. *In:*AMORIM, Ivonete Barreto de; SILVA,

Sandra Célia Coelho G.; PEREIRA,Rosuel Lima (orgs). **Educação, Sociedade e Intervenção:** diálogos entre pesquisas /– Salvador: EDUFBA, 2020. 311 p

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Edição revista e ampliada. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1977.

BLOGOSLAWSKI, Ilson Paulo Ramos. **Institutos teuto-brasileiros no sul do Brasil: formação de professores e o ideário moderno educacional para o país (1909-1938)**' 27/07/2020 269 f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, Florianópolis.

BOAVENTURA, Eurico Alves. A paisagem urbana e o homem: memórias de Feira de Santana. Feira de Santana: UEFS Editora, 2006.

BRITO, Carlos Alberto Oliveira. A AIVECA. **Blog do Colégio Santanópolis**. 4 jun. 2022. Disponível em:https://ginasiosantanopolis.blogspot.com/2022/06/a-aiveca.html. Acesso em: 06 fev. 2025.

CADENA, Nelson. **Retrato da Bahia pelo censo de 1920.** Correio, 2020. Disponível em: < https://www.correio24horas.com.br/so-se-ve-no-correio/retrato-da-bahia-pelo-censo-de-1920-0820>

CAMPOS, Ana Maria Antunes de. Escolas Isoladas: célula mater da instrução pública do estado de São Paulo (1907-1936). **Revista Historiador.** Número 10. Ano 10. Março de 2018. Disponível em http://www.historialivre.com/revistahistoriador. Acesso em: 06 fev. 2025.

CAMPOS, Juliano Mota. A Liturgia Das Letras: A trajetória intelectual e política de Arnold Ferreira da Silva através do Jornal Folha do Norte – Feira de Santana-Ba (1909-1930).**Revista Dia-logos**, v. 10, n. 01, p.49-59, jan.-jun. 2016. Disponível em:file:///C:/Users/spbispo1/Downloads/jvborde6,+6+-+Juliano.docx.pdf. Acesso em: 06 fev. 2025.

CAMPOS, M. M. Para que serve a pesquisa em educação? **Cadernos de Pesquisa.** V.39, n. 136, p. 269-283, jan./abr.2009. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cp/a/mwFvbKYGDLx3RrmGxrCpGWL/abstract/?lang=pt. Acesso em: 06 fev. 2025.

CECHINEL, André et al. Estudo/Análise Documental: uma revisão teórica e metodológica. **Criar Educação - Revista do Programa de Pós-graduação em Educação - UNESC**. v. 5 n. 1 (2016). Disponível em: https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/criaredu/article/view/2446.

CELLARD, A. A análise documental. In : POUPART, J. et al (Orgs.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2012.

COMENIUS, I. J. **A Didática Magna.** Introdução, Notas e Tradução de Joaquim Ferreira Gomes. Lisboa, PT: Fundação Caloutre Gulbenkian, 2001.

COSTA, Lívia Gozzer. Capitães da Feira e outras crianças: a infância pobre e abandonada de Feira de Santana entre 1879 e 1945. Dissertação em História, Feira de Santana: UEFS, 2013.

COUTINHO, Carlos Nelson. O Estado brasileiro: gênese, crise e alternativas. In: LIMA, Júlio César F.; NEVES, Lúcia Maria W. (Org.). Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Fiocruz/EPSJV, 2006.

COUTO, Miguel. Memorável Conferência do professor Miguel Couto. "Pensai na educação brasileiros!". *In*. PALOMBINI, Heitor; LYRA, Jorge Buarque. **O maior problema do Brasil** - o sauvão. Rio de Janeiro, 1960.

CRUZ, Antônio Roberto Seixas da. Mestras para o Sertão: Criação e Funcionamento da Escola Normal de Feira de Santana. In: SOUSA, Ione Celeste Jesus de; CRUZ, Antônio Roberto Seixas da. **Escolas Normais da Bahia: Olhares e abordagens**. - Feira de Santana: UEFS Editora, 2012.

CRUZ, Magno de Oliveira. **"Em prol do progresso intelectual e material desta grande zona sertaneja": ideais de progresso e modernidade em Feira de Santana-Bahia no jornal Folha do Norte (1909- 1940).**' 09/06/2016 110 f. Mestrado em HISTÓRIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE, Campina Grande.

CRUZ, Neide Almeida da. A Escola Normal de Feira de Santana (I.E.G.G). **Revista Instituto Histórico e Geográfico de Feira de Santana.** – Ano IV, n. 4 (Outubro 2004). Feira de Santana, 2007. P. 157-169.

CUNHA, Maria Tereza S. Biblioteca das moças: contos de fada ou contos de vida?. **Cadernos de Pesquisa**, n. 85, p. 54-62, 1993.

CUNHA, Nayara Fernandes de Almeida. **Os Coronéis e os Outros:** sujeitos, relações de poder e práticas sociais em Feira de Santana (1907-1927). Dissertação de Mestrado/UEFS; Feira de Santana, 2013.

DEL PRIORE, Mary. **História dos jovens no Brasil**. Editora Unesp, 2022.

DEWEY, J. **Vida e Educação**. Tradução e estudo preliminar de Anísio Teixeira. 10 ed. São Paulo: Melhoramentos; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1978.

DEWEY, John. **Democracia e educação:** introdução à filosofia da educação. Tradução de Godofredo Rangel e Anísio Teixeira. — 4. ed. — São Paulo: Ed. Nacional, 1979. (Atualidades Pedagógicas; v. 21)

DOCUMENTAÇÃO relativa à venda de dois prédios escolares de Feira de Santana. Arquivo Público Municipal, 1941.

DÓREA, Juraci. **Feira de Santana:** memória e remanescentes da arquitetura eclética. Feira de Santana: EDUEFS, 2018.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O tempo do nacional estatismo**: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. 4ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FLORESTAN, Fernandes. **A integração do Negro na Sociedade de Classes.** volume 1. Editora Globo: São Paulo, 2008.

FREIRE, Ana Maria Araujo. **Analfabetismo no Brasil:** da ideologia da interdição do corpo à ideologia nacionalista, ou de como deixar sem ler e escrever desde as Catarinas (Paraguaçu),

Filipas, Madalenas, Anas, Genebras, Apolônias e Gracias até os Severinos. 2. ed. rev. aumentada - São Paulo: Cortez, 1993.

GAMA, Raimundo Gonçalves. **Memória Fotográfica de Feira de Santana**. Fundação Cultural de Feira de Santana. Feira de Santana, 1994.

GENTILI, Pablo. O direito à educação e as dinâmicas de exclusão na América Latina. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 30, n. 109, p. 1059-1079, set./dez. 2009 . Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/es/v30n109/v30n109a07.pdf.

GINÁSIO Santanópolis. Ginasiosantanopolis. Youtube. 28 ago. 2010. Disponível em:https://www.youtube.com/watch?v=yR49U1nAPoo. Acesso em: 06 fev. 2025.

GOMES, Pedro Alberto Cruz de Souza. **Da partilha ao comércio:** sociabilidades, usos e conflitos nos mananciais de Feira de Santana. 2023. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2023.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Classes, raças e democracia.** 2 ed. - São Paulo: Editora 34, 2012.

GUIMARÃES, Marcia Campos. **Civilizar, moralizar e higienizar: modernizando a instrução pública primária no Estado de Goiás (1918-1944)**' 27/02/2020 303 f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, Uberlândia.

IANNI, Octávio. A idéia de Brasil Moderno. 2a ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Recenceamento Geral do Brasil (1º de setembro de 1940**). Censo Demográfico.** t. 2, p. 12. Série Regional - Bahia. Rio de Janeiro: IBGE, 1950.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Recenceamento Geral do Brasil. **Censo Demográfico**. Série Regional - Bahia. Rio de Janeiro: IBGE, 1920.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Recenceamento Geral do Brasil**. Censo Demográfico**. Série Regional - Bahia. Rio de Janeiro: IBGE, 1940.

IBGE. Anuário Estatístico do Brasil. Ano II-1936. Rio de Janeiro, 1936.

IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil**. Ano XI-1950. Rio de Janeiro, 1951.

KAPPEL, Marilia Neto. **Literatos, jornalistas e inspetores de ensino: Perspectivas modernizadoras para a cidade de Juiz de Fora(1896-1910)**' 10/04/2019 198 f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** 4 ed. - Campinas, SP: Editora Unicamp, 1996.

LE GOFF, Jacques. Memória-História. *In* **Enciclopédia Einaudi.** V.1. Verbetes “História”, “Memória”, “Documento/Monumento”. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.

LHULLIER, Cristina. **As idéias psicológicas e o ensino de psicologia nos cursos Normais de porto alegre no período de 1920 a 1950**. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul, Abril, 1999.

LIMA, Marta Maria Guimaraes Alves de. **Entre a pobreza e a pureza: a educação de moças desvalidas no Asilo Nossa Senhora de Lourdes em Feira de Santana – Bahia (1879-1930)**' 22/04/2019 99 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, Salvador.

LINS, Rafael Quintela Alves. **A cidade ferve e o bicho espreita:** os dominantes e a política em feira de santana (1945-1964). Dissertação Mestrado em História, Universidade Estadual de feira de Santana. Feira de Santana - Ba, 2014.

LOMBARDI, José Claudinei (Org.). Globalização, pós-modernidade e educação: história, filosofia e temas transversais. 2. Ed. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Caçador, SC: UnC, 2003.

LUZ, José Augusto Ramos da. **A salvação pelo ensino primário: Bahia (1924-1928).** Feira de Santana. UEFS Editora. 2013.274 p
MANACORDA, Mario Alighiero. **História da educação.** São Paulo, Cortez, 1984.

MANIFESTO dos Pioneiros da Educação Nova. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos,** 1984. vol. 65, n. 150, pp. 407-425, maio-ago

MASSIMI, Marina. Estudos históricos acerca da psicologia brasileira. In FREITAS, RH., org. **História da psicologia: pesquisa, formação, ensino** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. pp. 69-83.

MASSIMI, Marina**. História da Psicologia Brasileira**: da época colonial até 1934. – São Paulo: EPU, 1990.

MASSIMI, Marina**. História da Psicologia Brasileira**: da época colonial até 1934. – São Paulo: EPU, 1990.

MASSIMI, Marina. Métodos de Investigação em História da Psicologia. **Psicologia em Pesquisa**: UFJF, julho-dezembro de 2010. p. 100-108.

MELO, Djalma Santos. **A escolarização da gymnastica em meio a "Babel da Instrucção Publica" baiana: confrontos ideológicos, políticos e sociais**' 24/08/2015 192 f. Mestrado em HISTÓRIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA, Feira de Santana.

MEMORIAL da Feira apresenta a primeira foto de Feira de Santana. **Site Memorial da Feira.** 20 mar. 2020. Disponível em: https://www.feiradesantana.ba.gov.br/servicos.asp?titulo=Memorial%20da%20Feira%20apresenta%20a%20primeira%20foto%20de%20Feira%20de%20Santana&id=44&link=secom/noticias.asp&idn=24374. Acesso em: 06 fev. 2025.

MENDONÇA, Sônia Regina de. **A industrialização brasileira**. – 2ª ed. – São Paulo: Moderna, 2004.

MENDONÇA, Sônia Regina de. **Estado e Economia no Brasil:** opções de desenvolvimento. – 3ª ed. – Rio de Janeiro: Graal, 1986.

MENDONÇA, Sônia Regina de. Estado e Ensino Rural no Brasil: uma discussão historiográfica. In: MENDONÇA, Sônia Regina de (org). **Estado e Historiografia no Brasil**. Niterói: EdUFF, 2006. P. 137-146.

MODESTI, Tatiane. **Discursos sobre a educação rural no Brasil: a presença de projetos de educação para o desenvolvimento na cultura política (1946-1963)**' 13/12/2020 268 f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, Florianópolis.

MONARCHA,, Carlos. **Lourenço Filho** – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

MONTÃO, Luana Costa Viana; CRUZ, Paula Lorena. O uso da pesquisa documental em estudos de cunho histórico sobre educação e saúde. **Conedu: Escola em tempo de conexões**, 2021.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978.

NUNES, Maria do Carmo . Registro de matrículas do segundo semestre do ano de 1945, Escola do Novo Calandro da vila de Tiquaruçu- FSA. Arquivo Público Municipal, 1945.

OLIVEIRA, Clovis Frederico Ramaiana Moraes. **Canções da cidade amanhecente**: urbanização, memória e silenciamentos em Feira de Santana, 1920-1960. – Salvador: EDUFBA, 2016b. 436 p.

OLIVEIRA, Clovis Frederico Ramaiana Moraes. **De empório a princesa do sertão:** utopias civilizadoras em Feira de Santana (1893-1937). 2000. 124 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

OLIVEIRA, D. Inauguração de Albergue Noturno em revista. Blog Demais, 2019. Disponível em: https://oliveiradimas.blogspot.com/2019/12/inauguracao-de-albergue-noturno-em.html>. Acesso em 13 jan. 2025.

OLIVEIRA, Daiane Silva. **Instrução de Pobres e Negros em Feira de Santana**: As Escolas do Professor Primário Geminiano Alves da Costa (1890 a 1920). Dissertação em História – Universidade Estadual de Feira de Santana, 2016.

OLIVEIRA, Francisco. **O elo perdido: classe e identidade de classe na Bahia**. São Paulo:Perseu Abramo, 2003.

OLIVEIRA, Marcos Antônio Taborda de. O ethos do trabalho nas páginas de periódicos educacionais brasileiros: trabalhos manuais como signo da modernização pedagógica (1906 – 1934). **Cadernos de História da Educação**, v.18, n.2, p. 386-405, mai.-ago. 2019.

OLIVEIRA, Sandra Nívia Soares de. **Um modelar estabelecimento de ensino**: o Colégio Santanópolis na cidade de Feira de Santana.(1934-1959). Salvador: Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2014.

PALOMBINI, Heitor; LYRA, Jorge Buarque. **O maior problema do Brasil** - o sauvão. Rio de Janeiro, 1960.

PENNA, Manoel. **Trabalhos manuais escolares**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1934.

PITOMBO, Dival. OLIVEIRA FILHO, Áureo. **Como pode Rotary influenciar na formação moral da juventude**. Feira de Santana: Papelaria Silva e Irmão, 1950.

RAMOS, A.; FARIA, P.; FARIA, A. Revisão sistemática de literatura: contributo para a inovação na investigação em Ciências da Educação. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 14, n. 41, p. 17-36, jan./abr. 2014. Disponível em<http://dx.doi.org/10.7213/dialogo.educ.14.041.DS01>

REIS, João José. **Ganhadores:** a greve negra de 1857 na Bahia. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos**. História da Educação Brasileira**: a organização escolar. – 21 ed. – Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2010.

ROUSSEAU, J. **Emílio ou da Educação**. Tradução: Sérgio Millet. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SANTOS, André de Souza. **Paraná, imprensa e instrução pública primária: o jornal A República (1903-1912)**' 14/03/2019 297 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ, Maringá.

SANTOS, Cristiane Lima. **Moderna, mas honrada: moralidade e honra sexual. Feira de Santana (1940-1960)**' 31/08/2010 165 f. Mestrado em HISTÓRIA REGIONAL E LOCAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA, Salvador.

SANTOS, Marco Antônio Cabral dos. Crianças e criminalidade no início do século. *In*. DEL PRIORI, Mary. **História das crianças no Brasil.** 4 ed. - São Paulo: Contexto, 2004.

SÁ-SILVA, J. R., ALMEIDA, C. D. DE, & GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira De História & Ciências Sociais,** 2009**.** Disponível em: https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351. Acesso em: 06 fev. 2025.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. Edição Comemorativa. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Dermeval. A crise estrutural do capitalismo e seus impactos na educação pública brasileira. In : LOMBARDI, José Claudinei (org.). **Crise capitalista e educação brasileira.** UBERLÂNDIA. MG. NAVEGANDO PUBLICAÇÕES, 2017.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Editora Autores Associados, 2013, 472 p.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. **Infância: sol do mundo.** A primeira conferência nacional de educação e a construção da infância brasileira. 1997.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1993.

SENNA, Ronaldo de Salles. **Feira de Encantados**: uma panorâmica da presença afro-brasileira em Feira de Santana:construções simbólicas e resssignificações. Feira de Santana; UEFS Editora, 2014.

SILVA, Antonia Almeida; PINA, Maria Cristina Dantas. “Educar para enriquecer”: o liberal desenvolvimentismo, o projeto tecnocrático e a educação pública na Bahia(1940-1970). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 9, n. 36, p. 57–69, 2012.

SILVA, Daniela Azarias Ferreira da. **A ação educativa e a propaganda republicana nas páginas do jornal A República no período de 1886 a 1891**' 26/04/2020 171 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ, Maringá.

SILVA, Diego Lino. Rumo aos campos: proposições desenvolvimentistas nas comunidades negro rurais na bahia (1930 – 1950). **Revista Outras Fronteiras**, Cuiabá-mt, vol. 7, n.1, jan./jul., 2020 issn: 2318-5503

SILVA, F. X., BARBOSA, E. P., MENDES, V. da R., & SANTOS, A. L. F. dos. (2021). Três tipos de estudos de revisão nas pesquisas educacionais: caracterização e análise. In ***SciELO Preprints***. Disponível em <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.2897>.

SILVA, Jaine Massirer da. **Dimensões educativas do Jornal Vida Escolar: orgão dos estudantes, da cidade de Campo Grande, no Sul de Mato Grosso (1934-1936)**' 21/11/2019 undefined f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo.

SILVA, Mirelle Araújo da. **O Lavrador**: a função do Jornal na formação do professor ruralista de Juazeiro do Norte. – 1 ed. Fortaleza: Editora IMEPH, 2011.

SIMAS, Adilson. Feira em história - aquela quinzena de agosto de 1960. Site Memorial da Feira. 17 ago. 2020. Disponível em: https://www.feiradesantana.ba.gov.br/servicos.asp?titulo=FEIRA-EM-HIST%C3%93RIA-%E2%80%93-AQUELA-QUINZENA-DE-AGOSTO-DE-1960.html&id=38&link=secom/noticias.asp&idn=25327. Acesso em: 06 fev. 2025.

SIMAS, Adilson. A Folha do Norte de março de 1946. Site Memorial da Feira. 16 mar. 2020. Disponível em: https://www.feiradesantana.ba.gov.br/servicos.asp?titulo=A%20FOLHA%20DO%20NORTE%20DE%20MAR%C7O%20DE%201946&id=38&link=secom/noticias.asp&idn=24339. . Acesso em: 06 fev. 2025.

SOUSA, Gustavo Rugoni de. **A (re)invenção do mobiliário escolar: entre saberes pedagógicos, higienistas e econômicos (1851-1889)**' 06/08/2019 266 f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA, Florianópolis.

SOUSA, Ione C. J. de. **Garotas tricolores, Deusas fardadas: as normalistas em Feira de Santana, 1925 a 1945**. SP: EDU/PUC-SP: 2001.

SOUSA, Ione Celeste Jesus de. A Escola Normal de Feira de Santana - 1930/1950: cotidiano, normatização e insubordinação. In: SOUSA, Ione Celeste Jesus de; CRUZ, Antônio Roberto Seixas da. **Escolas Normais da Bahia: Olhares e abordagens**. - Feira de Santana: UEFS Editora, 2012.

SOUZA, Eronize Lima. Prosas da valentia: violência e modernidade na Princesa do Sertão (1930-1950). Salvador: UFBA, dissertação em história, 2008.

SOUZA, R. A; MARTINELI, T. A. P. Considerações Históricas Sobre a Influência de John Dewey no Pensamento Pedagógico Brasileiro. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.35, p. 160-162, set.2009 - ISSN: 1676-2584. Disponível em < lcoutinho,+art11_35.pdf>

SPINK, Peter. Análise de Documentos de Domínio Público. In: SPINK, Mary Jane. **Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano.** Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O tempo do nacional estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. 4ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

VIDAL, Diana Gonçalves; PAULILO, André Luiz. Arquivos e Educação: Prática de arquivamento e memória.**Revista de Educação Pública,** v. 29, p. 1-17, jan./dez. 2020. Disponível em: https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/9329. Acesso em: 06 fev. 2025.

VOSGERAU, D. S. R.; ROMANOWSKI, J. P. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. **Diálogo Educacional**, 14(41), 165- 189, 2014. Disponível em < https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/2317/2233

ZANATTA, B. A. O Legado de Pestalozzi, Herbart e Dewey para as Práticas Pedagógicas Escolares. **Revista Teoria e Prática da Educação**, v. 15, n. 1, p. 105-112, jan./abr. 2012. Disponível em < 18569-Texto do artigo-75340-1-10-20120919.pdf>

ZANATTA, B. A. O Método Intuitivo e a Percepção Sensorial como Legado de Pestalozzi para a Geografia Escolar. **Caderno Cedes**, Campinas, vol. 25, n. 66, p. 165-184, maio/ago. 2005. Disponível em < Rev81_04DOSSIE (scielo.br)>

ANEXO A

ÍNDICE DO LIVRO “TRABALHOS MANUAIS ESCOLARES” DE MANOEL PENNA (1934)

ÍNDICE

	Pags.
Prefácio	7
Introdução	9
Vários sistemas	15
Da necessidade do ensino de trabalhos manuais	17
A orientação moderna no ensino dos trabalhos manuais	21
O desenho	23
Plano	25
Meios materiais	27
Trabalhos em papel	29
Primeiros exercícios	31
Dobramentos e recortes	67
Tecidos	93
Material	95
Cartonagem	103
Material	105
Modelagem	129
Trabalhos em madeira	155
Principais operações manuais em trabalhos na madeira	161
A madeira	167

ANEXO B

DIGITALIZAÇÃO DO REGISTRO DE MATRÍCULA DO SEGUNDO SEMESTRE DO ANO 1945, DO NOVO CALANDRO DA VILA DE TIQUARUÇU, MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA, REGIDA PELA PROFESSORA LEIGA MARIA DO CARMO NUNES.

Registro de matrícula do segundo semestre do ano de 1945 Escola do Novo Calandro da Vila de Tiquaruçu Município de Feira de Santana
Regida pela professora leiga Maria do Carmo Nunes

Número	Nome dos alunos	Idade	Filiação	Nomes dos pais	Profissão	Distância da Escola	Côr	Entrada	Saída	Observações
1	José Sílvio Cordeiro	12 anos	Legitimo	Mudesto Cordeiro	Negociante	6 km	Branca	12-09-45		
2	Amando Cordeiro	13 anos	Legitimo	Vicente Cordeiro	Negociante	6 km	Branca	12-09-45		
3	Luiz Nunes	12 anos	Legitimo	Artur Nunes	Negociante	6 km	Branca	12-09-45		
4	Alzira Nunes	14 anos	Legitimo	Artur Nunes	Negociante	6 km	Branca	12-09-45		
5	Antônia Nunes	10 anos	Legitimo	Artur Nunes	Negociante	6 km	Branca	12-09-45		
6	Teresinha Campos	1 (?) anos	Legitimo	Marcelino Campos	Agricultor	2 km	Branca	12-09-45		
7	Altino Campos	11 anos	Legitimo	Marcelino Campos	Agricultor	2 km	Branca	12-09-45		
8	Antônio Falcão	11 anos	Legitimo	Romualdo Falcão	Agricultor	2 km	Parda	12-09-45		
9	Anita Falcão	12 anos	Legitimo	Romualdo Falcão	Agricultor	2 km	Parda	12-09-45		
10	Aurelina Falcão	10 anos	Legitimo	Romualdo Falcão	Agricultor	2 km	Parda	12-09-45		
11	Ideraldo Falcão	9 anos	Legitimo	Franciso Falcão	Negociante	2 km	Parda	14-09-45		
12	Maria Falcão	13 anos	Legitimo	João Falcão	Agricultor	2 km	Parda	14-09-45		
13	Teresinha Nunes	12 anos	Legitimo	José Aristan Nunes	Negociante	3 km	Branca	14-09-45		
14	Francisco Nunes	13 anos	Legitimo	José Aristan Nunes	Negociante	3 km	Branca	14-09-45		
15	Maria do Rosário Pinheiro	11 anos	Legitimo	Manoel Pinheiro	Agricultor	3 km	Branca	14-09-45		
16	Antônio Roque Pinheiro	9 anos	Legitimo	Manoel Pinheiro	Agricultor	3 km	Branca	14-09-45		
17	Estácio Falcão	14 anos	Legitimo	João Falcão	Agricultor	3 km	Parda	14-09-45		
18	Aurelino Falcão	8 anos	Legitimo	Hipolito Falcão	Negociante	3 km	Parda	14-09-45		
19	Hamilton Marques	8 anos	Legitimo	Cicero Marques	Agricultor	1 km	Branca	14-09-45		
20	Arivanda Marques	7 anos	Legitimo	Cicero Marques	Agricultor	1 km	Branca	14-09-45		
21	Valdete Ribeiro	13 anos	Legitimo	Vitor Ribeiro Matos	Agricultor	1 km	Parda	14-09-45		
22	Maria Ribeiro	8 anos	Legitimo	Vitor Ribeiro Matos	Agricultor	1 km	Parda	14-09-45		
23	Feliciano Amorim	16 anos	Legitimo	Amancio Amorim	Agricultor	2 km	Preta	15-09-45		
24	Leonice Cerqueira	11 anos	Natural	Vicente Cerqueira	Agricultor	2 km	Parda	15-09-45		
25	Antônio Teles	10 anos	Legitimo	Justino Teles	Agricultor	2 km	Parda	15-09-45		
26	Aloisio Freitas	(?)	Legitimo	Torquato Freitas	Agricultor	2 km	Preta	15-09-45		
27	Clotilde Freitas	(?)	Natural	Torquato Freitas	Agricultor	2 km	Preta	15-09-45		
28	Edisia Lopes	8 anos	Natural	Sergio Lopes	Negociante	1 km	Parda	15-09-45		
29	Manoel Lopes	14 anos	Natural	Sergio Lopes	Negociante	1 km	Parda	15-09-45		
30	Felipa Pereira	9 anos	Natural	João Pereira	Agricultor	1 km	Preta	15-09-45		
31	Valda Pinheiro	7 anos	Legitimo	Catarino Pinheiro	Agricultor	1 km	Parda	18-09-45		
32	Marivaldo Pinheiro	10 anos	Legitimo	Catarino Pinheiro	Agricultor	1 km	Parda	18-09-45		
33	Adelia Azevedo	12 anos	Legitimo	Alberto Cerqueira	Agricultor	1 km	Parda	18-09-45		
34	Francisca Azevedo	8 anos	Legitimo	Alberto Cerqueira	Agricultor	1 km	Parda	18-09-45		
35	Judite Azevedo	16 anos	Legitimo	Alberto Cerqueira	Agricultor	1 km	Parda	18-09-45		
36	Amadeu Alves	10 anos	Legitimo	Jovenal Alves Pinheiro	Agricultor	5 km	Parda	18-09-45		
37	Amadeu Cerqueira	10 anos	Legitimo	Genesio Cerqueira	Agricultor	5 km	Preta	20-09-45		
38	Manoel Cerqueira	9 anos	Legitimo	Valentim Cerqueira	Agricultor	5 km	Preta	20-09-45		
39	José Carvalho	7 anos	Legitimo	Pedro Carvalho	Agricultor	3 km	Preta	20-09-45		
40	Joseluta Cerqueira	8 anos	Legitimo	Francisco Secretario de Cerqueira	Agricultor	3 km	Parda	20-09-45		
41	Maria de Lourdes Cerqueira	9 anos	Legitimo	Francisco Secretario de Cerqueira	Agricultor	3 km	Parda	20-09-45		
42	Alvaro Ribeiro	12 anos	Natural	João Ribeiro	Agricultor	5 km	Parda	20-09-45		
43	Rosalina Ferreira	16 anos	Legitimo	Dionísio Ferreira	Agricultor	4 km	Preta	21-09-45		
44	Joselita Ferreira	7 anos	Legitimo	Dionísio Ferreira	Agricultor	4 km	Preta	21-09-45		
45	Ademar Ferreira	9 anos	Legitimo	Dionísio Ferreira	Agricultor	4 km	Preta	21-09-45		
46	Estelita Ribeiro	9 anos	Legitimo	Francisco Ribeiro	Agricultor	1 km	Parda	21-09-45		
47	Eurico Ribeiro	8 anos	Legitimo	Francisco Ribeiro	Negociante	1 km	Parda	23-09-45		
48	Aurelina Cordeiro	(?)	Legitimo	João Cordeiro	Agricultor	3 km	Parda	23-09-45		
49	Jovina de Jesus	(?)	Natural	Pedro de Jesus	Negociante	1 km	Preta	23-09-45		
50	José Cerqueira	(?)	Legitimo	Venâncio Cerqueira	Negociante	2 km	Parda	23-09-45		
51	Laurencio Cerqueira	(?)	Legitimo	Venâncio Cerqueira	Agricultor	2 km	Parda	24-09-45		
52	Jesuino Tavares	(?)	Legitimo	Sãolião Tavares	Agricultor	3 km	Parda	24-09-45		
53	Valmir Amorim	(?)	Legitimo	João Amorim	Ilegível	1 km	Preta	25-09-45		
54	Dometila Lopes	(?)	Natural	Sergio Lopes	Ilegível	(?)	Parda	25-09-45		